

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA)
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (CCSA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA DA
AMAZÔNIA (PPGCSPA)

CRISTINA DA COSTA BEZERRA

ENTRE *BAIXÕES*, *SERRAS* E *GERAIS*: sistemas de uso comum, *mobilização étnica* e conflitos em “comunidades remanescentes de quilombos” de Alto Parnaíba/MA

SÃO LUÍS (MA)

2020

CRISTINA DA COSTA BEZERRA

ENTRE *BAIXÕES*, *SERRAS* E *GERAIS*: sistemas de uso comum, *mobilização étnica* e conflitos em “comunidades remanescentes de quilombos” de Alto Parnaíba/MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA), Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), como requisito para obtenção do título de Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Patrícia Portela Nunes

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^o Alfredo Wagner Berno de Almeida

SÃO LUÍS (MA)

2020

Bezerra, Cristina da Costa.

Entre baixões, serras e gerais: sistemas de uso comum, mobilização étnica e conflitos em “comunidades remanescentes de quilombos” de Alto Parnaíba/MA / Cristina da Costa Bezerra. – São Luís, 2020.

... f

Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, Universidade Estadual do Maranhão, 2020.

Orientador(a): Profa. Dra. Patrícia Portela Nunes.

1. Baixões. 2. Mobilização étnica. 3. Quilombos. 4. Maranhão. I. Título

CDU: 911.3:316.48(812.1)

BANCA EXAMINADORA

Patrícia Maria Portela Nunes
Universidade Estadual do Maranhão
Orientadora

Alfredo Wagner Berno de Almeida
Universidade Estadual do Maranhão
Coorientador

Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Universidade Estadual do Maranhão
Examinadora interna

Carmen Lúcia Silva Lima
Universidade Federal do Piauí
Examinadora externa

Aprovada em: 07 fevereiro de 2020

Para:

*Os incansáveis (corajosos) de Macacos, Brejim
e Curupá*

*Maria de Jesus Ferreira Beringelo (Dona Dijé)
(em memória)*

Daniel Fernandes Bezerra

RESUMO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa de campo realizada em três autodesignadas quilombolas do município de Alto Parnaíba. Instados as ações oficiais de promoção do discurso da preservação ambiental ou do “desenvolvimento sustentável” agentes sociais são levadas a atos de resistência fundamentados em práticas tradicionais de uso dos recursos naturais que os direcionam a desenvolver uma consciência ecológica que nega de modo contundente as normas disciplinares adotadas pelos gestores do Parque. Nesse sentido, não acionam elementos referidos ao “direito ambiental” stricto sensu, fundamentam-se em critérios de afirmação identitária ao demandar do Estado brasileiro o reconhecimento como quilombola.

ABSTRACT

This work is the result of a field research carried out in three self-designated quilombolas in the municipality of Alto Parnaíba. Instances such as official actions to promote the discourse of environmental preservation or “sustainable development” social agents are led to acts of resistance based on traditional practices of use of natural resources that aim to develop an ecological conscience that bluntly denies the mode as disciplinary norms adopted by Park managers. In this sense, do not use the elements specified in the strict "environmental law", be based on requests for identity declarations when demanding the Brazilian State or recognition as quilombola.

LISTA DE QUADROS E DIAGRAMAS

QUADRO 1 – ENTREVISTADOS E OS TEMAS E PROBLEMAS ABORDADOS NAS ENTREVISTAS

QUADRO 2 - OS DIFERENTES *ATOS DE ESTADO* REFERIDOS ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE ALTO PARNAÍBA

DIAGRAMA 1 - Diagrama das ações de mobilização política das comunidades quilombolas de Alto Parnaíba e das tomadas de decisão referidas às estruturas de Poder a elas correspondentes

LISTA DE FIGURAS

Mapa 1 – Comunidades Quilombolas de Alto Parnaíba: territorialidades específicas e conflitos

Mapa 2 – Comunidades Quilombolas de Alto Parnaíba: territorialidades específicas e conflitos

Mapa 3 - Unidades de Conservação que integram o Mosaico Jalapão

Mapa 4 - Alteração dos limites da PARNA das Nascentes do Rio Parnaíba

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
- FPA – Frente Parlamentar da Agropecuária
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INEMA/BA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
- JICA - Japan International Cooperation Agency
- MMA – Ministério do Meio Ambiente
- NATURATINS - Instituto Natureza do Tocantins
- OIT – Organização Internacional do Trabalho
- PDA-MATOPIBA - Plano de Desenvolvimento Agrícola do Matopiba
- PNCSA – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
- POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
- PPGCSPA – Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia
- PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado
- SEMA - Secretaria do Meio Ambiente do Governo da Bahia
- SEMADES - Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Tocantins
- SEPLAN - Secretaria de Planejamento e Modernização da Gestão Pública do Estado do Tocantins
- SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

UC – Unidade de Conservação

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

“Porque aqui nós temos terra para plantar um carocinho de feijão, de fava, de milho, tem a galinha, um gadim e o brejo para pegar buriti. E na cidade nós vamos viver de que? Quando eles chegaram aqui só queriam expulsar nós, nem pensava para onde que esse povo vai. E ainda querem tirar nós daqui, agora me diz ir pra onde? Sofrer na cidade? nós sabemos viver é aqui.” (SILVA, FRANCISCO: Entrevista realizada no dia 27 de janeiro de 2019)

“Longe de ser uma essência ou uma natureza, a propriedade não é senão um determinado arranjo jurídico de relações sociais que evoluiu com o tempo. O direito de propriedade foi concebido pelos juristas e filósofos do iluminismo como uma liberdade essencial, um meio de ser plenamente “homem””. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 262).

“o grupo não é uma entidade natural ou divina, e sim um objeto construído, fabricado, às vezes até mesmo inventado, com uma história de lutas e conquistas em seu passado e que algumas vezes é importante representar. (SAID, 2005, pg.43/44)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	24
Sobre o trabalho de campo e a construção do objeto de estudo: percorrendo trilhas, redefinindo caminhos	24
Introdução	24
1.1 As atividades de pesquisa de campo, as primeiras impressões e a construção das relações sociais de pesquisa	29
1.2 De entrevistadora a entrevistada: impressões acerca da pesquisa e da pesquisadora	38
1.3 Sobre os procedimentos de pesquisa e os entrevistados	42
CAPÍTULO II	49
Entre baixões, serras e gerais: sistemas de uso comum, modos de vida e territorialidades específicas	49
Introdução	49
2.1 <i>Serras: de terras sem dono a fazendas de projetos</i>	53
2.2 <i>Generais: de terras livres ao protecionismo ambiental</i>	58
2.3 <i>O baixão: modos de vida, saberes e as diferentes modalidades de uso comum dos recursos naturais</i>	63
2.4 <i>Uso comum dos recursos naturais, autonomia produtiva e as mobilizações face as políticas ambientais</i>	68
CAPÍTULO III	75
<i>Atos de Estado, mobilização étnica e conflito em “comunidades remanescentes de quilombos” de Alto Parnaíba/MA</i>	75
Introdução	75
3.1 <i>Das políticas ambientais a ambientalização dos conflitos sociais no Brasil</i>	79
3.2 <i>Do boqueirão para os gerais: as onças e os efeitos sociais das políticas ambientais e desenvolvimentistas</i>	88
3.3 <i>Atos de Estado, práticas de disciplinamento e lutas por reconhecimento face as políticas de ordenamento territorial</i>	91
3.3.1 “Mosaico” e “corredor ecológico”	95
3.3.2 <i>Alteração dos limites do parque</i>	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111

INTRODUÇÃO

“Somos quilombolas, descendentes de escravos, meu bisavô, Tomas Ribeiro, chegou aqui há mais de 100 anos. Foi ele o primeiro que chegou aqui, ele veio da África ...”

“É como eu digo: é nosso e a gente não vai devorar, mas deixar de trabalhar não podemos. O governo não dá, se ele puder tomar a camisa que eu tenho, ele toma, ele não dá, e o sujeito fica esperando o quê?”

(Raimundo Ribeiro)

Foram as relações sociais de pesquisa estabelecidas com agentes sociais¹ das autodesignadas comunidades quilombolas de Macacos, Brejim e Curupá no município de Alto Parnaíba, no Maranhão, que propiciaram as *condições de possibilidade* para a realização da presente pesquisa, nesta ocasião, apresentada como dissertação junto ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia - PPGCSPA. Resultado de esforços coletivos e individuais, as atividades de pesquisa de campo que precederam esse trabalho, me direcionaram a compreender, de modo mais detido, os *efeitos sociais* produzidos tanto pelas políticas ambientais adotadas pelo Estado brasileiro, quanto pela expansão das grandes plantações de monoculturas que avançam sobre os territórios tradicionalmente ocupados pelos chamados povos e comunidades tradicionais. Nesse sentido, minha proposta de estudo é descrever e analisar a relação dos autodesignados quilombolas com os recursos naturais face a *intrusão*² de uma Unidade de Conservação de

¹ A noção de agente social utilizada neste trabalho é tomada de Pierre Bourdieu (2001), de modo a endossar as críticas que este autor elabora sobre o estruturalismo, notadamente a respeito das formulações sobre a atomização da noção sujeito e do rompimento com a ideia de ação sem sujeito.

² A noção de *intrusão* será utilizada neste trabalho para qualificar a ação do Estado brasileiro ao implantar uma Unidade de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionalmente ocupados, sem consulta prévia (como prevê a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, da qual o Brasil é signatário de desde 2003) àqueles atingidos por tal política. Segundo Farias Junior (2019), o uso do “termo “intrusão” visa desmistificar o termo “sobreposição”, que entendo como uma forma de despolitizar a violência da implantação de tais projetos. A noção de “sobreposição” pressupõe estar em jogo definições legítimas da região, conforme Bourdieu (2002). Transferindo-se a discussão para projetos de desapropriação para implantação da infraestrutura ou de atividades econômicas ou para

Proteção Integral e a compressão fomentada por políticas de expansão do *agronegócio*³ aos territórios reivindicados.

Os dois trechos destacados como epígrafes são excertos de entrevistas do senhor Raimundo Ribeiro. Apontado pelos moradores das comunidades que compõem o território quilombola de Macacos, Brejim e Curupá, como aquele que detém a memória sobre os primeiros moradores do povoado Macacos, este senhor tem assumido a condição de porta voz dos interesses dessas unidades sociais a partir das ameaças de expulsão dos seus territórios proferidas pelos agentes dos órgãos ambientais em 2012, decorrente do processo de demarcação do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba – PNNRP.

Criado em julho de 2002, através de decreto presidencial, o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba tem ameaçado sobremaneira a permanência dos autodesignados quilombolas no território por eles tradicionalmente ocupado e provocado, pelo que pude observar, a instituição de um conjunto de normas⁴, estabelecidos por agentes vinculados ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), sobre as práticas tradicionais de uso dos recursos naturais, que trazem implicações para a reprodução física e social dessas unidades sociais. Por outro lado, segundo as agências ambientalistas o propósito de tais ações é a proteção integral da bacia hidrográfica do rio Parnaíba, tida pelo Ministério do Meio Ambiente como a segunda maior do Nordeste brasileiro, ocupando uma área de 749.848 mil hectares, sendo a maior UC de proteção integral

decretos que estabelecem os limites de unidades de conservação, ignorando tratar-se de “terras tradicionalmente ocupadas”” (FARIAS JUNIOR, 2019, pg 28).

³ Segundo Mesquita (2008), o termo agronegócio atualmente é empregado “*como sinônimo de grandes empreendimentos capitalistas agropecuário/industrial voltados aos diversos segmentos do complexo que organiza a produção essencialmente em torno do mercado externo, principal no campo de sua reprodução e se baseia num complexo arranjo de interesse, constituído por segmentos variados do capital, onde grupos oligopólios predominam e se apropriam da parte maior do excedente gerado no nível da produção*” (MESQUITA, 2008).

⁴ O uso do termo normas será utilizado neste trabalho para qualificar um conjunto de ações perpetradas pelos órgãos ambientais no tocante as restrições a formas de uso dos recursos naturais pelos autodesignados quilombolas.

do Cerrado, abrangendo nove municípios, nos estados do Maranhão, Piauí, Bahia e Tocantins.

Ao tomar tais comunidades como recorte empírico para realização deste trabalho, empreendi esforços também para descrever os *efeitos sociais* produzidos pelas grandes plantações de monocultura de grãos que tem avançado sobre o território das comunidades quilombolas referenciados pela presente pesquisa. Durante as entrevistas os agentes sociais expuseram que os designados *projeteiros* tem realizado compra e grilagem de terras nas áreas das comunidades e nas suas proximidades, aberto poços subterrâneos e se apropriado das chamadas *serras*, que eram destinadas tradicionalmente como área de caça, coleta da cera e do mel de abelha e extração de madeiras para fazer currais e outros tipos de cercados. Meus interlocutores expressaram ainda que a apropriação das *serras* pelos *projeteiros* tem impedido as onças de permanecerem nos chamados *boqueirões*, nas encostas das serras, provocando assim a descida desses animais para áreas destinadas à criação de gado.

Situadas próximas as nascentes do rio Parnaíba, as comunidades Macacos, Brejim e Curupá tem se mobilizado coletivamente, desde 2013, através da Associação das Comunidades Quilombolas de Macacos, Brejim e Curupá (ACQMBC), e demandado do Estado brasileiro o reconhecimento como “comunidades remanescentes de quilombos”, na luta pela defesa de seus modos de vida e permanência no território por eles tradicionalmente ocupado. Nesse sentido, a afirmação como “remanescentes de quilombos” pelas comunidades atingidas diretamente pela implantação do PNNRP e o reconhecimento em janeiro de 2017, através de certidão expedida pela Fundação Cultural Palmares – FCP, inauguraram uma nova forma dessas unidades sociais se relacionarem com o Estado brasileiro. Trata-se do acesso ao dispositivo constitucional Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias⁵.

⁵ “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe os títulos respectivos”

Formulado no chamado processo de redemocratização vivido pelo Brasil no final dos anos 80 do século passado, o Art. 68 do ADCT da Constituição Federal, regulamentado pelo Decreto nº 4.887⁶ de 20 de novembro de 2003, tem sido constantemente acionado, nos últimos anos, por um conjunto expressivo de comunidades (que se encontram em diferentes situações sociais, sejam em espaços tidos como rurais ou urbanos) que tem reivindicado perante o Estado brasileiro o reconhecimento como “remanescentes de quilombos”, na luta pela titulação definitiva de seus territórios tradicionalmente ocupados. Por outro lado, grande parte desses territórios reivindicados encontram-se confrontados pelos efeitos de grandes projetos desenvolvimentistas, apoiados ou implantados pelo Estado brasileiro, ou ainda, compelidos pelas chamadas Unidades de Conservação de Proteção Integral – UCs.

Os *atos de Estado*⁷ que ora instituem tais políticas, sejam elas desenvolvimentistas ou ambientalistas quase nunca levam em conta a existência dos autodesignados povos e comunidades tradicionais em territórios, que segundo o discurso proferido pelas agências estatais, são os mais apropriados ou, tem maior “potencial” para determinados empreendimentos. Tais discursos sobre o “potencial” ou a “vocaçãõ” inculcado por aqueles agentes do Estado, designados a executar ou promover um conjunto de ações próprias dessas políticas, nos autorizam a analisar o modus operandi e os *efeitos sociais* de atos deliberados, que buscam sobremaneira violar ou usurpar direitos constitucionais conquistados. Segundo Bourdieu (2014),

⁶ Publicado 15 anos após CF de 88, o Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003 que “regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”, revogou o Decreto nº 3.912, de 10 de Setembro de 2001, promulgado pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. No entanto a regulamentação do Art. 68 do ADCT exposta no referido decreto, foi questionada por parlamentares do partido Democratas no ano seguinte à sua publicação. O partido impetrante aponta a inconstitucionalidade do Decreto, argumentando a inexistência de uma lei prévia que confira validade ao dispositivo em questão. No dia 8 de fevereiro de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por maioria de votos, que o decreto presidencial que regulamentou, em 2003, a demarcação de terras de comunidades quilombolas é constitucional. Após 14 anos de tramitação, os ministros mantiveram as regras de autodeterminação, pelo qual a própria comunidade determina quem são e onde estão os quilombolas, além do direito à posse das terras que eram ocupadas no momento da promulgação da Constituição.

⁷ Segundo Bourdieu (2014), os “atos de Estado” podem ser pensados como atos deliberados, dotados de uma autoridade em que muito dificilmente serão questionados.

“esses atos políticos legítimos devem sua eficácia à sua legitimidade e à crença na existência do princípio que os fundamenta” (BOURDIEU, 2014).

Nesse sentido, as ações perpetradas pelas políticas ambientais assumem uma legitimidade, coadunadas a um discurso ambiental que tem ganhado força desde a conferência de Estocolmo promovida pela Organização das Nações Unidas – ONU, em 1972. Assim, segundo Leite Lopes (2006), a repercussão desta conferência desencadeou uma nova questão pública, com diferentes dimensões: a questão da preservação do meio ambiente. Em nível internacional a constituição dessa nova “questão global” levou as nações a adotar medidas no intuito de atender os acordos decorrentes da referida conferência, além da criação de uma plêiade de instituições transnacionais ligadas a ONU. No Brasil, mesmo com a recusa inicial dos militares (que na época tinham como presidente o ditador Emílio Garrastazu Médici) que temiam um cerceamento internacional do processo de industrialização e desenvolvimento econômico, foi criada no ano seguinte ao referido evento, uma secretária de meio ambiente subordinada ao Ministério do Interior⁸, dando início a constituição de um conjunto de instituições habilitadas a executar as ações de controle ambiental. Segundo Leite Lopes (2006) a criação dessa primeira instituição refletia, por um lado, a demanda de controles ambientais por parte de uma minoria advertida de técnicos governamentais e por outro lado, a oportunidade de chancela institucional para a captação de investimentos internacionais que careciam de garantias ambientais. Além da fundação de instituições oficiais, aparecimento de Organizações Não Governamentais (ONGs) ecologistas, e da formulação de novos dispositivos jurídicos (leis, decretos, resoluções, normas, conselhos, entre outros), a estruturação desse novo campo demandou também a formação de um corpo técnico,

⁸ Criado em 25 de fevereiro de 1967, no governo do ditador Castelo Branco, pelo Decreto-Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967, depois convertida na Lei 8.029, de 12 de abril de 1990, oriundo do desmembramento do então Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Extinto pela Medida provisória nº 151, de 15 de março de 1990. Entre suas competências estavam o desenvolvimento regional, radicação de populações, ocupação do território brasileiro, migrações internas, territórios federais, saneamento básico, beneficiamento de áreas e obras de proteção contra secas e inundações, irrigação, assistência às populações atingidas pelas calamidades públicas, assistência ao índio, assistência aos municípios e programa nacional de habitação.

com profissionais e *experts*, no sentido de comportar as exigências da recém-criada problemática ambiental, conforme elucidarei no capítulo 3.

De outra parte, o chamado Cerrado brasileiro⁹ tem sido objeto de intervenção estatal desde a década de 70, através de diversos planos e projetos direcionados ao incentivo das atividades agropecuárias e ao aumento da produção de *commodities*, como o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER)¹⁰ iniciado em 1974, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) em 1975, e agora mais recentemente o Plano de Desenvolvimento Agrícola do Matopiba (PDA-MATOPIBA) lançado em 2015. Acrônimo dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia o referido plano foi alardeado na mídia como a concretização de um projeto desenvolvimentista que contribuiria para a expansão da propalada última fronteira agrícola do país, através da adoção de políticas voltadas para atividades agrícolas em larga escala refratárias à chamada “agricultura familiar” e em franca oposição à lógica de reprodução social representada pela a ideia de *roça*. Entretanto, o plano acima citado, a contragosto da Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA, conhecida como bancada ruralista, foi extinto em outubro de 2016, através de decreto presidencial e extinção do Departamento de Desenvolvimento Agropecuário da Região do Matopiba, região esta *inventada* por planos e programas governamentais e pelos *estrategistas* do agronegócio.

⁹ Segundo o Ministério do Meio Ambiente, o Cerrado brasileiro ocupada uma área de 22% do território nacional, e incide de modo contíguo sobre os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, São Paulo e Distrito Federal.

¹⁰ Idealizado a partir do Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Japão, assinado em 1971 e promulgado em 1974, o PRODECER foi financiado pelos dois países cooperados, sendo implementado em 1979 no estado de Minas Gerais, como um projeto piloto. A segunda edição iniciada em 1985, ampliou sua área de atuação, incorporando os cerrados da região oeste do estado da Bahia e, na terceira fase de execução, entre 1995 e 2001, teve suas ações desenvolvidas nos cerrados dos estados de Tocantins e do Maranhão. Coordenado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o referido programa segundo o discurso oficial teve como objetivo estimular à agricultura mecanizada em áreas de cerrado através da distribuição de créditos à agricultores do Sul e Sudeste do país para a ocupação de novas áreas de produção, o que possibilitou centenas de produtores e empresas rurais nacionais e internacionais se deslocassem para esses territórios em busca de terras baratas.

Entretanto, as chamadas *agroestratégias*¹¹, segundo Almeida (2010) estão em evidência no escopo das ações das agências multilaterais, como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outras que buscam combater a chamada “crise do setor de alimentos” através de estímulos à agricultura e implementação tecnológica para produção de alimentos. Segundo tais agências o “desequilíbrio” que ocasionou a crise deve-se ao crescimento da população mundial, aumento do consumo de alimentos em países em desenvolvimento, elevação do preço do barril de petróleo, que estimulou os investimentos em biocombustíveis a base de grãos, mudanças climáticas provocadas pelo aquecimento global e limites dos recursos naturais. Nessa arena, o Brasil tendo sido visto como grande detentor de recursos naturais e extensas áreas de terras aráveis, notadamente na Amazônia e no Cerrado.

Por outro lado, a chamada expansão da fronteira agrícola é apontada pelos designados “povos do Cerrado”, como responsável pelo aumento de concentração de terras, da poluição das águas, destruição e compressão dos recursos naturais, como as *serras, brejos, chapadas, veredas e gerais*. No entanto, pelo que pude perceber através de minha participação no “Seminário Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais: Protagonistas da sua história¹²”, ocorrido em Monte Alegre em julho de 2018, a categoria “povos do Cerrado”, constitui uma *unidade de mobilização* (ALMEIDA, 2013, pg 158) de povos e comunidades tradicionais como quebradeiras de coco babaçu, indígenas, geraizeiros, fundo e fecho de pasto, quilombolas, retireiros, pomeranos, pescadores, veredeiros, agricultores familiares, dentre outras

¹¹ Segundo Almeida (2010), o termo *agroestratégias* tem sido utilizado pela mídia e por agências multilaterais, especialmente a partir de uma narrativa intimamente relacionada à necessidade de abastecimento alimentar. Segundo formulação do autor, as *agroestratégias* “*Compreendem um conjunto de iniciativas para remover os obstáculos jurídico-formais à expansão do cultivo de grãos e para incorporar novas extensões de terras aos interesses industriais, numa quadra de elevação geral do preço das commodities agrícolas e metálicas*” (ALMEIDA, 2010, p. 102).

¹² Ocorrido entre os dias 03 e 05 de julho de 2018, na comunidade quilombola de Monte Alegre, município de São Luís Gonzaga o “Seminário Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais protagonistas de sua história” foi organizado pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), e teve como debate central a avaliação da política nacional de Povos e Comunidades Tradicionais –PCTs objetivando a construção de caminhos para a autonomia e exigência do cumprimento de seus direitos.

categorias identitárias, que tem se mobilizado coletivamente em defesa dos seus territórios face a expansão das áreas de monocultivo na área designada como Cerrado.

Não obstante, o Estado brasileiro investiu na primeira década do século XXI, na criação de Unidades de Conservação de diversas modalidades na região do Cerrado, buscando criar os chamados “corredores ecológicos” e “mosaicos” como instrumentos de gestão e ordenamento territorial. Segundo Almeida (2019), o uso dessas metáforas geometrizaras, universalizadas pelas políticas de globalização, consistem em estratégias discursivas contemporâneas do neocolonialismo, e que, portanto, devem ser objeto de reflexão, por apresentarem múltiplas significações.

Outro aspecto relevante em se tratando de projetos desenvolvimentistas e UCs, principalmente na região do Cerrado, é o discurso do vazio demográfico, perpetrado pelas agências de estado que tem como finalidade promover determinadas ações ou projetos, como aqueles de incentivo ao desenvolvimento regional que legitimou a vinda dos chamados *gaúchos* ou *projeteiros*, segundo designação local. Segundo Andrade (2008), não há, na “economia camponesa”, espaço inútil ou vazio, como tratam as políticas desenvolvimentistas e as narrativas dos chamados *gaúchos* apresentadas notadamente em relatórios de instituições voltadas para a expansão da agricultura em larga escala. Tanto é que os agentes sociais elaboram uma complexa classificação dos tipos de terrenos existentes, designando características relativas ao solo, “clima” e vegetação. Isso é feito pela relação entre as diversas formas de utilização desses espaços naturais, cujas potencialidades são acionadas como recursos, em função da combinação do conjunto de atividades no qual sobressaem, dentre outros, o cultivo das *roças*, a criação gado, o extrativismo, a caça, a coleta de frutos e a pesca.

A intrusão de áreas ocupadas por povos e comunidades tradicionais, como a situação de Macacos, Brejim e Curupá e as comunidades quilombolas da região do Jalapão, comprimidas por um conjunto de UCs, denotam segundo Almeida, uma “*inocuidade das políticas de ‘proteção’ – regularização fundiária das Resex,*

desintrusamento das terras indígenas, titulação das terras de quilombos, e uma ofensiva sobre seus recursos básicos desencadeada pelas medidas ‘protecionistas’” (ALMEIDA, 2012).

Um conjunto de questões podem ser levantadas face ao esforço de compreender os *atos de Estado* ora refletidos, tais como: as ações oficiais no tocante a implementação de políticas desenvolvimentistas e ambientalistas não poderiam ser interpretadas de modo a considerar que existe uma contradição do Estado no âmbito do fomento e da implementação dessas duas políticas? Uma lógica estritamente racional não poderia considerar que a defesa do meio ambiente foi uma forma do próprio Estado de tentar frear as desventuras do desenvolvimentismo? Ou não poderíamos refletir se do ponto de vista das ações do Estado a defesa do meio ambiente a criação de parques de proteção integral e de outras unidades de conservação e o fomento a agricultura em larga escala não poderiam se constituir juntas nessa noção de *desenvolvimento sustentável*?

A coleta de dados para esse trabalho fora realizada a partir de 3 atividades de pesquisa de campo nas autodesignadas comunidades quilombolas de Alto Parnaíba. A primeira ocorreu em abril de 2018, nesta ocasião permaneci por 2 dias. A segunda, aconteceu no mês de outubro de 2018, fiquei 4 dias. A terceira vez empreendi uma viagem de dez dias, saindo de São Luís até a região do Jalapão, no Tocantins, onde participei por 2 dias de um encontro de lideranças quilombolas do estado do Tocantins, na comunidade quilombola do Prata, comunidade esta que tem parte de seu território intrusado pelo PNNRP. Após a reunião atravessei as linhas imaginárias que dividem o Tocantins do Maranhão e permaneci por 4 dias nas comunidades referencias por esta pesquisa.

O município de Alto Parnaíba, encontra-se no extremo sul do estado do Maranhão, as margens do rio Parnaíba, a 1120 km de São Luís. É a última cidade do Sul do Maranhão, fazendo divisa com os estados do Piau e Tocantins. Desde a década de 90 o referido município tem assistido a um crescimento na exploração de terras aráveis destinadas ao cultivo de soja, milho, algodão, entre outros grãos que

abastecem o mercado de *comodities*, no comércio externo. Por outro lado, esse mesmo município tem aproximadamente um terço do seu território, desde o ano de 2002, intrusado pelo Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba.

A guisa de explanação, o trabalho está dividido em 3 capítulos, com subdivisões que possam ajudar o leitor a compreender a discussão proposta.

No primeiro capítulo intitulado “Sobre o trabalho de campo e a construção do objeto de estudo: percorrendo trilhas, redefinindo caminhos”, busco refletir sobre as atividades de pesquisa de campo, a construção das relações sociais de pesquisa e o investimento na construção do objeto de pesquisa através da elaboração de um conjunto de questões que tem me permitido refletir sobre os debates suscitados pela presente pesquisa. Tal esforço reflexivo, é no sentido de apresentar aos leitores os procedimentos de pesquisa adotados, situar o meu lugar de observação/percepção e as condições de possibilidade de realização da pesquisa.

No segundo capítulo, procurarei descrever e analisar a relação dos agentes sociais com os recursos naturais face a intrusão do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba e a expansão do agronegócio sobre os territórios das comunidades autodesignadas quilombolas do município de Alto Parnaíba, a partir da descrição das formas de uso apropriação e controle das chamadas *serras*, *baixões* e *gerais*. A seleção dessas categorias se deu mediante a minha percepção de conflitos mais acentuados sobre essas áreas de *uso de comum*, indispensáveis para a reprodução física e social dessas unidades sociais.

No terceiro capítulo buscarei descrever e analisar os efeitos sociais provocados pelos *atos de Estado* e os *processos de territorialização* decorrentes da criação do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba e da expansão do agronegócio sobre o território das comunidades autodesignadas quilombolas de Macacos, Brejim e Curupá no município de Alto Parnaíba, no Maranhão. Minha pretensão é explicitar como a implementação de políticas ambientais e desenvolvimentistas produzem como efeito situações de intrusão em territórios tradicionalmente ocupados. Se tomamos tais políticas como atos de intrusão não

podemos considerá-las como atos isolados ou adstritas a divisões tidas como naturais ou específicas de uma dada região. Nesse sentido, meu esforço nesse capítulo será o de desenredar sistemas de relações de força, de modo a evidenciar convergências de interesses, disputas e tomadas de decisão envolvendo diferentes agentes e agências de modo a colocar em suspenso as arbitrariedades das divisões territoriais imputadas com a criação dos designados, parques, reservas, áreas de proteção permanente – ou ainda a atualização de uma nova categoria de gestão da coisa pública com as de “mosaico” e “corredor ecológico”.

CAPÍTULO I

Sobre o trabalho de campo e a construção do objeto de estudo: percorrendo trilhas, redefinindo caminhos

Introdução

“Todo caminho da gente é resvaloso.

*Mas também, cair não prejudica
demais – a gente levanta, a gente sobe, agente
volta!...*

*O correr da vida embrulha tudo, a vida
é assim: Esquenta e esfria, aperta e daí
afrouxa, sossega e depois desinquieta.*

O que ela quer da gente é coragem.

*Ser capaz de ficar alegre no meio da
alegria, e inda alegre no meio da tristeza! Só
assim de repente, na horinha que se quer, de
proposito – por coragem. Será? Era o que eu
as vezes achava. Ao clarear do dia.*

*Vejo esses vaqueiros que viajam a
boiada, mediante o madrugar, com lua no céu,
dia depois de dia. Pergunto coisas ao buriti; e
o que ele responde é: a coragem minha*

Viver é negócio muito perigoso...”

(João Guimarães Rosa)

Coragem é talvez uma das palavras que mais ouvi durante minhas atividades de pesquisa de campo nas comunidades quilombolas de Brejim, Curupá e Macacos, no município de Alto Parnaíba. Ela é pronunciada nas narrativas sobre os antepassados dos entrevistados: *“Tomás Ribeiro era um homem de coragem, fugiu da escravidão na Bahia, trazendo ouro, amansou esse lugar aqui, e conseguiu recursos, ele tinha muito gado...”*. É também usada para descrever a tenacidade do vaqueiro, que com suas vestes de couro, sai para campear, sem saber o dia e a hora de voltar. Foi também a palavra coragem, que utilizaram para enunciar as primeiras impressões

a meu respeito, ao me avistarem chegar na garupa de uma motocicleta, depois de aproximadamente cinco horas de viagem, por uma estrada carroçável e de difícil tráfego.

Antes de prosseguir a descrição acerca da minha chegada em campo, que desenredarei mais adiante, gostaria de recuar um pouco e empreender esforços na reflexão acerca das motivações para a realização da presente pesquisa, sem pretensão de buscar de modo algum, uma simetria ou linearidade entre trajetórias de vida e escolhas acadêmicas. De outra parte, fazendo isso, tenho a pretensão de destoar de uma rigidez postulada principalmente pelas correntes positivistas que preconizam uma separação entre o sujeito e o objeto do conhecimento, bem como o afastamento da subjetividade na construção do conhecimento científico.

Em setembro de 2017, me candidatei a uma vaga no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia - PPGCSPA, na ocasião apresentei uma proposta de pesquisa intitulada “Conflitos, territorialidades específicas e a construção de expectativas de direito como ‘remanescentes de quilombos: a situação de Tiquara’”. Tal proposta resultara de meus investimentos de pesquisa em comunidades quilombolas de Alcântara, na Baixada Maranhense, que tive a oportunidade de efetuar no âmbito do Programa de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, durante a graduação em Ciências Sociais.

Ao ser selecionada para o PPGCSPA, me vi diante de novas possibilidades, como explicitarei mais a frente, no entanto, o desafio de iniciar uma pesquisa, de construir novas relações de pesquisa e elaborar um trabalho monográfico no curto período disposto pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, protelavam minhas escolhas. Por outro lado, as provocações por parte de professores e colegas para que eu realizasse uma pesquisa sobre situações sociais referidas ao Sul do Maranhão, principalmente no tocante ao avanço do chamado agronegócio na região do Cerrado, foram, por um lado me encorando, e por outro me desafiando a percorrer novas trilhas.

Para alguns o fato de ser ‘nativa’ dessa região seria vantajoso, aumentando assim as minhas condições de possibilidades para realização de uma pesquisa. De minha parte, havia muitas dúvidas, incertezas e também um certo entusiasmo que penso ser primordial àqueles que se aventuram a realizar pesquisas antropológicas. Ademais, não havia naquele momento nada em vista em termos de uma situação social específica que me permitisse tomar a expansão do agronegócio como problema de pesquisa.

Nesse período de indefinições, cogitei ainda realizar uma pesquisa sobre os chamados *vaqueiros*, desejo esse que reclamaria de mim, ao meu ver, deslocamentos, tanto no sentido de me apropriar de novas literaturas, quanto no investimento na descrição e análise de situações específicas, referidas a grupos que estão em dinâmicas sociais distintas dos chamados quilombos, que eu me detivera desde o início da graduação. O abandono de tal possibilidade, foi colocando-me, por assim dizer, cada vez mais confrontada com a possibilidade de realizar uma pesquisa em comunidades autodesignadas quilombolas no município de Alto Parnaíba, no Sul do Maranhão, que eu tivera informação em 2015 através de pesquisadores vinculados ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA.

Ao saber da existência dessas comunidades no Sul do Maranhão, aspirei visitá-las, todavia, o entusiasmo em conhecer tais comunidades confrontara com as condições de possibilidades dispostas naquele momento. Ademais, nessa época eu estava comprazida tanto com as pesquisas nas comunidades quilombolas de Alcântara, quanto com as realizadas no âmbito de um projeto intitulado “Centro de Ciências e Saberes: experiências de criação de Museus Vivos na afirmação de saberes e fazeres representativos dos povos e comunidades tradicionais”¹³.

¹³ Projeto aprovado pelo CNPq em 2013 e coordenado pelo professor Alfredo Wagner Berno de Almeida. Elaborado por um conjunto de pesquisadores referidos ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA _ dispersos em diversas instituições da Amazônia brasileira, perceberam a partir de suas atividades de pesquisas empíricas ligada a Nova Cartografia Social, que estavam em curso a organização de pequenos acervos relativos à memória de comunidades no Pará, Amazonas e Maranhão. Destarte, esses pesquisadores passaram a acompanhar tais situações, elaborando assim, a referida proposta tencionando apoiar tais iniciativas, no sentido de dar visibilidade aos saberes e fazeres específicos de Povos e Comunidades Tradicionais, referendados ao pleito.

Por outro lado, inicialmente de modo irrefletido, conjecturei que a existência de comunidades autodesignadas quilombolas no Sul do Maranhão, poderia configurar de certo modo a veracidade sobre a escravidão negra nesta Região. Tal suposição decorre, por assim dizer, da minha percepção de um certo proselitismo da classe dirigente local e dos produtores intelectuais regionais, ao buscarem diferenciar as frentes de colonização¹⁴. Por trás dessas distinções, penso que pode haver também elementos de construção de identidade regional, alicerçado em um racismo que busca desconsiderar, todavia, a presença daqueles que foram forçados à escravidão.

Não obstante, dada a minha curiosidade em conhecer tais comunidades no Sul do Maranhão, comecei a acionar as redes que dispunha, com a pretensão de entrar em contato com agentes sociais referidos a Associação, que tive conhecimento a partir de uma pesquisa na internet. Depois de algumas tentativas frustradas, me encontrei com o senhor Paulo Rogério Gonçalves, durante um evento¹⁵ em São Luís no ano 2016, organizado pelo PPGCSPA e PNCSA. O senhor Paulo Gonçalves realiza pesquisa com povos e comunidades tradicionais no estado do Tocantins, e tinha informações sobre tais comunidades através do trabalho realizado por ele com o movimento quilombola do Tocantins, intitulado _ Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Estado do Tocantins – COEQTO. O referido encontro me rendeu muitas informações acerca das comunidades e o contato de uma das coordenadoras do movimento, Ana Cláudia Matos que conhecia as comunidades, e matinha relações com os agentes sociais referidos a Associação.

Diante das dúvidas que me assolavam naquele momento, e das decisões que precisava tomar, visto que já estava com quase 6 meses que eu havia ingressado no Mestrado, resolvi realizar uma viagem ambicionando conhecer tais comunidades,

¹⁴ Segundo Cabral (2008), no livro Caminhos do Gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão, o Maranhão foi colonizado por duas frentes de expansão distintas. A primeira começando por São Luís, tendo como início a expulsão dos franceses e o investimento nas atividades agrícolas pelo Estado português. A segunda, teria ocorrido mais de um século depois, ocasionado pelo progressivo caminhar das boiadas e dos vaqueiros de Pernambuco e da Bahia que atravessaram o Rio São Francisco e o Rio Parnaíba em busca de pastagens para a criação de gado.

¹⁵ I Seminário Internacional Centro de Ciências e Saberes: trabalho etnográfico e cartografia social e Exposição Saberes Tradicionais e Etnografia, ocorrido no Auditório do Curso de Arquitetura e Urbanismo -UEMA, em São Luís, no período de 06 a 09 de abril de 2016.

como uma espécie de *survey*, sem definição prévia acerca do estudo póster. Antes da viagem, entrei em contato novamente o senhor Manoel Raimundo, presidente da Associação das três comunidades, com quem eu já havia conversado diversas vezes por telefone, e que já havia me feito convite para visitá-los. A essa altura eu já sabia também, através dele, das dificuldades de transporte. Por lá eles dispõem apenas de um ônibus que faz linha uma vez por mês.

Entre conversas pelo por aplicativos e ligações telefônicas, sobre a possibilidade da viagem o senhor Manoel se prontificara em me levar na garupa de sua motocicleta, caso eu aceitasse, no sentido de ajudar a pesquisadora que não dispunha de recursos econômicos para fretar um carro traçado, apropriado para a viagem. No entanto, avisou-me de antemão que é um deslocamento árduo, que as mulheres não costumam fazê-lo de motocicleta. Naquele momento a ansiedade por conhecer as comunidades e o andamento das disciplinas do mestrado não me permitiam, de certo modo, aquilatar a aventura e os riscos por ele explanado.

Ao começar a me organizar para a viagem, fui tomando consciência que o tempo gasto com o deslocamento de ida e volta (4 dias), dada a longa distância e o câmbio dos transportes, encolheria a minha permanência em campo. Por outro lado, já tivera notícias que por lá não tinham muita familiaridade com a figura do pesquisador, o que me sugeria a agir com mais prudência. Por conseguinte, levei apenas o celular, um pequeno caderno e canetas para fazer anotações e por último disposição para me abrir a uma nova experiência.

Neste primeiro capítulo tentarei apresentar aos leitores os procedimentos de pesquisa que foram adotados nas atividades de pesquisa de campo. Ao fazê-la, não tenho pretensão de expor somente os aspectos mais corriqueiros do trabalho de campo, como o risco a saúde, as dificuldades de transporte ou o vestuário adequado, como chama atenção Berreman (1990), ao discorrer sobre a prevalência de uma “conspiração” dos etnógrafos em torno dos procedimentos adotados na coleta de dados. Segundo este autor, os aspectos corriqueiros a que se referem os métodos

formais de pesquisa¹⁶ serviam como uma “fachada” frente a uma plateia de outros etnógrafos. Nesse sentido, nessa primeira parte do trabalho, buscarei relatar como se deu meu primeiro contato com o grupo; sobre a construção da rede de relações sociais de pesquisa que fui estabelecendo com os agentes sociais através do trabalho de campo _ elucidando na medida do possível as dificuldades encontradas na coleta de dados. De modo a situar o meu lugar de observação/percepção e as condições de possibilidade de realização da pesquisa.

1.1 As atividades de pesquisa de campo, as primeiras impressões e a construção das relações sociais de pesquisa

A primeira experiência ou, para ser mais exato, a observação primeira é sempre um obstáculo inicial para a cultura científica. De fato, essa observação primeira se apresenta repleta de imagens; é pitoresca, concreta, natural, fácil. Basta descrevê-la para se ficar encantado. Parece que a compreendemos. Vamos começar nossa investigação caracterizando esse obstáculo e mostrando que há ruptura, e não continuidade, entre a observação e a experimentação. (BACHELARD, 1996, P.25)

Em abril de 2018, empreendi a primeira viagem de campo às comunidades quilombolas de Alto Parnaíba, ocasião em que permaneci apenas por dois dias, em razão dos compromissos acadêmicos do PPGCSPA, e do tempo empregado no deslocamento até as comunidades. Esse curto período, foi fundamental para que eu pudesse estabelecer os primeiros contatos com o grupo e definir finalmente o *locus* de realização do presente estudo. Não obstante, foi o momento crucial, de me apresentar, e explicitar a eles o motivo de minha visita.

A primeira visita às comunidades quilombolas de Alto Parnaíba, ocorreu no final do chamado inverno, época que o gado ainda estava perambulando pelos *baixões*, *chapadas*, *carrasco*, *tabuleiros* e *capões*. Esse primeiro contato foi por mim considerado como uma espécie de survey ou um sobrevoo, dado o curto tempo que pude dispor para essa primeira viagem. Nessa exploração inicial não havia nenhuma

¹⁶ A pesquisa de Gerald Berreman junto aos *paharis*, no baixo Himalaia na Índia, foi realizada nos anos de 1957 e 1958.

definição prévia sobre a realização da pesquisa, tinha apenas o interesse da pesquisadora em conhecer comunidades quilombolas no Sul do Maranhão. O longo percurso teve início com a saída de São Luís no dia 12 de abril de 2018, às 19:00h, em um ônibus que faz linha para Balsas, chegando na cidade de Balsas no dia seguinte às 9:00h. Dali partir para a cidade de Alto Parnaíba às 16:00h, depois de problemas na estrada com o veículo que faz o traslado e as dificuldades de tráfego, devido ao deterioramento da MA 006, que liga as duas cidades mencionadas, desembarquei em Alto Parnaíba às 22:00h, depois de aproximadamente oito horas de viagem, sendo recepcionada pelos familiares do senhor Manoel Ribeiro.

Estavam à minha espera, além da família do senhor Manoel, alguns parentes que residem em Alto Parnaíba e outros que não foram no ônibus da linha, como a professora da comunidade de Macacos, devido a uma greve pelo não pagamento dos servidores públicos, situação que elucidarei mais adiante. Depois de cumprimentar a todos, me apresentei e falei um pouco do motivo da minha ida. Eles também, mesmo com uma certa timidez, se apresentaram a pedido do senhor Manoel, que pedia também que eles falassem de como se deu o conflito nos anos de 2012 e 2013.

A conversa corria bem, até que a dona Adelina, mãe do senhor Manoel Raimundo me convidou para jantar. Durante o jantar, diante de uma mesa com farta, dona Adelina me contou um pouco sobre a sua vida. Residindo em Alto Parnaíba há 10 anos, dona Adelina fala da saudade que sente do povoado Macacos, local que segundo ela, nasceu e se criou, e que só saiu por questões de problemas de saúde e porque precisava colocar os filhos para estudar, no entanto ainda mantém uma casa no povoado. Mãe de 7 filhos, ela conta que 3 filhas moram em Brasília, duas dessas já contraíram matrimônio, as outras duas filhas também já são casadas e residem uma em Alto Parnaíba e a outra no município de Gilbués, onde seu marido é vaqueiro de uma fazenda. Os dois filhos, o senhor Manoel e o senhor Adão, ainda não contraíram matrimônio e moram com ela.

No dia seguinte, às 5:00 horas da manhã, saímos em direção as comunidades de Macacos, Brejim e Curupá, segundo ele este é o horário mais apropriado para a

viagem, no sentido de evitar muita exposição ao sol. No caminho paramos para tomar água em alguns lugares e encostamos também no povoado Cruz, onde mora uma das filhas do senhor Raimundo, chamada Marina. Na ocasião, estavam somente sua sogra, seu esposo e um parente dela que estava ajudando-o a cuidar do gado.

No caminho, ao desabrochar do sol, uma paisagem exuberante se desnudava cheia de serras, morros, chapadas e buritizais. O arrebatamento da pesquisadora por aquele cenário, era somente interrompido pelos pinotes da motocicleta ao passar pelas pedras, lamaçais, areias, e muitas subidas e decidas das ladeiras que dificultavam o piloto a manter o domínio sobre a moto. “Mas cair também não prejudica demais”, quando na areia, não machuca muito. Levantávamo-nos, sacudíamos a areia, sorriamos do tombo e seguíamos viagem.

No trajeto o senhor Manoel me informou como tinha organizado a visita. A primeira parada seria em Curupá, no lugar em que quebraríamos jejum, a segunda em Brejim no qual almoçaríamos e por último em Macacos, onde pernoitaríamos. Me informou também, que me levaria para conhecer a diretoria da Associação e o senhor Raimundo Ribeiro, pessoas habilitadas a falar das histórias pretéritas e do conflito com o Parque.

Em Curupá fomos recepcionados pela senhora Anilde Fernandes Gama, que logo na chegada foi expressando as primeiras expressões sobre a pesquisadora, a quem não esperavam chegar na garupa de uma moto, façanha habitual aos homens. Por ali quebramos jejum guarnecido com beiju de tapioca, carne-seca frita, leite de vaca e café, alimentos muito comuns por aquela região. Na casa de dona Anilde encontravam-se também a enfermeira e uma professora da escola local, chamada Diva. Esta última me levou para conhecer a escola da comunidade e falou sobre as dificuldades enfrentadas por aquele povoado, alegando que até aquele momento as aulas ainda não tinham iniciado, devido à falta de remuneração dos professores e fornecimento de outros materiais por parte da prefeitura, o que terminou ocasionando no afastamento do prefeito da gestão da pública municipal.

A paralização por parte dos servidores, pelo que pude depreender, ocasionou numa movimentação popular e numa petição judicial pelo banimento do prefeito do cargo ocupado, sob acusação de desvios de dinheiro público, na qual constava, entre outras denúncias, que o chefe do executivo local, conhecido como Rubens Japonês estava fazendo uso dos bens públicos em favor de suas fazendas de monoculturas de grãos, em fazendas no município de Alto Parnaíba, designadas pelos agentes sociais dessas comunidades como *projeto*. O afastamento provisório do prefeito foi o assunto da ordem do dia, nas comunidades e nos lugares por onde passamos, todos queriam saber como tinha se dado tal procedimento.

De minha parte, a escuta atenta daquelas conversas me possibilitava de certo modo compreender, as tensões entre aqueles agentes sociais e o poder público municipal, que segundo eles, nunca lhes são fornecidos serviços públicos de qualidade, como manutenção das estradas, educação, serviços de saúde e energia elétrica para as comunidades de Brejim e Macacos.

Observei de igual modo, a desconfiança manifestada por eles em referência aos *projeteiros*, que pelo que pude perceber estão galgando cargos públicos, a exemplo do prefeito e de outras lideranças políticas por eles citadas.

Ainda em Curupá, o senhor Manoel me levou para conhecer o tesoureiro da associação, o senhor Joacy Cesário. Natural da comunidade Brejim e pai de quatro filhos, ele e sua esposa Ednalva vivem atualmente entre a comunidade Brejim e Curupá. Segundo eles, tal situação deu-se em razão da possibilidade de colocar os filhos para estudar e também pelas atividades religiosas deste senhor, que tem a função de dirigente de culto nas duas localidades.

Curupá é um distrito do município de Alto Parnaíba, pelo que pude depreender através de conversas com alguns moradores, o local abrigava uma fazenda de uma família tradicional da região, os Gama, que alguns ainda residem por lá. A área do distrito não fica dentro do parque, no entanto as áreas de cultivo e locais destinados a criação de gado, chamado gerais encontram-se intrusados pelo Parque. Nesse povoado as casas são mais próximas, semelhante a uma espécie de vilarejo. Em referência aos

serviços públicos o referido povoado assume uma centralidade. Por lá tem um posto de saúde e uma escola que atualmente tem agregado também os alunos de Macacos e Brejim.

Brejim foi a segunda comunidade alcançada, situada ao redor de um extenso buritizal, por eles designado de *brejo*, este local abriga umas 20 unidades residenciais, por ali dispersas. A nossa espera estava a senhora Maria de Fatima, secretária da associação e professora daquela localidade. Juntamente com o seu esposo o senhor Adenilson, fomos recepcionados com uma mesa farta, tendo como prato principal uma galinha de caldo, iguaria geralmente oferecida a visitantes ou reservada a ocasiões especiais.

Permanecemos em Brejim quase a tarde inteira, tive a oportunidade de visitar algumas casas e conversar sobre o trabalho na roça, a criação do gado nos gerais, o beneficiamento da mandioca e sobre os diferentes tipos de cerca e a produção de artefatos de couro. Essas conversas iniciais sobre saberes e práticas por mim empreendidas, me permitiam, ainda que de modo um tanto esbaforido, tomar conhecimento sobre os seus modos de vida.

De Brejim, partimos para Macacos no final da tarde para encontrar o senhor Raimundo Ribeiro _ apontado pelos moradores de Brejim e Curupá, por onde eu havia passado e pelo próprio Manoel, sobrinho deste senhor, como conhecedor da história da comunidade de Macacos, que segundo os agentes das outras comunidades citadas, a coerência da história dos antepassados dessa comunidade foi de fundamental importância para embasar o pleito perante o Estado brasileiro como “comunidades remanescentes de quilombos”. Seu Raimundo é um senhor na altura de seus 75 anos, aposentado como trabalhador rural, se apresenta como lavrador e criador de gado nos gerais, atividades exercidas juntamente com seus filhos, que moram ao redor de sua residência e aqueles que ainda não contraíram matrimônio. Durante essa primeira viagem para esta comunidade, encontrei duas filhas do seu Raimundo que não residem em Macacos. A mais nova é recém-casada, e mora no povoado Cruz, no caminho de

Alto Parnaíba, a segunda morava em Goiânia, estava recém-separada do marido e com uma filha pequena, e pretendia fixar residência em Alto Parnaíba.

Nessa primeira viagem, levei comigo somente o celular e um pequeno caderno de anotações que usei apenas a noite, na hora de dormir para fazer algumas anotações. O aparelho celular logo descarregou. Desse modo, nesse momento inicial, tive receio em fazer anotações ou gravação de entrevistas, procurando inicialmente me apresentar ao grupo, no sentido de estabelecer relações de confiabilidade que me possibilitasse em uma segunda viagem, fazer uso de equipamentos que me auxiliasse na coleta de dados, como gravador e câmera fotográfica.

Nessa primeira viagem tive a possibilidade de observar que o conflito dessas comunidades não é apenas referido a implantação de políticas ambientais nos seus territórios, como pode parecer à primeira vista. Entretanto, a partir da interlocução com os agentes sociais fui tendo acesso as narrativas sobre a situação de conflito referido as onças, situação esta que me permitiu perceber o embate entre as comunidades autodesignadas quilombolas e as grandes plantações de monocultura de grãos no alto das chamadas *serras*.

A segunda viagem de campo ocorreu em outubro de 2018, após o primeiro turno das eleições presidenciais, no início do chamado *inverno*, período que o gado está subindo para os *baixões* e áreas de *chapadas*. Nessa época, estava ocorrendo também o preparo das *roças* para plantio da mandioca, do milho e do arroz. Dessa vez o senhor Manoel não pôde me acompanhar na viagem, indicando-me um senhor que conhecia o caminho e era acostumado a trafegar por aquelas vias, segundo ele algo raro na cidade. Nessa viagem pude realizar entrevistas com a senhora Anilde em Curupá, a senhora Maria de Fatima, o senhor Adenilson e o senhor Joacy em Brejim, pude entrevistar ainda o senhor Raimundo Ribeiro da comunidade de Macacos, que nesta ocasião se encontra em Alto Parnaíba. Pude também ter acesso ao livro de ata das reuniões da Associação das Comunidades Quilombolas de Macacos, Brejim e Curupá.

Após essas duas atividades de pesquisa de campo com tempo reduzido, tencionei em uma terceira ida passar um tempo mais longo em campo, buscando atender inclusive uma expectativa do grupo de me levar para conhecer os chamados *gerais*, as cachoeiras das nascentes do Rio Parnaíba e as *roças* nas áreas de *capões*. Almejavam também me levar para conhecer melhor os cemitérios, uma cerca de pedra, que segundo os agentes socais foi construída por escravos, e ainda os diferentes tipos de cercas utilizadas para cercar os chamados *quintas* e/ou as *roças*. Um pouco antes de viajar para realizar tal atividade, recebi um convite do senhor Paulo Gonçalves¹⁷, para participar de um encontro organizado pela Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins – COEQTO. Encontro esse que reuniria lideranças das comunidades quilombolas do estado do Tocantins no intuito de formar jovens lideranças para atuar em suas próprias comunidades e planejar as atividades anuais do movimento.

Aceitar o convite, por um lado, poderia protelar em certa medida, as atividades de campo já programadas, por outro lado, conjecturei que o referido evento poderia me facultar uma melhor compreensão tanto das formas de luta das comunidades quilombolas do Jalapão face as investidas dos órgãos ambientais federais e estaduais, quanto do processo de mobilização política dos autodesignados quilombolas de Alto Parnaíba no pleito pelo reconhecimento, realizado a partir do auxílio de lideranças da comunidade Mumbuca, vinculados a COEQTO. Pelo que pude depreender, as trocas entre essas comunidades, foram de fundamental importância para o *dissenso*¹⁸, frente ao *consenso* que parece pairar sobre as políticas ambientais, notadamente em torno da noção de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e preservação do meio ambiente. Para Ranciere (1996), o *consenso* não é simplesmente a opinião razoável de que é melhor discutir do que brigar, e a busca de um equilíbrio que distribua os papéis da melhor maneira de acordo com interesses de cada parte, mas a pressuposição

¹⁷ O senhor Paulo Gonçalves é agrônomo e trabalha numa Organização Não Governamental chamada Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO). Através dessa organização e de parceria junto ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia ele tem acompanhado situações de conflitos em diversas comunidades quilombolas do Tocantins e contribuído para a realização de auto cartografias/mapeamento social dos seus territórios.

¹⁸ A esse respeito consultar Ranciere, 1996.

de uma objetivação total dos dados presentes e dos papéis a distribuir. É um sistema perceptivo que identifica o povo político à população real e os atores políticos às partes do corpo social. Em suma para este autor “*o consenso então não é nada mais que a supressão da política*” (RANCIERE, 1996).

Diante dos impasses que tal escolha poderia provocar, decidi aceitar o convite e mudar o itinerário para alcançar as comunidades de Macacos, Brejim e Curupá. Ao invés de seguir para o Sul do Maranhão, dirigir-me então para a região do Jalapão, na comunidade quilombola do Prata, situada ao leste do Tocantins, município de São Felix do Tocantins, local onde ocorreria o encontro. Isto posto, partir de São Luís para Imperatriz, situada ao oeste do estado do Maranhão, de lá segui para Palmas, no Tocantins. De Palmas, entre caronas e fretes de motocicletas, e muitas dificuldades com transporte, demorei dois dias para chegar até o local do evento. Adversidades a parte, pude participar do evento por dois dias e ouvi atentamente as discussões pautadas no encontro, e compreender um pouco mais sobre os diversos encontros das comunidades quilombolas do Tocantins, principalmente aquelas situadas na região do Jalapão. Pude também compreender melhor acerca das normas impostas pelos órgãos ambientais no que diz respeito ao uso dos recursos naturais. De modo semelhante as comunidades de Macacos, Brejim e Curupá, essas comunidades quilombolas vivem constantemente constrangidas com as normas impostas pelos agentes dos órgãos ambientais.

A estadia naquela comunidade me permitiu visitar a sede da Associação dos Extrativistas e Artesãos do Povoado Prata e conhecer um pouco sobre o trabalho das mulheres com a fibra do capim dourado. Naquele local além das peças feitas com capim dourado, são comercializados outros produtos derivados dos chamados frutos do cerrado, como o pequi, bacuri, buriti, entre outros. Nesse interim, pude também observar as ações de políticas oficiais de incentivo ao chamado Turismo de Base Comunitária (TBC)¹⁹ ou “turismo sustentável” como costumam chamar alguns

¹⁹ Segundo o ICMBio o “*Turismo de Base Comunitária é um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação*”.

ambientalistas, desenvolvido naquela localidade pela Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa (ADETUC), através do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável do Tocantins (PDRIS), e financiado com recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Iniciado em 2014 nas comunidades quilombolas do Prata e Mumbuca, o referido projeto, segundo o discurso oficial, tem como propósito ampliar a geração de renda, através da implementação de atividades de ecoturismo de base comunitária, com protagonismo e integração das comunidades quilombolas a partir do turismo com roteiros/pacotes com atividades tidas como de baixo impacto socioambiental.

Após a permanência por 2 dias na comunidade quilombola do Prata, seguir em direção as autodesignadas comunidades quilombolas de Macacos, Brejim e Curupá, com o propósito de dar continuidade as atividades de pesquisa de campo iniciadas em abril de 2018. A chegada em pleno inverno me possibilitou acompanhar o envolvimento das mulheres na coleta e beneficiamento do buriti e a lida dos vaqueiros com o gado nos *baixões*. Tive a oportunidade também de realizar entrevistas mais detidas com agentes sociais das três comunidades, notadamente com aqueles que eu já havia conversado informalmente em viagem anterior, de modo a coligir uma quantidade considerável de dados a serem sistematizados e analisados.

Nessa viagem a pesquisadora pretendia também, em atendimento a uma expectativa do grupo, conhecer os *gerais* e as cachoeiras das nascentes do rio Parnaíba. Entretanto no período chuvoso os agentes sociais não costumam ir com muita frequência nesses lugares devido as dificuldades com lamaçais nas chamadas *veredas*, *patâmes* e *brejos*, fechamento dos caminhos e principalmente por o gado dificilmente permanecer nos gerais nesse período. Em compensação pude conhecer os designados *brejos* e dispor de mais tempo para realizar visitas a locais mais distantes, como algumas residências e o cemitério da comunidade Macacos. Para alguns desses lugares fui montada a cavalo, principal meio de transporte utilizado pelos moradores dessas comunidades. Segundo os entrevistados em tempo pretérito a ida as cidades mais próximas como Alto Parnaíba era realizada no lombo de cavalo

ou a pé tocando jumento com cargas de farinha para serem trocadas por sal na referida cidade, como costumam sempre repetir ao falarem do processo de autonomia produtiva do grupo. Neste período as mulheres estavam envolvidas também a coleta do buriti, na tentativa de coletar dados para a pesquisa e ao mesmo tempo contribuir com tais atividades, buscando de certo modo retribuir toda a hospitalidade a mim dispensada, me disponibilizei para ajudá-las, colocando-me na condição de aprendiz buscando, todavia ter acesso aos saberes referidos ao beneficiamento do buriti e a importância dos *brejos* nos seus modos de vida.

1.2 De entrevistadora a entrevistada: impressões acerca da pesquisa e da pesquisadora

A interação social travada entre o pesquisador e os agentes sociais, facultado pelo trabalho de campo, tem sido desde Malinowski o procedimento de pesquisa adotado pelos antropólogos em estudos que buscam sobretudo, compreender os modos de vida dos ‘nativos’. Entretanto, a reflexão acerca do encetamento das relações sociais estabelecidas em campo, consoante interpretações a partir de Berreman (1990), são em muitos casos encolhidas ou deixadas de lado, em detrimento da apresentação dos dados coletados.

Ao chegar em campo, todo etnógrafo se vê imediatamente confrontado com sua própria apresentação diante do grupo, que pretende aprender a conhecer. Só depois de tê-lo feito, poderá passar à sua confessada tarefa de procurar compreender e interpretar o modo de vida dessas pessoas. Na literatura antropológica, a segunda dessas tarefas é mais frequentemente discutida que a primeira. Conquanto o êxito do esforço dependa tanto de uma quanto da outra. Ambas as tarefas, como toda interação social, envolvem controle de interpretação pelo etnógrafo e seus sujeitos. (Berreman, 1990).

A chegada nessas comunidades deu-se mediante deslocamento na garupa da motocicleta pilotada pelo senhor Manoel Ribeiro, que me conduziu de Alto Parnaíba até a comunidade de Macacos, que distam aproximadamente 140 quilômetros. Durante todo o percurso, esforcei-me para segurar em cima da motocicleta, que mesmo com todo o cuidado, competência do piloto e experiência em trafegar por

aquelas estradas, o veículo tendia a perder o controle ao atravessar por lugares íngremes, abarrotados de pedras, lamaçais, areias e nas chamadas *grotas*.

A realização da viagem por aquelas vias, me rendeu a alcunha de dura e corajosa, principalmente por parte de algumas mulheres²⁰, que diziam não ter desassombro para tal peripécia. Enaltecimentos a parte, a pesquisadora encontrava-se exaurida e com muitas dores pelo corpo, por tentar manter-se equilibrada encima daquele transporte, em meios aos pinotes, na tentativa de minimizar o trabalho do piloto. Naquele momento buscava, todavia, mesmo diante particularidades acima citadas, cumprir de modo protocolar os procedimentos sugeridos por uma sociologia reflexiva, ao conferir importância ao ato de ‘penetrar’ ao meio estudado (Bourdieu, 2002).

Esta atenção aos pormenores de procedimento da pesquisa, cuja dimensão propriamente social – como achar bons informantes, como nos apresentarmos, como descrever-lhes os objetivos da pesquisa e, de modo mais geral, como ‘penetrar’ o meio estudado, etc. – não é menos importante, poderá pôr-vós de prevenção contra o feiticismo dos conceitos e da ‘teoria’, que nasce da propensão para considerar os instrumentos ‘teóricos’, habitus, campo, etc., em si mesmo, em vez de os fazer funcionar, de os pôr em ação. (BOURDIEU 2012, p. 27)

Por outro lado, as primeiras impressões acerca da pesquisadora, coadunadas pela desconfiança e ao mesmo tempo a falta de familiaridade com a figura do pesquisador, instigavam, por assim dizer, os agentes sociais a inquirir-me sobre o meu estado civil, local de nascimento, vida acadêmica, pertencimento étnico, pertença religiosa, entre outros assuntos. Tais interpelações, permitia que eu explanasse um pouco mais acerca das minhas pretensões e dirimisse algumas impressões que pudesse obstaculizar a interlocução com o grupo, e a construção de uma relação de confiabilidade tão almejada pela pesquisadora.

De outra parte, sobre o inquérito referido a pertença religiosa da pesquisadora, cabe ressaltar que segundo os agentes sociais a mobilização em torno do pleito como

²⁰ Ao longo da pesquisa fui descobrindo através de conversas com algumas mulheres mais velhas que por lá não é bem visto uma mulher solteira realizar uma viagem tão longa com um homem, que não seja seu pai ou irmão.

“comunidades remanescentes de quilombos” perante o Estado brasileiro, se concretizou sobretudo, pelo apoio dispensado pelo senhor Gilvan Matos Rocha, conhecido como Pastor Gilvan e a senhora Ana Claudia Matos da Silva, designada por eles como doutora ou advogada. Conforme relatos dos agentes referidos a diretoria da associação, no ano de 2012 o Pastor Gilvan sensibilizado pelo relato de uma senhora da comunidade Brejim, ameaçada de expulsão do território pelo IBAMA, acionou lideranças da comunidade Mumbuca, localizada no município de Mateiros, no estado do Tocantins para auxiliá-los na organização de uma associação, no sentido de barrar a ação de perpetrada pelo IBAMA.

Mumbuca, assim como as comunidades de Brejim, Curupá e Macacos, teve seu território intrusado por uma UC de proteção integral, chamado Parque Estadual do Jalapão, e se mobilizaram face as constantes ameaças proferidas pelo Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS. Por ter residido em Mumbuca, na condição de liderança religiosa, este senhor, oportunamente, promoveu o intercâmbio entre as situações adjacentes.

Consoante a tais acontecimentos, a pesquisadora era sempre questionada sobre o pastor Gilvan, se era enviada dele, ou se era crente²¹ como ele, ou se o conhecia. Do mesmo modo, principalmente por aqueles agentes referidos a diretoria da associação eu sempre era referida também a senhora Ana Claudia _ inclusive com relação a aparência física, levando-os a perguntar constantemente se eu pertencia a uma comunidade quilombola, assim como a senhora Ana Claudia.

Ainda sobre as primeiras impressões, por todas as comunidades que andei, observei uma quantidade considerável de homens solteiros, que segundo as regras matrimônias daquelas comunidades, muitos já passaram da idade apropriada para contrair matrimônio. De outra parte, o número de mulheres solteiras é quase

²¹ O termo *crente* é utilizado pelos agentes sociais das comunidades referenciadas pela pesquisa para designar aqueles que pertencem a alguma Ceita pentecostal. Durante o trabalho de campo tive bastante contato com agentes sociais referidos a Igreja Assembleia de Deus, participando inclusive de um culto religioso. Os frequentes contatos em parte ocorreram em consequência da minha proximidade com agentes ligados a diretoria da Associação, que pelo que pude observar todos são pertencentes a essa mesma doutrina religiosa.

inexistente, lembro-me de ter encontrado apenas duas mulheres separadas, designadas localmente como *sendeiras*, que dizem continuar solteiras por escolha. Segundo algumas mulheres casadas desses locais, algumas mulheres saem muito novas para estudar e trabalhar nas cidades vizinhas e por lá contraem matrimônio e os homens geralmente saem menos. Diante do exposto, a chegada de uma mulher solteira nessas comunidades, pode aquecer o mercado de trocas matrimoniais, despertando nos homens solteiros e nas famílias destes a possibilidade de um casamento.

Sobre a coleta de dados, logo que cheguei a uma certa comunidade, depois das apresentações, comecei a fazer algumas perguntas acerca do conflito com o Parque, as respostas eram sempre arroladas colocando o conflito no passado, alguns até proferiam críticas a respeito das ações dos agentes do IBAMA e ICMBio, entretanto remediavam em seguida, me informando a importância das agências ambientalistas, tanto na preservação do meio ambiente, quanto na coibição de compra e grilagem de terras pelo chamados *projeteiros*, alguns expuseram também sobre o desejo de realizar parcerias com tais agências. Logo percebi que o conflito com o Parque não seria, digamos assim, a melhor forma de estabelecer relações de confiança com meus interlocutores, principalmente com os membros ao qual eu estava referida no primeiro momento _ os agentes ligados a diretoria da associação, agentes esses que tem por vezes posições distintas de outras pessoas, principalmente daqueles mais velhos. Por outro lado, naquele momento também não havia ainda o estabelecimento de relações de confiabilidade, dada a delicadeza da situação, que me habilitasse a coletar tais informações.

No segundo momento, empreguei como estratégia a realização de entrevistas sobre os seus modos de vida, os saberes e a relação com os recursos ecológicos, por eles designados como: *gerais ou refrigerio, chapadas, cerrado, tabuleiro, brejos, capão, capoeira, pantãme, veredas, boqueirão, baixão, carrasco, mata seca, campina, quintal e serras*. O uso de tal artifício, intencionava não trazer à tona, questionamentos explícitos a respeito do Parque, evitando assim qualquer tipo de constrangimento aos meus interlocutores, buscando sobretudo uma comunicação não

violenta²². Contudo, no final de uma entrevista, fui interpelada por um senhor que me perguntou qual o meu propósito ao fazer aquelas perguntas e qual o propósito da pesquisa. Indagou-me ainda sobre a possibilidade de a pesquisa não vir a prejudicá-los, assim como aquelas realizadas por pesquisadores que estiveram por lá antes da implantação do Parque. Esse senhor falou ainda, que pensava antes da minha primeira ida a comunidade, que eu fosse do governo do Estado²³. O questionamento daquele senhor, à primeira vista poder-se-ia ter se transformado em um obstáculo à realização da pesquisa. Por outro lado, a interpelação desse senhor me possibilitou observar o modus operandi das agências de Estado no tocante a formulação e execução de medidas sem a consulta prévia e sem o devido conhecimento dos agentes atingidos por tais medidas. Pude depreender também, nas duas situações a produção de estigmas sociais sobre aqueles agentes, classificados como aqueles que degradam a natureza, imputando-lhes até mesmo a falta de chuvas e a diminuição das águas²⁴. Por outro lado, pude ainda a partir da observação desse senhor a meu respeito e a respeito da pesquisa, expor um pouco mais sobre a pesquisa, mostrando-lhe inclusive, um boletim e um caderno produzido pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia - PNCSA, sobre os conflitos entre as comunidades quilombolas do estado do Tocantins e as Unidades de Conservação intrusadas aos seus territórios.

1.3 Sobre os procedimentos de pesquisa e os entrevistados

Foi com o interesse de conhecer comunidades autodesignadas quilombolas no Sul do Maranhão que iniciei as atividades de pesquisa de campo nas comunidades de Macacos, Brejim e Curupá. Diferentemente de grande parte dos pesquisadores da área de ciências sociais que já se inserem em campo com uma hipótese ou problemática de

²² Segundo Bourdieu (2017), “*Tentar saber o que se faz quando se inicia uma relação de entrevista é em primeiro lugar tentar conhecer os efeitos que se podem produzir sem o saber por esta espécie de intrusão sempre um pouco arbitrária que está no princípio da troca (especialmente pela maneira de se apresentar a pesquisa, pelos estímulos dados) é tentar esclarecer o sentido que o pesquisado se faz da situação, da pesquisa em geral da relação particular na qual ela se estabelece, dos fins que ela busca e explicar as razões que o levam a aceitar de participar da troca*”

²³ Na primeira visita que fiz a uma das três comunidades uma liderança havia feito uma carta ao Governador do Maranhão.

²⁴ Conforme tratarei no Capítulo III.

pesquisa definida, de minha parte não havia nenhum investimento prévio, a não ser leituras e experiências anteriores de pesquisa com comunidades “remanescentes de quilombos” na Região da Baixada Maranhense. De início não tinha informações nem mesmo sobre o conflito dessas unidades sociais com as ações perpetradas pelas políticas ambientais sobre seus territórios, de modo que não conjecturava tomar como objeto de pesquisa uma temática que nunca havia me detido, o *ambientalismo*.

De outra parte, na tentativa de me aproximar da temática de pesquisa por mim elegida, tenho investido em leituras que me possibilite, compreender a instituição de diferentes campos de debate e ao mesmo tempo elaborar perguntas²⁵, que me auxiliem na construção do objeto de estudo (BOURDIEU, 2002). Tal atividade pode ser pensada também como um procedimento de fuga a uma sociologia espontânea e a construção de instrumentos de pensamento que podem colaborar com tal empreitada.

De todo modo, a revisão bibliográfica por mim empreendida, tem me facultado refletir sobre um conjunto de práticas que podem ser designadas como atos de Estado (BOURDIEU, 2014), direcionadas a uma problemática construída socialmente _ a questão ambiental. Nesse sentido, tenho buscado pensar quais obstáculos se apresentam no processo de construção do objeto de pesquisa? Como se deu o processo de mobilização para implantação do Parque? Qual a relação do Parque com a expansão do agronegócio? Como os agentes sociais se mobilizam perante a situação de conflito? Quais os mecanismos de resistência os agentes acionam diante dos discursos ambientalistas? Quais os efeitos sociais do Parque sobre os modos de vida do grupo? Como a restrição ao uso dos recursos naturais desestrutura a relação dos agentes sociais com os recursos ecológicos?

Nas minhas primeiras incursões em campo busquei refletir ainda que de modo incipiente sobre o processo de construção do objeto de estudo ao me deparar com os

²⁵ Na tentativa de refletir sobre os obstáculos à produção de conhecimento, Bachelard expõe que: “*Em primeiro lugar, é preciso saber formular problemas. E, digam o que disserem, na vida científica os problemas não se formulam de modo espontâneo. É justamente esse sentido do problema que caracteriza o verdadeiro espírito científico. Para o espírito científico, todo conhecimento é resposta a uma pergunta. Se não há pergunta, não pode haver conhecimento científico. Nada é evidente. Nada é gratuito. Tudo é construído.*” (p. 18).

desafios proporcionados pelas atividades de pesquisa de campo, diante das lacunas, fragilidades e até mesmo indefinições relativas à delimitação do objeto em discussão. Por outro lado, o esforço de tal exercício, tem contribuído para repensar as minhas próprias atividades de pesquisa de campo, bem como a construção de relações sociais por mim empreendidas, ao me propor compreender os modos de vida dos agentes sociais dessas comunidades e os efeitos sociais da supressão dos recursos naturais ocasionado tanto pela implantação de uma UC de proteção integral, como pelo avanço do agronegócio nas chamadas *serras*.

Durante as atividades de pesquisa de campo empreguei como técnica de coleta de dados, entrevistas abertas, conversas informais e anotações em caderno de campo. Ao iniciar as entrevistas ou conversas informais procurava manter-me o mais atenta possível a fala do entrevistado, redirecionando as perguntas que pudesse por algum motivo constrangê-los. Segundo Bourdieu (2017) “*a proximidade social e a familiaridade asseguravam efetivamente duas das condições principais de uma comunicação ‘não violenta’*” (BOURDIEU, 2017, p. 697).

Nos meandros da pesquisa realizei entrevistas com uma quantidade significativa de agentes sociais sobre diversos temas e problemas (conforme o quadro 1) que me permitiram refletir e formular questões para compreender os conflitos vivenciados pelas unidades sociais enfocadas arroladas pela presente pesquisa.

QUADRO 1 – ENTREVISTADOS E OS TEMAS E PROBLEMAS ABORDADOS NAS ENTREVISTAS

AGENTE SOCIAL	COMUNIDADE DE REFERÊNCIA	VÍNCULOS ASSOCIATIVOS/ OU DE MOVIMENTOS SOCIAIS	TEMAS E PROBLEMAS ABORDADOS NA ENTREVISTA
Adelina Ribeiro da Silva	Macacos		Festa do Divino Espírito Santo em Macacos. Relações de parentesco e saberes referidos ao uso de plantas medicinais

Adenilson Rodrigues Folha	Brejim	Membro da Associação das Comunidades Quilombolas de Macacos, Brejim e Curupá (ACQMBC)	Saberes e práticas referidos à criação do gado. Sobre os diferentes tipos de terreno e os modos tradicionais de uso dos recursos naturais.
Ana Claudia Matos Ribeiro	Mumbuca	Integrante da COEQTO	O enfiletamento das comunidades quilombolas frente as políticas ambientais.
Anilde Fernandes Gama	Curupá	Membro da ACQMBC e Agente Comunitária de Saúde de Macacos, Brejim e Curupá	Mobilizações para a criação do Parque das Nascentes do Rio Parnaíba.
Dilva Ribeiro da Silva	Brejim	Membro da ACQMBC	Saberes e práticas referidos ao beneficiamento do buriti.
Domingas Ribeiro	Macacos	Membro da ACQMBC	Sobre os saberes referidos a feitura de diferentes artefatos com a fibra e o talo do buriti e as normas estabelecidas pelos gestores do parque ao uso dos chamados <i>brejos</i> .
Domingos Sousa	Curupá		Saberes relacionados ao ofício de carpina. Conflitos de terras com os <i>projeteiros</i> . A permanência do cultivo de arroz frente as normas estabelecidas pelos agentes dos órgãos ambientais.
Elias Pereira da Silva	Brejim	Membro da ACQMBC	Saberes referidos ao trabalho do oficial e o histórico de ocupação do território da comunidade quilombola de Brejim pelos chamados <i>jagunços</i> .
Elizabeth Pereira da Silva	Brejim	Membra da ACQMBC	Sobre a ameaça de expulsão dos autodesignados quilombolas dos seus territórios
Francisco Pereira da Silva	Brejim	Membro da ACQMBC	As formas de repressão dos agentes dos órgãos ambientais ao uso dos recursos naturais e a criminalização dos autodesignados quilombolas

Gersa Ribeiro da Silva	Macacos	Membro da ACQMBC	Sobre a festa do Divino Espírito Santo em Macacos e os saberes e práticas referidos ao trabalho das <i>parteiras</i> .
Joacir Cesário da Silva	Brejim/Curupá	Tesoureiro da ACQMBC	Sobre os conflitos gerados pela intrusão do Parque. As ações dos chamados <i>projeteiros</i> .
Manoel Raimundo Ribeiro	Macacos	Presidente da ACQMBC	A relação dos moradores das comunidades com os órgãos ambientais. A criação do Parque. A participação dos agentes sociais nos eventos promovidos pelo ICMBio.
Maria Rodrigues da Silva	Brejim	Membro da ACQMBC	Sobre o uso das plantas medicinais e as formas de uso do <i>cerrado</i> .
Maria de Fatima Pereira da Silva	Brejim	Secretária da ACQMBC	Sobre a Associação das Comunidades Quilombolas de Macacos, Brejim e Curupá e a coleta e beneficiamento do buriti
Maria Ribeiro da Silva	Macacos	Membro da ACQMBC	Sobre a festa do Divino Espírito Santo em Macacos e os saberes e práticas referidos ao trabalho das <i>parteiras</i> .
Raimundo Ribeiro da Silva	Macacos	Ex presidente da ACQMBC	O processo de mobilização para a criação da Associação. O embate com os agentes dos órgãos ambientais. Sobre os primeiros moradores de Macacos e a questão das onças.

Vale ressaltar que as entrevistas realizadas compreendem grosso modo a rede de relações que fui estabelecendo durante o trabalho de campo e que a maioria dos meus entrevistados faz parte da Associação das Comunidades Quilombolas de Macacos, Brejim e Curupá. Em Macacos tive como principal informante o senhor Raimundo Ribeiro, liderança desta comunidade, este senhor no alto dos seus 77 anos, foi o primeiro presidente da Associação dos Quilombolas de Macacos, Brejinho e Curupá, e é reconhecido como aquele que detém a memória sobre os primeiros moradores de Macacos e Brejim. Por lá entrevistei também a senhora Maria Ribeiro e a senhora Jersa Ribeiro, irmãs mais velhas do seu Raimundo. Com elas pude

estabelecer diálogos sobre o festejo do Divino Espírito Santo, festejado por sua família, os saberes das parteiras e suas trajetórias de vida que me permitem refletir sobre a dispersão de membros da sua unidade familiar em um território mais vasto que o território reivindicado e que apontam para estratégias de reprodução de seu grupo familiar face a compressão do livre acesso aos recursos ecológicos. Entrevistei ainda nessa comunidade a senhora Domingas, que além de colocar *roça* com seus familiares, criar gados nos *gerais*, se dedica a feitura de peças com a fibra do olho de buriti e com o talo, como esteiras, cofos e balaios.

Em Brejim estabeleci estreitas relações com a senhora Maria de Fatima e seu esposo Adenilson. Foram eles que generosamente me hospedaram em sua residência e me levaram na casa dos seus parentes e vizinhos. A senhora Maria Fatima é secretária da Associação dos Quilombolas de Macacos, Brejinho e Curupá, professora da escola local, e pertence à família dos primeiros moradores de Brejim_os lourenços. Com esta senhora pude conversar sobre a constituição da referida Associação, o reconhecimento do grupo como quilombo pelo Estado Brasileiro, e ainda sobre os saberes e práticas adotados na coleta e beneficiamento do buriti. Com o senhor Adenilson, conhecido como Bili, pude conversar longamente sobre a criação do gado nos *gerais*, *chapadas* e *baixões*, sobre os saberes e práticas atribuídos aos vaqueiros, sua trajetória de vida e a diversidade dos recursos ecológicos que integram o território reivindicado. Nascido em uma antiga comunidade chamada Pé do Morro, este senhor e seus familiares se estabeleceram em Brejim a partir da vaqueirice do seu pai e das estratégias matrimoniais, que pelo que pude observar, garantiram a permanência dele e de parte de seus irmãos, notadamente em Brejim e Macacos. Em Brejim tive a oportunidade de entrevistar a senhora Dilva Ribeiro, natural da comunidade Macacos, esta senhora me foi apresentada como uma mulher corajosa e destemida, por desenvolver atividades que são imputadas aos homens, como a *vaqueirice*. Estabeleci relações também com o senhor Elias Lourenco, a senhora Maria Rodrigues e o senhor Francisco Lourenço.

Em Curupá realizei entrevista com o senhor Domingos, que se autodefine como lavrador e *carpina*. Diferentemente dos demais este senhor continua a cultivar

arroz em uma área de gerais nas proximidades de um rio chamado Riozinho. Além de cultivar arroz, ele planta cana de açúcar e cria um pequeno rebanho de gado. Do ofício de *carpina* o senhor Domingos é considerado um inventor criando o primeiro pilão d'água que se tem notícia na região e o único engenho de cana de açúcar, ambos em funcionamento. Nessa comunidade entrevistei ainda a senhora Anilde Gama que me forneceu informações acerca do processo de consulta pública para a criação do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba.

CAPÍTULO II

Entre *baixões*, *serras* e *gerais*: sistemas de uso comum, modos de vida e territorialidades específicas

Introdução

No decorrer do trabalho de campo, entre entrevistas e conversas ao longo das *rodagens* ou *caminhos* percorridos na companhia de meus interlocutores, fui me defrontando com um complexo sistema de classificação dos recursos ecológicos apreendido e compartilhado pelos autodesignados quilombolas, ao procederem a descrição sobre as práticas extrativistas, o cultivo das chamadas *roças* e a criação do gado. Tal sistema classificatório é integrado pelas seguintes categorias: *gerais*, *chapada*, *cerrado*, *tabuleiro*, *brejo*, *capão*, *capoeira*, *pantâme*, *vereda*, *boqueirão*, *vão*, *baixão*, *carrasco*, *mata seca*, *campina*, *campestre*, *talhado*, *quintal* e *serra*. Todavia, buscando não reproduzir esquemas interpretativos que estabelecem uma relação meramente sequencial para esses “termos” e distanciando-me de uma descrição que produza uma ideia de totalidade, que traduza um determinado tipo de “meio físico”, “ecossistema” ou “bioma”²⁶. Procurarei no presente capítulo me ater apenas à descrição das categorias *serras*, *baixões* e *gerais*, correlacionando-as a esse sistema de classificação de modo a buscar descrever formas de uso comum dos recursos naturais que, pelo que percebi, fundamentam a percepção de direito daqueles que tiveram seus territórios intrusados com a criação do Parque.

Ao me desafiar a descrever e analisar a relação dos agentes sociais com os recursos naturais face à intrusão do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba e à expansão do agronegócio sobre os territórios das comunidades autodesignadas

²⁶ Ao compulsar uma literatura referente à relevância da defesa do “meio ambiente” face às ações dirigidas ao designado “desenvolvimento sustentável”, não é incomum encontrarmos a insistente repetição de categorias como “ecossistema”, “bioma”, dentre outros. Tal literatura tanto pode se relacionar à elaboração de produtos políticos propriamente ditos como planos de manejo, diagnósticos, relatórios quanto a estudos acadêmicos produzidos por especialistas da questão ambiental do qual fala Leite Lopes (2006), sendo assinada por autores cuja formação acadêmica está ligada notadamente aquelas competências científicas tidas como habilitadas para tratar do “ambiente” e/ou “meio físico” como geógrafos, agrônomos e mais recentemente biólogos e engenheiros florestais.

quilombolas do município de Alto Parnaíba, empreendi esforços no sentido de refletir: quais os efeitos das normas de uso dos recursos naturais impostas pelos gestores do Parque para a reprodução física e social dessas unidades sociais? Quais as formas de resistência dos agentes sociais face às normas instituídas e a criminalização como devastadores da natureza perpetrados pelas agências ambientalistas? Como descrever uso dos recursos naturais através das relações sociais estabelecidas pelos agentes sociais? Seria possível considerar que a desagregação das regras de uso comum dos recursos naturais provocadas pela instituição das políticas ambientais provoca efeitos distintos nas chamadas *serras*, *baixões* e *gerais*? Por que os conflitos com relação ao uso dos recursos naturais incidem mais sobre as áreas de uso comum? Qual a relação entre comum, comunal e comunitário ao tomar objeto como objeto de análise as diferentes formas de uso e apropriação dos recursos naturais pelos agentes sociais?

O sistema de classificação atualizado pelos meus entrevistados me parece inicialmente indicar diferentes tipos de solo (barro, areia, vazantes e *brejos*), “clima” (lugar úmido, fresco ou frio, seco), vegetação (capim, mato, árvores altas, árvores baixas, buritizais, *carrascos*, *tabuleiros*, *cerrados*) e usos (agricultura, pecuária, extrativismo, caça) que distinguem os designadas *baixões*, *serras* e *gerais*. Entretanto, com o desdobramento das atividades de pesquisa pude perceber que tais categorias fazem referência a um conhecimento específico sobre tipos de solo e vegetação e que elas denotam sobremaneira formas de apropriação dos recursos naturais que não dispensam saberes e práticas tidas como tradicionais indicando certas *estratégias* (BOURDIEU, 2004) de controle e apropriação do território reivindicado. Por outro lado, essas categorias e o modo dos agentes sociais descrevem os chamados *terrenos* ou áreas de uso comum como os *gerais* destoam por assim dizer, das classificações oficiais empregadas pelo discurso de ambientalistas, mormente o das agências ambientalistas habilitadas a demarcar e gerir as chamadas áreas de proteção ambiental, que tem como propósito a preservação dos designados biomas²⁷.

²⁷ Consoante classificações oficiais, cada um desses ambientes abriga diferentes tipos de vegetação e fauna. O Brasil é formado por seis: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal. Para cada bioma há políticas ambientais específicas que visando assegurar o *desenvolvimento sustentável* desorganiza as relações sociais e práticas que orientam o chamado uso tradicional dos recursos naturais. O presente trabalho busca se deter sobre as formas de desorganização instituídas por essas políticas oficiais em referência ao

De outra parte, o acesso ao conjunto de categorias que buscarei deslindar nesse capítulo, me permitiu colocar em suspenso uma visão reificada da “natureza” e compreender de modo mais manifesto o conflito das autodesignadas comunidades quilombolas com o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba – PNNRP e os *efeitos sociais* decorrentes de tomadas de decisão oficiais. A esse exemplo posso citar encaminhamentos do poder público que incidem sobre o conjunto das unidades sociais referidas a área delimitada para a implantação desse Parque que mesmo não sendo implementados ocasionaram mudanças no modo de ser e viver dessas unidades sociais. O primeiro destes atos diz respeito a uma deliberação intrínseca a natureza da política referida a ideia de “parque” ambiental, qual seja: a proteção integral do meio ambiente que implica na ausência de todo e qualquer agrupamento humano, ou seja, a criação do Parque trouxe consigo uma constante ameaça de expulsão dos autodesignados quilombolas. Para aqueles que não tinham título de propriedade de terras, tal expulsão implicava numa ausência de quaisquer direitos, ampliando assim as violações perpetradas pelo Estado àqueles que ocupam tradicionalmente o território reivindicado desde meados do século XIX.

Por outro lado, mesmo a expulsão não se concretizando face a tanto a morosidade para demarcação do Parque, quanto a luta pelo reconhecimento como quilombo, pude observar diferentes situações de conflitos sociais envolvendo as comunidades *intrusadas* pelo Parque e os chamados *projeteiros* que se avizinham e pressionam os territórios tradicionalmente ocupados por um conjunto de unidades sociais bastante amplo incluindo as três comunidades que elegi para a realização de uma pesquisa mais detida. Meus entrevistados ressaltaram que esses *projeteiros* vem adquirindo grandes extensões de terras (por compra e grilagem) para cultivo de grandes plantações de monoculturas, impossibilitando de modo drástico as práticas de *uso comum*, como a coleta do mel, da cera e a captura das caças. Os agentes sociais expõem ainda que a exploração extensiva do *cerrado* ocasiona o desmatamento de grandes áreas, a abertura de poços subterrâneos para abastecimento de água nas chamadas *fazendas de projetos*, a compra e grilagem de terras nas áreas próximas as comunidades e o problema com as onças, como deslindarei

Cerrado, mais notadamente buscando compreender o efeito dessas políticas nas designadas *serras*, *gerais* e *baixões*.

no capítulo 3. Nas áreas destinadas à criação do gado no período do chamado verão, designados *gerais*, o conflito mais aparente diz respeito à criminalização do uso do fogo utilizado no processo de renovação das pastagens. Nos *baixões*, local que corresponde às terras baixas, com terrenos mais úmidos que os das *serras* e *cerrado*, devido à presença de rios, *riachos*, *córregos*, lagoas e *brejos*, os conflitos mais acentuados são decorrentes da repressão dos agentes dos órgãos ambientais no tocante as formas tradicionais da chamada agricultura de corte e queima, desconsiderando as práticas tradicionais de preservação a exemplo do chamado “pousio”, período de descanso do solo e que previne o esgotamento dos recursos naturais.

Segundo Moraes (2009) as estratégias de reprodução social dos chamados “camponeses” se desenvolvem por meio de práticas diferenciadas nos locais designados de *baixão* e na *chapada*, e expressam lógicas distintas. Para a autora, tomando como campo empírico um povoado no município de Urucui, Sudoeste do Piauí, o *baixão* é o local destinado a agricultura de provisão: do plantio do arroz, do feijão, da fava, da mandioca e do milho, além de verduras, frutas e pastos, sendo também o lugar de assentamento e morada. As áreas de *chapada*²⁸, locais que guardavam elementos do imaginário e porção do território “camponês” passível de apossamento, na “economia camponesa” tradicional são reservadas à caça, coleta de frutos, mel e plantas terapêuticas e de criação do gado e da “miunça” “na solta”. De acordo com a autora acima citada, a interdição do uso das chapadas com agricultura intensiva (arroz do sequeiro) e o “progressivo encurralamento que lhes é imposto nos *baixões* tem levado o chamado “povo do cerrado” a operar um espaço social e territorial cada vez mais restrito, com perda de autonomia.

De outra parte, ao me dispor a refletir sobre os *saberes tradicionais* implicados nas formas específicas de apropriação dos recursos, não estou, contudo, me propondo a tomar o tradicional como algo do passado, resquício ou resíduo de práticas culturais, porquanto pude observar que meus interlocutores tanto aludem a um conjunto de práticas

²⁸ O uso da categoria chapada pela autora corresponde a uma área de terra elevada, de dimensões consideráveis, e com topo relativamente plano, consoante classificação da geografia e equivalente a noção de *serra* para meus interlocutores.

cotidianas no trato com os recursos dispostos pela natureza, quanto a uma autonomia produtiva que os permitiam adquirir nas cidades vizinhas apenas o sal e a querosene, como costumam repetir habitualmente. Nesse sentido, procurarei também no escopo deste capítulo descrever as formas específicas de uso do território reivindicado, de modo a analisar a constituição de territorialidades específicas face a intrusão de antagonistas que tem usurpado e buscado disciplinar as formas de uso comum dos recursos naturais, essenciais na garantia de seus modos de vida.

2.1 *Serras: de terras sem dono a fazendas de projetos*

À primeira vista um estrangeiro que não conhece a região pode conjecturar, diante da paisagem que se deslumbra, estar adentrando uma espécie de refúgio ao olhar ao redor as *serras* que o cerca e as declinações que se colocam ao avançar na *rodagem* que sai de Alto Parnaíba até as comunidades de Macacos, Brejim e Curupá. Impressões como estas também foram compartilhadas por um amplo conjunto de produtores intelectuais regionais que tomaram o chamado *sertão* como referência empírica como Euclides da Cunha, que ao discorrer sobre o *vaqueiro* (sertanejo) em Os Sertões, ajuda a instituir uma representação dos sertões como um lugar isolado e daqueles que lá residem como apartados do mundo, como expresso na passagem “*Porque ali ficaram, inteiramente divorciados do resto do Brasil e do mundo, murados a leste pela serra Geral, tolhidos no ocidente pelos amplos campos gerais, que se desatam para o Piauí...*”. Tais interpretações sobre o *sertanejo* parecem embaralhar a noção de homem e natureza, embasados em determinismos e teorias que produziram estigmas sociais que na atualidade são positivados face a uma *revolução simbólica* (BOURDIEU, 2002, p. 125) mediante processos indenitários que não se fundamentam unicamente numa identidade *sertaneja*, porquanto meus interlocutores no presente acionam a identidade quilombola nos pleitos políticos perante o Estado brasileiro e seus antagonistas dentre um amplo conjunto de identidades sociais que bem fundamentam as reivindicações e os pleitos como quilombolas.

O aparente isolamento das comunidades quilombolas frente aos paredões das *serras* que os rodeia e de paisagens com vegetações sem exploração contínua é desfeito, por assim dizer, ao tomarmos conta de um conjunto amplo de relações sociais, sejam de

parentesco, trocas matrimoniais, comerciais, de compadrio e amizade, estabelecidas com moradores de povoados e cidades que compõem os estados do Tocantins, Piauí e Bahia. Tanto é que a mobilização dos pleitos como quilombo foram acompanhados por agentes sociais da comunidade quilombola de Mumbuca, referidos a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO).

São as *serras*, nas proximidades das nascentes do Rio Parnaíba, que separam em termos da divisão político-administrativa o Maranhão do Piauí e do Tocantins, o Piauí do Tocantins e da Bahia e a Bahia do Tocantins. De modo que, ao dar início à pesquisa de tanto ouvi meus interlocutores falarem sobre as diferentes vias de acesso ao seu território. E dadas as dificuldades do meu deslocamento por Alto Parnaíba, resolvi adentrar as comunidades referenciadas pela pesquisa pelo Tocantins, acessando inclusive uma outra comunidade autodefinida como quilombola, designada Prata, intrusada tanto pelo PNNRP, quanto pelo Parque Estadual do Jalapão (PEJ).

Outra forma de relativizar as minhas *primeiras impressões* se deu a partir de um esforço reflexivo sobre a fala dos meus entrevistados no sentido de compreender as relações estabelecidas pelos agentes sociais com os diferentes “nichos ecológicos” que, apropriados de formas distintas, são investidos de saberes e práticas que caracterizam modos específicos de ser e viver, que por vezes se diferenciam das classificações oficiais empregadas pelo Estado.

Na taxonomia local, *serra* ou *cerrado* designa os terrenos altos e planos de longa extensão, com solos de barro arenoso, coberto por um tipo de capim chamado *agreste* e “clima seco”, com árvores esparsas e de porte baixo. Segundo meus entrevistados, nas encostas do *cerrado* encontra-se ainda áreas de *carrasco*, o que corresponde a uma vegetação mais fechada, propícia para caça e coleta de madeiras para a construção dos cercados ao redor das casas, como capitão, pau de pombo, cachamorra preta e folha larga. A descrição sobre o referido *terreno*, pelo que pude depreender a partir da fala dos meus entrevistados, não se separa das práticas de uso e dos conflitos ocasionados pela apropriação dos *fazendeiros*:

Aqui para nós o *cerrado* mesmo é em cima das *serras*, onde a gente costumava caçar e as vezes também a gente costumava achar colmeia de

abelha. Só que hoje às coisas mudaram, depois que os cerrados viraram plantio de soja e os *fazendeiros* tomaram de conta, quase ninguém caça mais nesses lugares. (RIBEIRO Manoel; ENTREVISTA: 25 de janeiro de 2019)

Antes considerada áreas de *uso comum* pelas comunidades circunvizinhas que vivem nos locais mais baixos designados *baixões*, os *cerrados* eram destinados a coleta do mel, da cera, de *estacas* para o feitiço dos cercados e sobretudo local reservado a prática da caça tanto pelos caçadores das comunidades, quanto pelas onças. Moradoras das encostas das serras, chamado de *boqueirão*, as onças, segundo meus interlocutores, sempre subiam as *serras* para se alimentar e pouco desciam para as áreas próximas às comunidades ou para os *gerais*, como fazem atualmente devido à implantação de grandes extensões de terras utilizadas para monocultivo de soja, milho, algodão, conforme abordarei no terceiro capítulo.

Segundo os entrevistados os *cerrados não tinham dono*, ou seja, não estavam regidos sobre o jugo da propriedade privada, e as atividades extrativas não estavam restritas ao usufruto de um determinado indivíduo, unidade familiar ou povoado, mas pelo que pude depreender a partir da fala dos meus interlocutores, o uso era *comum* àqueles que tinham acesso, não havendo um conjunto de regras específicas para seu uso, como no caso dos chamados *gerais*.

Por outro lado, percebi também que os saberes e práticas referidos as formas de apropriação dos recursos naturais do designado *cerrado*, são colocados por aqueles mais jovens como pertencentes a um passado e considerados em desuso tanto pela constante apropriação do cerrado pelos chamados *fazendeiros*, quanto por uma suposta modernização percebida principalmente por aqueles que saíram para estudar e que fixaram residência em áreas urbanas, como Alto Parnaíba:

Pergunta: Vocês não coletam mais a cera e o mel de abelha?

Manoel: Então, no tempo que o pessoal da nossa região usava só a *candelária de cera*, que hoje em dia poucos usam, a cera mais usada era a cera da *abelha oropa*, porque a gente usava e consumia o mel. A pessoa que tirava tinha todo aquele cuidado de lavar a cera bem lavada para tirar todo o mel da cera depois colocava a cera no sol para enxugar bem enxuta, para depois derreter toda a cera no fogo de preferência em uma panela de ferro ou de barro. Depois arrumava bastante tiras de panos para jogar

dentro da cera derretida daí então que era formado a *candelária de cera* na nossa linguagem. Também tinha outra abelha que o pessoal usava muito a cera dela, era uma abelha chamada *abelha de sapo* que é uma abelha que costuma achar ela em vereda, chapadas e beira de brejos, o mel dela não é consumido porque não é muito bom, não é adocicado como o mel das outras abelhas. Então, assim hoje em dia as coisas se modernizaram mais, mesmo não tendo energia em Brejim e Macacos, as pessoas usam mais é a querosene, o lampião e a lanterna. **As coisas do cerrado não são mais utilizadas como se utilizava antes no tempo dos nossos avós e até mesmo dos nossos pais.** (RIBEIRO Manoel; ENTREVISTA: 25 de janeiro de 2019)

Todavia, tal percepção é distinta, por assim dizer, da visão de alguns agentes sociais entrevistados, quanto ao desuso de recursos encontrados no *cerrado* ou em suas proximidades, como a cera de abelha. Segundo a senhora Maria Rodrigues, conhecida como Preta, da comunidade Brejim, a cera de abelha tem uso diversificado, utilizado tanto para uso medicinal e alimentar, como para feitura de velas e até mesmo para parar os fortes ventos no período das chuvas, pois esses podem derrubar as árvores que ficam ao redor das casas e até mesmo a cobertura das casas.

Pergunta: Como a senhora faz para fazer a vela?

Resposta: Olha, depois da cera derretida eu faço um pavio de algodão e meto dentro da panela, aí ela prega no algodão, aí boto para enxugar. Eu vou lhe mostrar uma que eu tenho aqui... [...] a senhora tá vendo ela aqui? eu não fico no escuro, alumio até a hora de me deitar.

P: E onde a senhora coleta essa cera?

R: É fora da morada das abelhas, a gente tira e não mexe com as abelhas...

P: Ah! As abelhas continuam na colmeia?

R: Continua, a cera cresce muito aí cai no chão.

P: Dar nas serras?

R: Dar nas *serras* e nos *taiado*, nos lajeiros... daqui para o Gurupá a senhora não enxerga aqueles lugares limpos perto do pé da serra? pois lá tem.

P: E a senhora usa somente para fazer vela e candeeiro?

R: Não, serve para muita coisa. Se vier uma chuva de vento, a senhora pode estar em qualquer lugar, você pode pegar um isqueiro e queimar ela um pouquinho, não tem vento que não corte.

P: O vento para?

R: Para sim senhora. Esses paus aí no quintal podem estar tudo rebolando. É só colocar um pedacinho de cera no fogo, é só começar queimar que o vento logo para [...] é desse jeito, **eu não fico sem cera, mesmo tendo querosene.** (RODRIGUES, Maria; ENTREVISTA: 27 de janeiro de 2019)

Notei em referência aos saberes e práticas no uso dos recursos ecológicos, notadamente aqueles considerados como ilegais pelos órgãos ambientais como a caça, o uso do fogo nas pastagens ou a colocação de roças próximas às margens dos *brejos*, que não há uma homogeneidade em referência a continuidade de tais “costumes”.

As ações de “educação ambiental” proporcionado pelo ICMBio, principalmente para aqueles que estão mais a frete da Associação. Tal tomada de posição, pode estar referida a participação desses agentes em reuniões promovidas pelo ICMBio, que se constituem espaços de negociações e “educação ambiental”, como pude depreender pelas conversas com tais agentes.

Por outro lado, as formas de resistências elaboradas face a repressão ao uso dos recursos naturais pelos agentes sociais, no sentido de burlar as restrições encetadas a partir da intrusão do Parque denotam por um lado, mudanças nos modos de reprodução física e social, e por outro lado, formas de resistência coletivas e individuais, como pude observar na conversa com os senhores Adenilson e Manoel:

Manoel: Depois do Parque algumas coisas mudaram. As pessoas deixaram de botar todo tipo roça e também a caça.

Pergunta – As pessoas pararam de caçar?

Adenilson - Não, parar não pararam.

Manoel – Mas assim, ficou mais restrito.

Adenilson – Olha eu não caço mais, e não deixo ninguém caçar lá dentro (área por ele utilizada), eu falo até para meus cunhados que caçam...

Manoel – **Olha, as pessoas ainda caçam, mas o linguajar mudou, depois que foi criado o parque mudou, o meu pai era caçador, aí chegava alguém e perguntava: cadê o Pedro? Aí a gente falava: está para o mato. Hoje quando as pessoas chegam na casa das pessoas que caçam e alguém pergunta, vão dizer: está para o campo atrás de gado.** Então mudou o linguajar. Porque assim, alguns podem até estar campeando, mas quando acham caça trazem. [...], mas antigamente quando a pessoa dizia que ia pro mato já sabiam que pra era caçar.

P- Então as pessoas caçam meio escondido?

Manoel - **É, as vezes matam e não dão nem um pedaço para o vizinho, ninguém nem fica sabendo.**

Adenilson - Eu não acho certo, o veado ficou pouco, era para a gente tá vendo veado nessa serra, hoje viemos para cá e não vimos nenhuma ema, só duas sariema, se a gente tivesse pegado ia dar só uma janta.

Manoel - Só que aqui como é território quilombola, nós até pode caçar, mas não fazemos como os outros fazem, não matamos para vender. Na reunião com o ICMBio foi explicado sobre a caça predatória e a caça cultural. A caça cultural é quando a pessoa ver um rebanho de veado, mata um ou dois e vai para casa comer e a caça predatória eles disseram que é quando a pessoa vai caçar já tem até encomenda, e se ver o rebanho de caititu mata todos os 20, porque não é para comer é para vender. Então isso é proibido.

Adenilson – Meu tio Domingos e o seu Pedro, marido dona Adelina caçaram muito, eles iam para a serra matavam um veado, jogava nas costas e vinham embora, caçavam para alimentar a família. Nunca vendiam. RODRIGUES Adenilson, RIBEIRO Manoel; ENTREVISTA: 28 de janeiro de 2019)

A criminalização da caça pelos órgãos ambientalistas tem modificado a relação dos agentes sociais com essa prática, se antes a caça se constituía, além da busca por alimento, um momento oportuno de integração entre os caçadores, sendo realizada, frequentemente, em grupo, o que gerava obrigações mútuas de transporte, limpeza e repartição dos resultados obtidos. Atualmente, ainda que não neguem a existência de tal prática, ninguém se identifica como caçador, quando falam, demonstram uma certa cautela, alguns falam da repressão sofrida no período que viviam sobre a constante vigilância do ICMBio.

2.2 *Gerais*: de *terras livres* ao protecionismo ambiental

Descrito pelos agentes sociais como uma *terra livre*, por onde os gados pastejam soltos e libertos de cercas, os *gerais* ou *refrigério* são áreas de campos naturais usados secularmente pelos autodesignados quilombolas para refúgio do rebanho durante o período de estiagem, no chamado *verão*. Sendo indispensável para a criação extensiva do gado.

A criação do gado, pelo que pude observar, é uma atividade realizada por quase todas as famílias das comunidades recortadas pela pesquisa. Tal importância pode ser notada inicialmente pelo grande quantidade de currais que essas unidades sociais dispõe. O curral é uma espécie de cercado reservado para o cuidado com o gado. É nesse espaço

que geralmente ocupa a frente ou o lado das residências, que os *vaqueiros* tiram o leite das vacas no período do *inverno*.

Por outro lado, os campos *gerais* têm sido retratados pela literatura e por outras áreas do conhecimento como a história, a geografia e a botânica desde o século XVI. Segundo Nogueira (2009) no período colonial “o termo *gerais* designava, grosso modo, as vastas paisagens de campos do interior do país, de forma genérica, campos extensos, inaproveitados e desabitados. (NOGUEIRA, 2009, pg 45). A autora discorre também sobre a substituição do termo *gerais* pelo termo Cerrado a partir das contribuições dos estudos do naturalista dinamarquês Eugenius Warming²⁹, que pesquisou no Brasil entre 1863 a 1866, todavia ela expõe que até o final do século XIX, a categoria “*campos gerais*” manteve-se operativa. Tanto é que Euclides da Cunha, em Os Sertões, descreve o caminho para o Nordeste, referindo-se precisamente ao interior dos estados de Minas Gerais e Goiás, como “*paragem formosíssima dos campos gerais, expandida em chapadões ondulantes – grandes tablados onde campeia a sociedade rude dos vaqueiros*” (CUNHA, 1984: 105).

Por outro lado, as interpretações de viajantes, administradores coloniais, naturalistas, missionários e literatos sobre as áreas atualmente tidas atualmente como Cerrado e sobre os que lá habitavam, produziram como efeito ações oficiais de colonização desde o período colonial até os dias atuais. Considerado como interior em referência ao litoral que já era explorado desde os primórdios da invasão portuguesa No Sul do Maranhão, tais ações segundo Cabral (2008) tiveram início no final do século XVII, a partir da concessão de sesmarias, para integrantes da Casa do Torre³⁰, situadas as margens do Parnaíba.

²⁹ Durante sua estadia no Brasil, Warming realizou estudos sobre a vegetação do Cerrado em Lagoa Santa, Minas Gerais, o que rendeu nas décadas seguintes uma obra gigantesca intitulada *Symbolae ad floram Brasiliae centralis cognoscendam* (1867-1893). Sua única obra em português é *Lagoa Santa: contribuições para a Geographia Phytobiologica*, que foi publicada em 1908 pela Imprensa Oficial de Minas Gerais.

³⁰ Segundo Cabral (2008) a expansão da corrente baiana para o Maranhão e Piauí está intimamente ligada à implantação dos domínios territoriais da Casa do Torre: “*Esta família desde as suas origens, em meados do século XVII dedicou-se ao criatório e foi um dos mais destacados agentes de estímulo e promoção dessa atividade. A concessão de grandes extensões territoriais foi de tal monta, que provocou denúncias por parte das autoridades Maranhenses como se pode verificar no depoimento do Governador João Maria da Maia Gama: Nos sertões do Piauí a Casa do Torre quer tomar e senhorear as terras da freguesia de longases e de*

Segundo Velho a expansão da pecuária no Brasil nos seus primeiros tempos esteve intimamente ligada à economia açucareira. Para o autor o consórcio entre o açúcar das duas atividades, devia-se ao funcionamento da plantation. Todavia, a própria expansão da economia açucareira obrigou a que se reservassem as férteis terras próximas ao litoral para a cana. E aos poucos o gado vai-se internalizando:

A partilha constituía a base das relações de trabalho: em geral, depois de cada cinco anos, o vaqueiro recebia, como pagamento de seus serviços, a quarta parte das crias. Assim, depois de algum tempo, podia estabelecer-se por conta própria. Criava-se, desse modo, um princípio dinâmico endógeno, ligado à reprodução do rebanho, às fracas condições naturais, à disponibilidade de terras e às relações de trabalho estabelecidas. As relações com o litoral, agora mais indiretas, vão-se dando através das feiras de gado. (VELHO, 2013, pg 39)

No entanto, no Piauí de acordo com o Pe. Miguel de Carvalho, em 1697 já havia mais de uma centena de fazendas de gado nos vales dos rios Canindé, Poti, Gurguéia e Longá, enquanto no Parnaíba, constata o referido sacerdote “*a região do rio Parnaíba é quase toda capaz de criar e não está povoada por causa do muito gentio bravo que na beira dele habita*” (MOTT, 1985). Ao conceber os índios que habitavam aquela região como obstáculo ao estabelecimento das fazendas, o referido discurso ilustra a ideologia do projeto colonizador que se institui a partir da violência e extermínio perpetrados pelos *bandeirantes* e ordens religiosas a dezenas de povos indígenas.

De outra parte, a criação de gado pelos autodesignados quilombolas, conforme a fala dos entrevistados é uma das atividades econômicas mais importantes desde a ocupação do território. Segundo o senhor Raimundo Ribeiro, tal atividade é exercida desde a chegada no lugar que na época tinha apenas povos indígenas nas redondezas, seu bisavô Tomas Ribeiro chegou a possuir uma grande quantidade de gado, sendo considerando um homem com boas condições econômicas.

Piraruca, que façam a barra do Parnaíba e ir senhoreando todas as terras do pelo Parnaíba acima..”.
(CABRAL, 2008, pg 97)

Segundo o senhor Adailson os *gerais* sempre foi uma área utilizada pelos autodesignados quilombolas para a criação do gado, a partir de um conjunto de regras e acordos:

Seu Adailson - É assim, a gente sempre usa os gerais junto, diferente das *roças*, porque nos gerais nem todo mundo tem um *rancho* para prender o gado, aí sempre usa junta com quem tem.

P - Usam junto o *rancho* e a pastagem?

Seu Adailson - É assim, o seu Raimundo lá de Macacos por exemplo, ele usa sozinho a parte de *rancho*, usa só com os filhos dele, quando eles vão pra lá tem o ponto dele ficar, agora como os *gerais* não é cercado, o gado fica junto. Lá em Brejim as vezes eu uso com o meu cunhado Arquimedes porque ele está sem o ponto de ficar.

P- Os *gerais* não têm dono?

Seu Adailson – Na verdade é o seguinte, algumas pessoas diziam que tinham documento, só que ficou muito atrasado não é, e aí sempre foi misturado assim, todo mundo usando mesmo como se fosse do governo. Por exemplo o pai de Fatima, meu sogro tinha terra lá nos gerais, mas ficou muito atrasado o documento e depois ele faleceu, mas aí todo mundo usa normal, ninguém vai atrás disso não [...] todo mundo sempre usou.

P – E com relação a quantidade de gado?

Seu Adailson – Eu quero dizer também que é assim, antigamente o gado era muito, tinha gente que criava até duzentos gados, hoje não, tem quem tem cinco, dez e vai até perto de cem.

P – Como eu não conheço os *gerais*, eu gostaria de saber como que é lá?

Seu Adailson – Os *gerais* que a gente usa é com *vereda*, o gado fica sempre no tempo mais seco na beira dos córregos, da água, quando chove eles abrem para o *chapadão* no *baixão*. Porque se continuar nos *gerais* os bichos adoecem, dão *mal de toque*, que o povo fala.

Como as áreas de *gerais* são mais baixas, segundo os meus entrevistados ao cair das chuvas o gado precisa sair devido tanto a doenças quanto ao perigo de atolamento nos denominados *pântames* devido ao alagamento das *veredas*. Nesse período os *vaqueiros* abandonam os *ranchos*, e passam a se dedicar mais as atividades agrícolas do *baixão*, já que o gado pasteja próximo das comunidades.

P – E com relação a criação de gado e a colocação das *roças* por exemplo, eu queria te perguntar duas coisas: as famílias em geral criam mais gado ou plantam mais *roça*. Ou se aqueles que plantam *roça* criam menos gado?

Seu Adailson – Assim, eu acho que não interfere em nada. A gente coloca a roça e cria o gado ao mesmo tempo, não se dedica só ao gado e nem só a roça. Alguns fazem a roça maior, outros fazem menor, mas todos fazem sua roça. Mas não interfere na criação, ninguém diz assim fulano tem a roça pequena porque tem muito gado. Vai da situação de cada um, tem deles que coloca maior para colocar capim, outros dizem não, não vou botar gado na roça, eu crio mesmo só solto e assim vai. Porque aqui na região nós ainda não nos dedicamos a derrubar roça só para o plantio de capim para criar gado, derrubamos para plantar milho, feijão, mandioca e aproveitamos na época que já está ficando fraca e plantamos o capim. Mas não derrubamos só para fazer pasto.

Mesmo não tendo realizado um estudo mais aprofundado acerca das atividades pastoris, agrícolas e extrativas, podemos depreender a partir da fala do senhor Adailson que as atividades agrícolas e extrativas não se sobrepõem, como ocorre na situação social analisada por Evans-Pritchard (ano) no Sudão³¹. Contudo, as atividades pastoris são realizadas com grande afinco, como pude observar durante minha estadia no período do *inverno*, quando o gado se encontrava nas redondezas das comunidades. Notei inclusive que uma das brincadeiras mais estimadas dos meninos é produzir miniaturas do gado com os talos do buriti, denotando assim, a relação desses agentes sociais com a criação do gado.

P - E ao pessoal lá do Curupá eles também usam a área de *gerais*? Além dos seu Domingos, tem outras pessoas que usam para criar gado e plantar roca?

Seu Adailson – O pessoal de Curupá têm as mesmas áreas de capão e quase todos usam gerais, só que o gerais deles são outros. É lá para o lado do seu Domingos e do Piau também.

P - Os gerais deles ficam na beira do Parnaíba?

Seu Adailson – fica na beira do Parnaíba, mas cá embaixo, um pouco distante das nascentes. Nós que estamos mais perto das nascentes.

P - Os *gerais* são sempre na beira de *brejos* ou na beira de rio?

Seu Adailson – Nas duas coisas, na beira do brejo e na beira do rio. Os *brejos* lá são pequenos, só aquele lá do macaco que é o maior os outros são pequenos, aí tem mais *gerais* na beira dos rios. E o manejo lá de Curupá é

³¹ Segundo Evans-Pritchard os Nuer “*são eminentemente pastoris, (...). Algumas tribos cultivam mais, outras menias, de acordo com as condições do solo, com a água à flor da terra e com sua riqueza em gado. (...) eles são boiadeiros, e o único trabalho em que têm prazer é no cuidar do gado.*” (EVANS-PRITCHARD, 1978, p. 23)

o mesmo nosso, colocam nos gerais no verão, e no inverno trás e solta no *capão*.

As formas de uso comum dos *gerais* se distinguem, por assim dizer, das formas de uso comum dos chamados *baixões*.

Por sua vez, o direito de uso dos recursos dos gerais - do pasto nativo, dos frutos, madeira, da caça, pelo que pude depreender a partir da fala dos meus entrevistados, é conferido aquelas famílias que mantêm entre si vínculos seja de parentesco, compadrio ou amizade. O compartilhamento de determinada área, obedece a regras específicas como o não cercamento das áreas de pastagem, a combinação do período da queima do capim para a renovação da pastagem e a feitura dos *aceiros* para impedir que o fogo avance para as matas e *tabuleiros*. Se esses recursos acima citados são usados de maneira comum, o *rancho* e o *curral* são geralmente utilizados por um familiar nuclear ou por uma unidade familiar mais ampla, que incorpore a família nuclear dos filhos casados, principalmente aqueles alçados a *vaqueiro* do gado do pai, quando na velhice já não tem mais condições de campear. De modo que, tais benfeitorias destinados a um uso mais restritos são essenciais para a criação de gado solto.

2.3 O *baixão*: modos de vida, saberes e as diferentes modalidades de uso comum dos recursos naturais

O *baixão* segundo a fala dos meus entrevistados designa a área destinada a moradia com os denominados *quintais*, áreas de várzeas e de *roçados* em oposição as *serras* e aos *gerais* em termos das formas de uso e apropriação dos recursos naturais.

Notei também que essa categoria é acionada pelo grupo para classificar um amplo conjunto de recursos ecológicos de modo indissociável das formas de uso:

O *baixão* é como nós temos lá em Macacos, com terra para botar *roça*, *brejos*, matas altas, mata virgem, que você entra dentro dela e não sabe quando é dia ou noite, porque as árvores tampam o sol. Tem terra alta, terra baixa, morros, que dá para nós plantar os *legumes* como o milho, o feijão, a fava, e a mandioca. (RIBEIRO Manoel; ENTREVISTA: 29 de janeiro de 2019)

As chamadas *roças* compreendem o sistema de cultivo praticado pelos quilombolas das comunidades recortadas pela pesquisa, chamadas *roça de toco*. Dentro

de um calendário específico a depender do que vai ser cultivado, o trabalho na roça se inicia com a *broca*, seguido sequencialmente da *derruba*, *queima*, *coivara*, *plantio*, *capina* e *colheita*. Toda a madeira derrubada é aproveitada para a produção das *cercas* ao redor das *roças* ou dos quintais.

A chegada dos órgãos ambientalistas alterou, por assim dizer, a relação dos agentes sociais com os designados *brejos*, tidos como essenciais para práticas extrativistas, bem como para o cultivo das chamadas *roças*. Segundo seu Raimundo eles proibiram expressamente a *roça* nos *brejos*:

P. - Seu Raimundo, mas em cima das *serras* onde tem os projetos não tem água?

Seu Raimundo – Não tem, eles fazem é puxar as águas lá, porque eles ficam nas cabeceiras das águas lá, tem que puxar.

P. – Como que eles fazem isso?

Seu Raimundo – Furando uns poços. Mas para o governo esses grandes *projetos* não estão prejudicando, porque tá dando renda pra eles, e tira a da gente, a gente fazendo uma rocinha pequeninha tá acabando? É como eu falei uma vez para um moço do IBAMA. Eu questionei ele um pouquinho uma vez, mesmo sem eu entender das coisas, mas aonde eu entendia eu mostrei para ele, eles ainda duvidaram, acharam que não. Eles vieram aqui uma vez eles arrancharam na casa da minha irmã, a comadre Maria, eu estava para a roça não tinha encontrado nenhum deles. Eu cheguei conversei com eles, me indagaram com a história de fogo de isso e aquilo, aí fui e falei para eles: meus amigos vocês acham que essa falta das águas tá sendo pôr fogo nos brejos ou uma rocinha que a gente faz? “Ele disse: moço ajuda abater” eu disse: não senhor, eu alcancei esse povo mais velho comendo arroz plantado era no brejo, eles derrubavam a roça perto do brejo, queimava, se matava dois ou três pés de buritis nascia 10 ou 12 depois nascia e água nunca acabou. Eu toda vida fazia queimada nas veredas para criar os bichinhos, todo criador fazia, não era todo o tempo, tinha o tempo de fazer e a água nunca acabou, você sabe o quê que tá acabando com essas águas hoje? É esses grandes projetos em cima da serra puxando água para todo lado. Aí eles falaram “não, mas eles não estão mais abrindo poço”. Eu disse: mas e o que já estão abertos, estão puxando o que, que não puxa as águas... o inverno fraqueou e os poços para todos os lados da cabeceira puxando água para lá, para aonde é que vai? Antigamente não tinha essas encanações de água, e olha que eu conheci daqui para o Alto Parnaíba, eu conheci e não tinha isso de encanações de água. E como é que as águas não eram conservadas? Hoje tem encanação, puxa água para todo lado, o inverno fraqueou, como é que essas águas não vão baixar? Tem que baixar.

P. – E as chuvas diminuíram, não é seu Raimundo?

Seu Raimundo – É isso que eu falei se as chuvas diminuíram porque que essas águas não vão baixando? E ele ainda falou “não, se o senhor tiver achando que não é isso, vocês podem deixar, podem ir fazendo como faziam antes pra ver se daqui há mais um tempo, mesmo que você não alcance, um neto, um bisneto seu ainda alcance”. Eu disse: **não, eu não tô dizendo que sou contra a conservação, eu sou a favor da conservação toda vida**, eu só estou avisando pra vocês que as águas não estão baixando por causa de uma roça na beira de brejo ou porque a gente faz uma queijadinha pra criar duas vacas, não é o que faz acabar, porque morre um pé de buriti e a senhora acha que não nasce outro? Toda vida matou, nunca acabou buritizeiro, porque morre um e nasce 4 ou 5. **É boa a conservação mais tudo conforme, a gente não pode só conservar e deixar de trabalhar**. (RIBEIRO, RAIMUNDO: Entrevista realizada no dia de janeiro de 2019)

A fala do senhor Raimundo denota a violência praticada pelos agentes dos órgãos ambientais aos quilombolas das comunidades recortadas pela pesquisa após a implantação do Parque. Pelo que pude depreender a eles são imputados recorrentemente termos pejorativos como devastadores e degradadores do meio ambiente, além de responsabilizá-los por uma possível escassez de recursos naturais a gerações futuras, como expõe o senhor Raimundo.

P. –Falando nisso, me lembrei do arroz, que me disseram que todos plantavam. Vocês deixaram de plantar?

Seu Raimundo – Deixamos de plantar. Agente fazia umas rocinhas aqui no capão, no ano que faz a roça e planta o arroz o inverno é fraco e não ganha nada, aí no outro ano uma pessoa esmorece e diz este ano não vou plantar e o inverno é pouco, daí foi deixando de plantar, porque no brejo não pode fazer mais, aí tem uma matinha que só dá 30 ou 40 metro de largura e tem que deixar 30 encostado no brejo o que vai fazer com a de 10 metro?

P. - E comprar arroz direto, não deve ser muito fácil, não é mesmo seu Raimundo?

Seu Raimundo – É. Mas a gente fica aguentando e conservando para não dizer que a gente não tá conservando. É como eu digo: é nosso e a gente não vai devorar, mas deixar de trabalhar não pode. O governo não dá, se ele puder tomar a camisa que eu tenho ele toma, ele não dá e o sujeito fica esperando o quê?! Porque antes não tinha esse dinheirinho do aposento e só esse não dá para o sujeito passar e criar a família toda, o pai tem 10 filhos, não é todos eles que tem o que fazer, aí só o pai aposentar, as vezes só o velho, tem vez que dá certo o velho e a velha se aposentarem, mas para os 10 filhos sem salários, esse salário dá conta pra passar o mês com 10 ou 15 pessoas?! Se o homem não trabalhar, não dá.

Tal repressão pelo que pude depreender, tem impossibilitado no presente o cultivo do arroz, que era plantado no *capão* e nos *brejos*. No *capão* o arroz era semeado com nas covas abertas por uma enxada ou mais recentemente num tipo de maquinário manual chamada *matraca*. No brejo a semeadura era feita com a abertura de covas com uma vara. Segundo meus entrevistados o plantio nos brejos era desenvolvido na maioria das vezes por mulheres. Eram elas as responsáveis pelo plantio da *roça no chucho*. Há dois tipos de arroz relacionados à duração do ciclo: o “tardão” (longo: quatro a cinco meses) e o “ligeiro” (curto: três meses). Nesse sistema agrícola extremamente dependente de chuva, a preferência recai sobre o arroz “tardão”, porque a experiência já demonstrou ser mais resistente à escassez de chuva no seu ciclo que, por ser mais longo, favorece a recuperação dos efeitos dos veranicos.

Para o Estado brasileiro os designados *brejos* são reservas ambientais, enquadrados dentro da categoria Áreas de Preservação Permanente - APP, segundo a Lei 12.651/2012 de 25 de maio de 2012, que instrui o chamado Novo Código Florestal. Resultante de embates entre ambientalistas e ruralistas na Assembleia Legislativa Federal e no Senado, o referido dispositivo que revogou a Lei N.º 4.771 de 15 de setembro de 1965, tem sido considerado pelos ambientalistas como ineficaz no combate ao desmatamento que vem aumentando de maneira colossal desde sua implementação.

Contornados pelas *veredas* e matas, os buritizais conhecidos localmente como *brejos*, com pequenos ou médios cursos de água constituem as nascentes de rios como o Parnaíba e abastecem as comunidades de suas proximidades, sendo elementar para a reprodução física e social dos autodesignados quilombolas, que de lá extraem o fruto da palmeira do buriti, o talo, a palha, o olho do buriti, entre outros produtos indispensáveis à manutenção dos seus modos de vida.

A coleta do fruto do buritizeiro é realizada majoritariamente pelas mulheres, sendo considerado dentro da divisão sexual do grupo como um trabalho feminino, mesmo que em algumas situações, conforme observei na minha ida a campo em janeiro de 2019, alguns homens colaboram seja na colheita ou na raspagem da pele. Segundo a senhora Maria de Fatima, a coleta do referido fruto costuma ser uma atividade coletiva, “*a gente sempre se junta para ir ao brejo*”, ao passo que a sua apropriação é individual,

não havendo pelo que pude notar, disputas e nem um conjunto de regras rígido quanto a sua coleta.

O período da coleta do buriti ocorre no chamado inverno, ao cair das primeiras chuvas, quando o gado se desloca para os *baixões*. Na minha terceira estadia em campo, em janeiro de 2019, as mulheres estavam ocupadas com a extração do buriti, costumam sair cedo para a coleta, ao retornar dos brejos começavam a descascar os frutos que tinham recolhido em dias anteriores ou raspar aqueles que já estavam secos.

Com o buriti a gente faz a pele. É assim, a gente coloca três dias de molho, depois põe no sol para enxugar, aí é que vai descascar, aí bota no sol de novo para fazer a poupa, depois que ela está seca pode pisar com farinha, como se fosse carne seca, é muito bom! [...] a gente faz o doce, e da casca ainda fazemos a gordura, minha filha nada se perde do buriti. E olha para quem é ofendido de cobra a gordura, desentope a veia do coração.

Os talos do buritizeiro são utilizados na fabricação de *balaios*, *cofos*, *tapiti*, portas, cadeiras, bancos e o *crati* _ uma espécie de sofá que pode ser usado tanto para assento quanto para cama de dormir. Os *cofos* são um tipo de cestaria indispensáveis para transportar e colher os legumes da *roça*, e para armazenar a pele do buriti a ser consumida no *verão*. O *tapiti* é usado na feitura da farinha de guerra, da tapioca e da massa de macaxeira. Os *balaios* além de serem essenciais na coleta do buriti, são usados também para armazenar mantimentos e até roupas. Segundo meus entrevistados, o *braço* do buriti, quando verde, é utilizado tradicionalmente também para sugar o veneno de cobra da pessoa que foi picada. Os talos servem também para confeccionar as miniaturas de gados para as crianças brincarem, sugerindo desse modo, a importância da criação do gado.

A palha da palmeira do buriti é usada principalmente para a feitura dos chamados *paióis* _ pequenas casas próximas as residências construídas para armazenar arroz, milho, feijão, fava entre outros mantimentos congêneres. As palhas são utilizadas também na feitura de pequenos cômodos fora das casas utilizados como banheiro, na produção de vassouras e na edificação dos chamados *ranchos* nos *gerais*.

Do olho do buritizeiro é extraído uma fibra, designada por eles de *seda*. É com a seda que a senhora Domingas da comunidade de Macacos trançava as esteiras que

costumava fazer tanto para o seu uso como para a venda. Segundo dona Domingas, tal prática foi proibida pelos agentes do ICMBio.

Os *brejos* são utilizados também para instalação das designadas *fontes* que são usadas geralmente de modo coletivo pelos povoados ou por um grupo de famílias ou de parentes, e destinadas para tomar banho, lavar roupas, dar banhos as tropas de animais e para colocar o fruto do buritizeiro de molho. São usados também para a pesca artesanal de pequenos peixes como a piaba, o cará, o mandi e a traíra. São os brejos também parte dos designados *baixões*.

Próximo aos designados brejos estão as casas. Estas compreendem o espaço físico ocupado pela construção e pelo espaço livre em sua volta, denominado *terreiro*. Além da casa de moradia observei que são construídas outras casas menores destinadas ao armazenamento dos *legumes*, chamada *paió*; a *oficina* (casa de farinha) para beneficiamento da mandioca e fabricação de produtos dela derivados como a *farinha de guerra*, *puba*, massa de macaxeira e tapioca; *casa de celária* utilizada para armazenamento dos materiais utilizados na montaria de animais para o trato com o gado como a cela, o cabresto, o *alforje* e o *gibão*.

2.4 Uso comum dos recursos naturais, autonomia produtiva e as mobilizações face as políticas ambientais

Foi a tentativa de compreender as diferentes formas de uso e apropriação dos recursos naturais pelos autodesignados quilombolas de Macacos, Brejim e Curupá, que me levou a perscrutar de modo mais detido as categorias *baixões*, *serras* e *gerais*, selecionadas de um amplo léxico de categorias por mim coligidas durante o trabalho de campo. Poder-se-ia dizer que na situação empírica por mim observada os agentes sociais reproduzem seus modos de vida a partir da relação com tais tipos ecológicos, mesmo após as mudanças referidas ao uso das chamadas *serras*.

Conforme pode ser observado no Mapa 1, as áreas de uso comum destinadas à criação de gado ficam ao redor de áreas alagadiças, nas proximidades de rios, *brejos* ou riachos perenes. Segundo os agentes sociais entrevistados, os *gerais* se assemelham as áreas de *baixão* no que diz respeito aos chamados terrenos (*veredas*, *matas*, *tabuleiro*).

No entanto, pelo que pude observar, o modo de uso e apropriação desses dois tipos de sistemas ecológicos seguem logicas distintas. O *baixão* é tido pelos autodesignados quilombolas como uma área passível de ser apropriada individualmente, diferentemente dos *gerais*, que segundo eles, não pode ser cercado e nem apropriado, devido a gado não ser acostumado a viver preso, como nas *fazendas*.

De modo mais amplo, Dardot e Laval (2016) trazem à baila a emergência da noção *comum* como princípio político, ao se reportar às lutas sociais e culturais que, nos últimos anos, confrontaram a racionalidade neoliberal, a ordem capitalista e o Estado Empresarial, no sentido de “*opor-se a tendência dominante de nossa época: a da ampliação da apropriação privada a todas as esferas da sociedade, da cultura e da vida*”. Segundo os autores, alguns movimentos³² têm tomado como referência o antigo termo “*commons*” que remete à revogação dos direitos consuetudinários em regiões da Europa, que culminaram no cercamentos de campos e prados, administrados e usufruídos de modo comum e fora do âmbito do mercado e do Estado. O *comum*, portanto, acima sugerido, não se confunde com a ideia de “bem comum” suposta finalidade de instituições políticas e religiosas, tampouco se confunde com a ideia de “bens oferecidos a todos” ou “aberto a todos”, importa ressaltar para os autores “*comum é um princípio político no sentido de ordenar, comandar e reger toda uma atividade política*” (Dardot e Laval, 2016, pg. 616).

De outra parte, enquanto categoria analítica, o *uso comum* dos recursos naturais se distingue de “coletivo”, “comunal” ou “comunitário”, consoante uma carga semântica que segundo Almeida (2008) aponta para diferentes significados que contrastam com *formas plurais* de apropriação dos recursos naturais. Assim sendo, o autor acima referido adverte para os riscos que corremos ao tratar todas as formas específicas de uso comum dos recursos ecológicos como coletivas, não atentando também para o caráter de apropriação privada; de igual modo aponta os riscos (de um uso generalizado) do uso do “comunal”, ao trazer consigo formas preconizadas pelo feudalismo, como a ligação do homem a terra; e chama atenção ainda para o uso do termo “comunitário” por suas implicações oficiais, religiosas ou folclóricas e a idealização de um todo coeso e indivisível. Trata-se de formas “*diferenciadas de uso, combinando apropriações privadas com apropriações de uso comum seja dos recursos florestais, hídricos e do solo*” (ALMEIDA, 2008, pg. 86).

As limitações pontuadas por Almeida (2008) em referência as categorias analíticas que por vezes são utilizadas para caracterizar os sistemas de uso comum vigentes entre os diferentes povos e comunidades tradicionais, reclama do pesquisador

³² Quais movimentos o autor referenciado trata.

um esforço de descrição e análise, no sentido de desvendar como esses grupos combinam diferentes elementos do privado e do coletivo na gestão dos recursos naturais. De igual modo se faz necessário deslindar qual o sentido de propriedade e de privado nas relações cotidianas desses agentes e na pluralidade de formas de uso e apropriação dos denominados *baixões, serras e gerais*.

Embora haja distinções, em Macacos, Brejim e Curupá as áreas de *baixão* são apropriadas por grupos familiares e transmitida aos seus descendentes através de herança. A divisão segundo o senhor Elias da comunidade Brejim, é realizada no sentido de garantir áreas de *capão* para todos os herdeiros:

Quando a gente divide a terra, sempre os herdeiros concordam para todo mundo ficar com um pedaço de capão para trabalhar. Todo mundo tem que ficar com pedacinho de chão. A mesma coisa é com a água. Todo mundo tem que ter água [...] aqui nós dividimos com minha prima Fátima, cada um tem o seu pedaço para botar sua rocinha. (SILVA, ELIAS: Entrevista realizada em 25/01/2019)

O *capão* é um *terreno* de solo fértil, apropriado para plantar uma grande diversidade de produtos agrícola. É nesse tipo de terreno que geralmente são cultivadas as roças com uma grande variedade de *legumes*. O plantio consociado é realizado a partir da combinação de certos cultivos, frequentemente, semeados em fileiras separadas ou na mesma cova. Segundo os meus interlocutores, a maioria dos produtos são cultivados de modo consorciado, a não ser que seja utilizado algum *terreno* que não seja apropriado para outros produtos, como é o caso *tabuleiro*, destinado geralmente para plantio apenas de feijão. “Plantar misturado” e “plantar sozinho” são expressões utilizadas para indicar os tipos de plantios realizados nas roças. Essas duas formas podem ser combinadas numa mesma porção de terra, dentro de um ciclo agrícola organizado a partir de um conhecimento tradicional agudo dos diferentes terrenos controlados pelos autodesignados quilombolas.

A roça é uma atividade que persiste o ano inteiro, dentro de um calendário agrícola específico, com temporalidades e localidades distintas referidas ao período chuvoso e de seca, denominados respectivamente de *inverno* e *verão*. Os principais produtos agrícolas cultivados são a mandioca, o milho, o feijão e a fava, além de outros

gêneros alimentícios como a abóbora, o inhame, a batata doce e o maxixe. Além das roças, notei que os designados *quintais* constituem pequenos roçados onde são cultivadas hortaliças, ervas medicinais, plantas frutíferas, mandioca, entre outros.

Segundo os entrevistados a mandioca é um dos produtos mais adaptáveis aos diferentes terrenos, podendo ser cultivada no *tabuleiro* ou no *carrasco*. Nas comunidades referenciadas pela pesquisa são cultivadas duas variedades de mandioca: a *macaxeira*, chamada também de *mandioca mansa* e a mandioca amarga. A diferença entre as duas consiste no beneficiamento para consumo. Enquanto a mandioca mansa é composta por diferentes preparos, a mandioca amarga só consumida somente após a extração do *tucupi* e produção da farinha.

Diferente dos outros produtos, a colheita da mandioca em diferentes períodos delimitado durante o ano. A *farinha de guerra* conhecida também como *farinha seca* é o principal produto preparado a partir do beneficiamento da mandioca. A produção desta é realizada na chamada *oficina* ou *casa de farinha* _ local este, utilizado também para a feitura de outros produtos, como a *tapioca*, a *puba*, e a *massa*. No processo de beneficiamento da mandioca para a produção da denominada *farinha de guerra* é utilizada uma engenhoca chamada *catitu* para transformar a mandioca em massa e posteriormente ser torrada. O processo de produção de farinha envolve geralmente todos da unidade familiar, sendo às vezes necessário contar com a ajuda do grupo de parentes ou vizinhos, dependendo do tamanho da produção. Geralmente o excedente da produção é comercializada em povoados vizinhos ou em Alto Parnaíba.

Além dos produtos derivados da mandioca, a *fava* é outro produto agrícola bastante apreciado naquela região. Plantada geralmente em consócio com o milho, sua colheita é no período do verão, comportando apenas uma safra por ano, diferente do feijão.

O milho é plantado geralmente no princípio do inverno, isto é, nos meses de março ou abril. Durante o processo de crescimento, a planta do milho precisa passar pelo processo de limpeza chamado *carpina*. O seu ciclo produtivo dura aproximadamente de três a seis meses. A colheita é feita manualmente, espiga por espiga, podendo ser consumido verde.

No tocante ao processo de autonomia produtiva exposto correntemente pelos agentes sociais, notei que as políticas ambientais e desenvolvimentista tem ameaçado de modo colossal as condições de possibilidade para tal exercício. No sentido de coibir e criminalizar as práticas agrícolas, extrativistas e pastoris, garantidas a partir do uso comum dos recursos naturais. Segundo Laval e Dardot (2017, p. 17), as características neoliberais, as coisas “sem dono”, no sentido de bens, passaram a ser tomadas ou pelo setor privado ou público.

A seleção dessas categorias se deu mediante a minha percepção de conflitos mais acentuados sobre essas áreas de *uso de comum*, decorrentes tanto de intervenções de políticas ambientais adotadas pelo Estado brasileiro, quanto pela a expansão das áreas destinadas ao chamado *agronegócio*, que incentivado pelo poder público, se apropria de territórios das autodesignadas comunidades quilombolas.

CAPÍTULO III

Atos de Estado, mobilização étnica e conflito em “comunidades remanescentes de quilombos” de Alto Parnaíba/MA

Introdução

Neste capítulo buscarei descrever e analisar os efeitos sociais provocados pelos *atos de Estado* e os *processos de territorialização* decorrentes da criação do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba e da expansão do agronegócio sobre o território das comunidades autodesignadas quilombolas de Macacos, Brejim e Curupá no município de Alto Parnaíba, no Maranhão. Minha pretensão é explicitar como a implementação de políticas ambientais e desenvolvimentistas produzem como efeito situações de intrusão em territórios tradicionalmente ocupados. Se tomamos tais políticas como atos de intrusão não podemos considerá-las como atos isolados ou adstritas a divisões tidas como naturais ou específicas de uma dada região. Nesse sentido, meu esforço nesse capítulo será o de desenredar sistemas de relações de força, de modo a evidenciar convergências de interesses, disputas e tomadas de decisão envolvendo diferentes agentes e agências de modo a colocar em suspenso as arbitrariedades das divisões territoriais imputadas com a criação dos designados, parques, reservas, áreas de proteção permanente – ou ainda a atualização de uma nova categoria de gestão da coisa pública com as de “mosaico” e “corredor ecológico”.

Na situação social analisada, os agentes sociais autodefinidos quilombolas instados as ações oficiais de promoção do discurso da preservação ambiental ou do “desenvolvimento sustentável” são levadas a atos de resistência fundamentados em práticas tradicionais de uso dos recursos naturais (como descrito no capítulo II) que os direcionam a desenvolver uma consciência ecológica que nega de modo contundente as normas disciplinares adotadas pelos gestores do Parque. Nesse sentido, não acionam elementos referidos ao “direito ambiental” stricto sensu, fundamentam-se em critérios de afirmação identitária ao demandar do Estado brasileiro o reconhecimento como quilombola.

Em franca oposição às ações oficiais protecionistas que pretendiam expulsá-los de seus territórios, o autodesignados quilombolas das comunidades de Macacos, Brejim e Curupá, localizadas no município de Alto Parnaíba, no Sul do Maranhão, foram reconhecidas oficialmente como “comunidades remanescentes de quilombos” em janeiro de 2017, através da Portaria Nº 40 da Fundação Cultural Palmares, inaugurando assim, uma nova forma dessas unidades sociais se relacionarem com o Estado brasileiro. Trata-se do acesso ao dispositivo constitucional Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias publicado na Constituição Federal, a chamada Constituição Cidadã, promulgada em 05 de outubro de 1988, após 100 anos da abolição da escravidão. A conquista de tal direito resultou de pressões dos movimentos sociais, movimentos negros e outras organizações que se mobilizaram face ao processo de redemocratização vivido pelo país no contexto de discussão e elaboração de uma nova carta constitucional. Entrementes um conjunto expressivo de comunidades (que se encontram em diferentes situações sociais, sejam em espaços tidos como rurais ou urbanos) tem reivindicado perante o Estado brasileiro o reconhecimento como “remanescentes de quilombos”, na luta pela titulação definitiva de seus territórios tradicionalmente ocupados. Por outro lado, grande parte desses territórios reivindicados encontram-se confrontados pelos efeitos de *atos de Estado*, que resultam em *processos de territorialização* (PACHECO DE OLIVEIRA, 1999) a exemplo dos grandes projetos desenvolvimentistas, apoiados ou implantados pelo Estado brasileiro, ou ainda, intrusados pelas chamadas Unidades de Conservação de Proteção Integral – UCs.

Todavia, após três décadas da promulgação da Constituição Federal, deparamo-nos com um cenário nebuloso no que diz respeito aos direitos sociais e à revelia da construção de um projeto democrático consubstanciado na Assembleia constituinte de 88. Especialmente aqueles referidos aos povos e comunidades tradicionais, que se encontram, dessa forma, confrontados a relações de forças no campo do poder. No tocante a tais feitos podemos mencionar as ações³³ para revogação da Convenção 169 da

³³ Uma das ações impetrada que contraria aos direitos dos chamados povos e comunidades tradicionais é a iniciativa de denúncia da Convenção 169 pelo Estado brasileiro, implementada por políticos ligados a chamada “bancada ruralista”. Nesta o deputado Paulo César Quartiero do Partido Democratas (DEM) protocolou em abril de 2014 um requerimento junto à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados para a realização de audiência pública nessa Comissão com a finalidade de “debater sobre a revogação do Brasil à subscrição da Convenção 169 da Organização

qual o Brasil é signatário desde 2003, o marco temporal e a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 3239 proposta em 2004 pelo então Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM), na tentativa de impugnar a validade do Decreto Nº 4.887/2003. Publicado em 20 de novembro de 2003, 15 anos após a CF de 88, o referido Decreto “*regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*”, revogando o Decreto nº 3.912, de 10 de Setembro de 2001, promulgado pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que exigia para fins de titulação prova material de ocupação do território desde 1888. No entanto a regulamentação do Art. 68 do ADCT exposta no referido decreto, foi questionada por parlamentares do partido Democratas no ano seguinte à sua publicação. O partido impetrante apontara a inconstitucionalidade do Decreto, argumentando a inexistência de uma lei prévia que confira validade ao dispositivo em questão. Entretanto no dia 8 de fevereiro de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por maioria de votos, que o decreto presidencial que regulamentou, em 2003, a demarcação de terras de comunidades quilombolas é constitucional, os ministros mantiveram ainda as regras de autoatribuição, pelo qual a própria comunidade determina quem são e onde estão os quilombolas, e rejeitaram o marco temporal, defendido pela bancada ruralista, na qual indígenas e quilombolas só poderiam requerer a posse das terras que eram ocupadas no momento da promulgação da Constituição.

Importa ressaltar que se tivesse sido aprovado pelo STF o marco temporal significaria um grave retrocesso no que diz respeito aos direitos étnicos de povos e comunidades tradicionais assegurados na Constituição Federal, obstaculizando o acesso ao direito aqueles que tiveram seus territórios expropriados, através de critérios objetivos que desconsideram a autoatribuição, consoante o Decreto 4.887/2003 e a Convenção 169 da OIT. Nesse sentido a autoatribuição como critério de reconhecimento étnico,

Internacional do Trabalho (OIT)” que, segundo justifica, estando em pleno vigor, vem “alimentando as aspirações de ONGs tendenciosas movida pela ideologia (sic).” Declara que a Convenção 169 teve a sua atuação desviada pois “insurgiu sobre princípios que envolvem a soberania”, especialmente quanto à “forma de determinação das áreas limítrofes dos territórios indígenas” e que teria ultrapassado os limites de um regramento da sua ordem, interferindo no texto constitucional.

incorporada nos dispositivos aqui tratados, excluiu dos pleitos a prova de uma ancestralidade de ocupação das terras desde a abolição da escravatura em 1888. Nesse sentido a emergência de uma identidade étnica perpassa também por critérios de ordem subjetiva. Conforme sugere Barth (2000) a identidade de um grupo não pode ser entendida somente a partir critérios objetivos. Segundo o autor acima citado, os grupos étnicos definem sua identidade nas próprias relações e contrastes que estabelecem com outros grupos de forma a não existir marcadores fixos que podem ser utilizados como critério universal de etnicidade.

Por outro lado, as *mobilizações étnicas* em torno da identidade étnica, segundo F. Barth (2000) não estão relacionadas a fronteiras geográficas, mas a fronteiras sociais, podendo ser acionados elementos de cultura, como sinais diacríticos, rompendo desse modo com o determinismo geográfico, que buscava definir determinados povos a partir do meio em que estes viviam. Este autor enfatiza que “*grupos étnicos são categorias atributivas e identificadoras empregadas pelos próprios atores*” (BARTH, 2000, p.27).

Os agentes sociais referidos as comunidades recortadas pela a pesquisa, não acionam como elemento definidor da identidade quilombola uma origem comum presumida. Pelo que pude observar, os agentes sociais constroem suas expectativas de direito a partir de critérios políticos organizativos, da relação estabelecida com os recursos naturais, com seus antagonistas, as relações de parentesco, as relações de solidariedade e diferentes narrativas referidas à um passado de fuga do regime escravocrata dos designados *jagunços*. A fuga é incorporada na construção da narrativa da trajetória do grupo de modo a marcar uma trajetória própria:

Os primeiros que chegaram foi meu bisavô, a pessoa de Tomaz Ribeiro. foi quem chegou aqui... Eu acho que foi ele que chegou primeiro, e marcou esse lugar aqui. Esse lugar aqui diz que era brabo, era de índio, e foi ele que chegou e amansou. Meu bisavô veio da África... Era africano né... Diz que chegou aqui vindo da África e passou também pela Bahia. Ele fugiu para não se assujeitar aquele povo... Mas aí ele se casou com essa mulher aí na Bahia, mas já teve filho aqui. Isso já tem mais de 100 anos. (RIBEIRO, RAIMUNDO: Entrevista realizada no dia 12 abril de 2018).

A narrativa sobre os primeiros indica o tempo que esse grupo está lá colocado, agora a composição interna desse grupo não exclui outros membros que não tenham essa origem comum presumida.

3.1 Das políticas ambientais a *ambientalização* dos conflitos sociais no Brasil

A *ambientalização* dos conflitos sociais segundo Leite Lopes (2006) diz respeito à construção de uma “nova” questão social que tem como clivagem a conferência de Estocolmo promovida pela Organização das Nações Unidas – ONU, em 1972. Para este autor a repercussão desta conferência desencadeou uma “nova” questão pública, com diferentes dimensões: a questão da preservação do meio ambiente, iniciada supostamente nos países industrializados:

“A *ambientalização* dos conflitos sociais está relacionada à construção de uma nova questão social, uma nova questão pública. Pode-se supor que a constituição dessa questão tenha se iniciado nos países desenvolvidos industriais, relacionada à produção de acidentes industriais ampliados, de grandes riscos e de sua internacionalização. Assim, a conferência de Estocolmo, de 1972, teria sido proposta pela Suécia, incomodada pela poluição no mar Báltico, por chuva ácida, por pesticidas e metais pesados encontrados nos peixes. Tal poluição seria causada não só por indústrias nacionais, mas também por aquelas de países vizinhos, e os problemas ambientais contribuem para o surgimento de “questões globais””. (LEITE LOPES, 2006).

Em nível internacional a constituição dessa “nova” “questão global” levou as nações a adotar medidas no intuito de atender os acordos decorrentes da referida conferência, além da criação de uma plêiade de instituições transnacionais ligadas a ONU. No Brasil, mesmo com a recusa inicial dos militares (que na época tinham como presidente o ditador Emílio Garrastazu Médici) que temiam um cerceamento internacional do processo de industrialização e desenvolvimento econômico, foi criada no ano seguinte ao referido evento, uma secretária de meio ambiente subordinada ao Ministério do Interior³⁴, dando início a constituição de um conjunto de instituições

³⁴ Criado em 25 de fevereiro de 1967, no governo do ditador Castelo Branco, pelo Decreto-Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967, depois convertida na Lei 8.029, de 12 de abril de 1990, oriundo do desmembramento do então Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Extinto pela Medida provisória nº 151, de 15 de março de 1990. Entre suas competências estavam o desenvolvimento regional, radicação de populações, ocupação do território brasileiro, migrações internas, territórios federais, saneamento básico, beneficiamento de áreas e

habilitadas a executar as ações de controle ambiental. Segundo Leite Lopes (2006) a criação dessa primeira instituição refletia, por um lado, a demanda de controles ambientais por parte de uma minoria advertida de técnicos governamentais e por outro lado, a oportunidade de chancela institucional para a captação de investimentos internacionais que careciam de garantias ambientais. Além da fundação de instituições oficiais, aparecimento de Organizações Não Governamentais (ONGs) ecologistas, e da formulação de novos dispositivos jurídicos (leis, decretos, resoluções, normas, conselhos, entre outros), a estruturação desse novo campo demandou também a formação de um corpo técnico, com profissionais e *experts*, no sentido de comportar as exigências da recém-criada problemática ambiental.

Em termos gerais para Leite Lopes (2006), tal processo implica simultaneamente em transformações no Estado e no comportamento das pessoas no trabalho, na vida cotidiana e no lazer. Tal observação foi analisada pelo referido autor a partir de cinco de cinco fatores: 1) *o crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 1970 e o final do século XX*; 2) *os conflitos sociais ao nível local e seus efeitos na interiorização de novas práticas*; 3) *a educação ambiental como novo código de conduta individual e coletiva*; 4) *a questão da “participação”*; e 5) *a questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos*. Destarte, para Leite Lopes (2006), a *ambientalização* dos conflitos sociais estudado configura um determinado tempo em que os empresários se apropriam do discurso sobre a devastação e preservação do meio ambiente, tomando-o como estratégia na “promoção” da “responsabilidade ambiental”. De modo similar, tanto trabalhadores quanto as populações atingidas pelos chamados “danos ambientais” passam a utilizar-se também da questão ambiental como repertório de seus interesses e reivindicações.

De outra parte, conforme assinala Barreto Filho (2001) a política ambiental no Brasil começou a ser pensada ainda no período colonial com a criação dos chamados hortos e jardins botânicos, concebidos com objetivos naturalistas e econômicos³⁵.

obras de proteção contra secas e inundações, irrigação, assistência às populações atingidas pelas calamidades públicas, assistência ao índio, assistência aos municípios e programa nacional de habitação.

³⁵ Segundo Barreto Filho, “*Segawa observa que nenhuma das propostas de organização de jardins botânicos visava a algum usufruto público, salvo o acesso eventual de interessados em conhecer cultivos de vegetais*”

Entretanto, o autor destaca também que em termos da construção de dispositivos legais e instituições visando o estabelecimento de tal empreitada, começaram a surgir apenas no final do primeiro quartel do século XX, no período republicano, com a criação do Serviço Florestal e a primeira menção da categoria Parque Nacional num dispositivo legal. A partir da criação do Serviço florestal, começaram a surgir as primeiras UCs chamadas de parques: Itatiaia (1937), Iguaçu e Serra dos Órgãos (1939) – todos nas regiões Sul e Sudeste. Barreto Filho (2001) destaca também que a justificativa para tais feitos foi a proteção de ecossistemas de grande valor estético ou cultural – os “monumentos públicos naturais”. De outro modo, ao analisar criticamente a implantação desses parques, o autor acima citado, ressalta que “*esse conjunto de medidas, proposto e adotado no primeiro governo Vargas, objetivava tanto uma ordenação territorial quanto uma estrita regulamentação do uso e da apropriação dos recursos naturais, colocados sob a propriedade do Estado*” (BARRETO FILHO, 2001). Barreto Filho (2001) destaca na sua análise uma estreita relação entre a instalação de projetos desenvolvimentistas e a expansão da política ambiental em determinadas áreas do território do brasileiro, como a chamada Marcha para o Oeste e a construção da nova Capital Federal, Brasília. Nas duas situações o Estado brasileiro toma para si a tarefa de promover o desenvolvimento econômico e criar UCs de proteção de integral³⁶ em áreas com grande potencial hídrico e mineral.

Vale destacar que para Barreto Filho (2001) a política ambiental no Brasil resulta de uma ação contínua iniciada ainda no período colonial, influenciada notadamente pelas políticas preservacionistas adotados nos Estados Unidos no final do século XIX. De

economicamente significativos. “Todavia – ressalta - a característica física do recinto botânico em vários casos ensejou metamorfoses ou associações oportunas a um público mais amplo” (1996: 148), de que todos os jardins botânicos/passeios públicos são exemplos” (BARRETO FILHO, 2001).

³⁶ Segundo Barreto Filho, “foram criados 13 Parques Nacionais entre 1959 e 1961, cinco dos quais no Centro-Oeste: Araguaia, Emas, Tocantins, Brasília e Xingu. Em 1959, JK criou três Parques Nacionais: Ubajara (CE), Aparados da Serra (RS/SC) e Araguaia (GO). Em 1961, foram criados mais dez Parques Nacionais: os Parna das Emas e do Tocantins, ambos em Goiás, ainda sob JK; os Parna de Sete Quedas (PR), Xingu (MT), Caparaó (MG/ES), Sete Cidades (PI), São Joaquim (SC) e Rio de Janeiro – hoje, da Tijuca –, no curto período do governo Jânio Quadros; e os Parnas de Brasília (DF) e Monte Pascoal (BA), durante o regime parlamentarista. Somando-se estes às nove Reservas Florestais decretadas por Jânio Quadros na Amazônia em apenas um dia, 25 de julho de 1961, temos aí um verdadeiro boom de criação de UCs de Proteção Integral. Isto só voltará a acontecer de novo na virada da década de 1970 para a de 1980, na Amazônia, confirmando a tendência dos Parques e Reservas equivalentes acompanharem o deslocamento programado do ecúmeno nacional”.

modo distinto, para Leite Lopes (2006) o que ele designa de *ambientalização* diz respeito a um neologismo semelhante a outros habitualmente utilizados nas ciências sociais para designar a emergência de “novos” fenômenos sociais ressaltando assim elementos de uma clivagem em dissonância das interpretações de Barreto Filho. Para tanto, o referido autor descreve o processo de constituição de um vasto campo institucional e burocrático com a criação de agências e sistema de agentes oficiais incorporados a estrutura do Estado Brasileiro alusivos à definição de meio ambiente e a mecanismos de controles mais adequados.

Após a criação da SEMA em 1973 e do chamado “decreto da poluição”³⁷ em 1975 e de outros dispositivos legais voltados para a preservação do meio ambiente em níveis estaduais, é criado no início da década de 80, o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) a Lei federal 6.938 de 31 de agosto de 1981, integrado por um órgão colegiado, denominado Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). O referido colegiado é composto por representantes de ministérios e entidades setoriais da administração federal, diretamente envolvidos com a questão ambiental, bem como de órgãos ambientais estaduais e municipais, de entidades de classe e de ONGs. O dispositivo legal estabeleceu no seu escopo os objetivos, princípios, diretrizes, instrumentos, atribuições e instituições da política ambiental nacional. No Art 2º a referida Lei estabelece o objetivo principal da política nacional de meio ambiente, preconizando “*a preservação ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições para o desenvolvimento sócio-econômico, os interesses da segurança nacional e a proteção da dignidade da vida humana*”. Dentre os instrumentos por ela enumerados, estão: a avaliação de impactos ambientais, o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, procedimentos esses ratificados e assegurados mais tarde na Constituição Federal de 1988. Segundo Leite Lopes (2006) o

³⁷ Segundo Leite Lopes, o Decreto-Lei Nº 1.413, DE 31 de julho de 1975, conhecido como “decreto da poluição”, “*que dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais*”, promulgado em pleno regime militar teve por origem um conflito social local, em torno do fechamento judicial de uma fábrica de cimento poluente em Contagem, Minas Gerais. “*Após manifestações de moradores das vizinhanças da fábrica contra a sua poluição, com o apoio do padre local, e após prisões de manifestantes, por suspeita de “subversão”, há uma reação de outras autoridades – que não as do aparelho de segurança – com apoio popular velado: o prefeito instaura uma ação por “direito de vizinhança” e o juiz fecha a fábrica, por desobediência às determinações municipais quanto à instalação de fábrica sem filtros.*”(LEITE LOPES, 2006)

trabalho de construção institucional em torno do meio ambiente foi permeado por conflitos sociais entre diferentes grupos sociais desiguais relativamente aos meios e aos efeitos de poluição; e entre diferentes grupos militantes ou técnico-administrativos em escala local e regional referidos a preservação do meio ambiente.

Sobre a constituição dos aparatos institucionais criados na década 80 destaca-se ainda a Lei Nº 7.347, de 24 de julho de 1985 que “*disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico*” e a Constituição Federal de 1988. Esta última foi considerada pelos ambientalistas como um importante capítulo sobre a preservação do meio ambiente, “*coroando um processo de construção de uma institucionalidade ambiental, articulando-o com outros domínios conexos que alimentaram reivindicações de movimentos sociais*” (LEITE LOPES, 2006) na década aqui tratada.

Se a década de 80 foi marcada pela criação de dispositivos legais considerando o denominado processo de *ambientalização* aqui exposto, a década de 90 poder-se-ia conjecturar é marcada pela consolidação desse aparato institucional burocrático estatal, de Organizações Não Governamentais (ONGs) especializadas na questão ambiental e na emergência de movimentos sociais e organizações da sociedade com pautas voltadas para o meio ambiente, apetrechados em certa medida pelo processo de redemocratização em construção. É na década de 90 também que acontece a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro, conhecida como Rio-92 ou Eco-92. Ocorrida 20 anos após a conferência de Estocolmo, a Rio-92 foi convocada em 1989 pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) e contou no seu processo de preparação com a participação de movimentos sociais, associações de moradores, federações empresariais, ONGs não especializadas³⁸ e instituições governamentais. Em paralelo a Rio-92 aconteceu também o Fórum Global Rio-92, promovido por entidades da sociedade civil em nível nacional e internacional,

³⁸ Para Leite Lopes (2006) as ONGs especializadas na questão ambiental só começaram a surgir após a Rio-92.

comunidades religiosas diversas, indígenas, movimentos populares urbanos, organizações sindicais, governamentais e movimentos sociais.

Para Acselrad (2010) a Rio-92 resulta também da importância dada a relação entre meio ambiente e justiça social, a partir de meados da década de 1980, e da construção de uma nova instância de articulação – o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente (FBOMS)³⁹ e o desenvolvimento – por meio da qual procurou-se incorporar a temática ambiental ao debate mais amplo de crítica e busca de alternativas ao modelo dominante de desenvolvimento.

De outra parte, para Acselrad (2010) a razão utilitária configurou a estratégia do que ele chama de “modernização ecológica”, pela afirmação do mercado, do progresso técnico e do consenso político:

“Trata-se, pois – é o que se delineia progressivamente ao partir dos anos 1990 –, de um embate entre projetos, reunindo discursos, concepções, instituições e práticas diferentes. A modernização ecológica recusa regulações políticas; propõe-se a dar preço ao que não tem preço; opõe a lógica dos interesses à lógica dos direitos; tende a equacionar o meio ambiente na lógica da propriedade privada – a “tragédia dos comuns” é o paradigma que aponta a privatização dos bens comunais como solução para seu uso econômico (na contramão das conquistas de movimentos como o das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão ou coletoras de arumã no Baixo Rio negro, por exemplo, que afirmam territorialidades e sistemas jurídicos heterogêneos.); o “meio ambiente” é visto como “oportunidade de negócios” (vide concepções vigentes em seguidos Planos Plurianuais de Investimento de governos brasileiros); o meio ambiente e a sustentabilidade tornam-se categorias importantes para a competição interterritorial e interurbana; para atrair capitais, a “ecologia” e a “sustentabilidade” podem tornar-se apenas um símbolo, uma marca que se quer atrativa”. (ACSELRAD, 2010)

De uma certa perspectiva, a chamada “modernização ecológica” é a noção que designa o processo pelo qual *“as instituições políticas internalizam preocupações ecológicas no propósito de conciliar o crescimento econômico com a resolução dos problemas ambientais, dando-se ênfase à adaptação tecnológica, à celebração da*

³⁹ O Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) foi criado em 18 de junho de 1990, quando ocorreu o I Encontro (e fundação) do FBOMS em sala da Faculdade de Saúde Pública, USP, São Paulo. A referida organização social foi criada no intuito de facilitar a participação da sociedade civil em todo o processo da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), a Rio-92.

economia de mercado, à crença na colaboração e no consenso” (BLOWERS, 1997 Apud ACSELRAD, 2010). Segundo Acsehrad (2010), entre analistas e agentes sociais, desenvolveu-se, ao longo dos anos 1990, a impressão de que teria havido um processo de “substituição” do ambientalismo contestatário por um “ecologismo de resultados”, pragmático e tecnicista, fortemente marcado pelas relações mercado. Por outro lado, alguns sustentam ter ocorrido, um movimento de neutralização das lutas ambientais, empreendido por organismos multilaterais, empresas poluidoras e governos, notadamente em situações em que os agentes sociais se encontram desprovidas de vínculos com movimentos sociais. Nesse contexto, observa-se também a emergência da categoria “sustentabilidade” ou “desenvolvimento sustentável”, proferidas pela primeira vez no alardeado Relatório Nosso Futuro Comum, conhecido como Relatório Brundtland, publicado em 1987⁴⁰. Segundo o documento:

“Na sua essência, o Desenvolvimento Sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas”. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 49)

Além de introduzir a noção de “desenvolvimento sustentável” no debate sobre a preservação do meio ambiente, o referido relatório trazia ainda dados sobre o aquecimento global e a destruição da camada de ozônio, temáticas que também eram bastante novas naquele momento. O documento apontou ainda para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo, trazendo à tona

⁴⁰ Em 1983, após 11 anos da conferência de Estocolmo, a ONU criou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela Gro Harlem Brundtland, uma médica, política e diplomata que se tornou uma líder internacional em “desenvolvimento sustentável” e saúde pública. Segundo o Relatório da Comissão Brundtland, uma série de medidas devem ser tomadas pelos países para promover o desenvolvimento sustentável. Entre elas: a limitação do crescimento populacional; garantia de recursos básicos (água, alimentos, energia) a longo prazo; preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias com uso de fontes energéticas renováveis; aumento da produção industrial nos países não-industrializados com base em tecnologias ecologicamente adaptadas; controle da urbanização desordenada e integração entrecampo e cidades menores; atendimento das necessidades básicas (saúde, escola, moradia); uso de novos materiais na construção; reestruturação da distribuição de zonas residenciais e industriais; aproveitamento e consumo de fontes alternativas de energia, como a solar, a eólica e a geotérmica; reciclagem de materiais reaproveitáveis; consumo racional de água e de alimentos; redução do uso de produtos químicos prejudiciais à saúde. Além de tais medidas, o refluído relatório sugere ainda a implantação de um programa de desenvolvimento sustentável pela Organização das Nações Unidas (ONU) e a adoção de acordos que assegurem o “desenvolvimento sustentável” pelos órgãos e instituições internacionais de financiamento, como o Banco Mundial.

mais uma vez a necessidade de uma nova relação “ser humano-meio ambiente”. Por outro lado, o modelo apresentado não faz críticas contundentes a noção de desenvolvimento, mas buscar em certa medida a conciliação do desenvolvimentismo com as questões ambientais e sociais⁴¹.

Ao compulsar relatórios de instituições referidas ao agronegócio como a Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte “Irineu Alcides Bays” (FAPCEN) sediada no município de Balsas, no Sul do Maranhão, pude me debruçar sobre um conjunto amplo das chamadas *agroestratégias* fomentadas, supostamente em prol do “desenvolvimento sustentável” ou da “sustentabilidade”. Observei a partir desses documentos e matérias jornalistas a construção de um discurso em torno de um “agronegócio sustentável”, perpetrado notadamente tanto por instituições empresariais e eventos⁴² de promoção da agricultura em larga escala, quanto pelo Estado. Uma das iniciativas empresariais perscrutada diz respeito à produção da “soja sustentável” certificada por um órgão internacional, denominado Associação Internacional de Soja Responsável (RTRS)⁴³ e adotada notadamente no Brasil pelos chamados *projeteiros* no Sul do Maranhão. Impulsionando desse modo, o discurso de adoção de práticas de um “desenvolvimento sustentável” com a premissa de desmatamento Zero na produção da chamada “soja responsável”. Por outro lado, a despeito da produção desse discurso, os dados⁴⁴ sobre o desmatamento tem apontado que as áreas devastadas aumentaram de

⁴¹ Segundo o Relatório Nosso Futuro Comum: “A pobreza é uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais do mundo. Portanto, é inútil tentar abordar esses problemas sem uma perspectiva mais ampla, que englobe os fatores subjacentes à pobreza mundial e à desigualdade internacional” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 59)

⁴² Agrobalsas

⁴³ Fundada em 2006, a Associação Internacional de Soja Responsável (RTRS) é uma organização internacional pioneira formada intuições representativas de produtores de soja, e órgão representativos da indústria e comércio. Segundo a Associação: “Os atores dessas diferentes áreas se reúnem em torno de um objetivo comum, garantindo o diálogo e a tomada de decisão por consenso. A missão da entidade é promover o uso e o crescimento da produção sustentável de soja e, por meio do Padrão RTRS de Produção de Soja Responsável, aplicável mundialmente, garantir uma produção ambientalmente correta, socialmente adequada e economicamente viável. É hoje o sistema mais confiável e avançado do mercado de soja brasileiro para alcançar a sustentabilidade. Atualmente, a RTRS conta com mais de 180 membros dos países do mundo inteiro. Os princípios e critérios da RTRS são considerados um padrão multipartes que garante o Desmatamento Zero na produção de soja responsável”. A esse respeito consultar: <http://www.responsiblesoy.org/wpdm-package/inacional-brasil/?lang=pt>.

⁴⁴ Segundo uma matéria jornalística veiculada na folha de São Paulo no dia 16 de dezembro de 2019, o desmatamento no Cerrado aumentou em 43% de 2017 a 2019. A matéria chama atenção também para aumento de 15% no desmatamento de áreas protegidas na mesma região. Por outro lado, mesmo imputando o

modo significativo nos últimos anos, especialmente na Amazônia e no Cerrado, biomas com grande concentração de UCs de proteção integral.

Segundo Farias de Almeida (2007), a fundamentação para a implantação de políticas ambientais visando a proteção integral, - que incidem sobre as ameaças e/ou retiradas de grupos de áreas – estão inscritas em ideologias que imaginam meios naturais intocados pelas mãos humana. Tais medidas, acabam por idealizar uma noção de natureza, tendo-se em vista que podemos compreender a natureza como uma construção social.

Por outro lado, as lutas sociais em torno dos efeitos de implantação de UCs no Brasil já foram objeto de estudo de um conjunto de trabalhos acadêmicos⁴⁵. Tais pesquisas possibilitaram, por assim dizer, trazer à baila tanto os discursos e estratégias, utilizados por empresas e órgãos governamentais, quanto os efeitos sociais sobre povos e comunidades tradicionais, que acionam critérios étnicos na luta pela permanência nos territórios reivindicados. Nas situações examinadas por Acevedo Marin e Castro (1998), O’Dwyer (2002) e Farias Júnior (2006), com relação à implantação da Reserva Biológica do Rio Trombetas e da Floresta Nacional de Saracá-Taquera, as “comunidades remanescentes de quilombo” localizadas no rio Trombetas, o controle dos órgãos ambientais sobre as práticas produtivas ocasionaram no deslocamento compulsório de várias famílias.

Nas comunidades referenciadas pela pesquisa os agentes sociais começaram a ser importunados a respeito da relação estabelecida tradicionalmente com os recursos naturais a partir do processo de demarcação do Parque iniciado em 2012, e da constante presença de agentes do IBAMA e posteriormente do ICMBio, que a partir de tal processo, intensificaram as ações de fiscalização dentro das comunidades. Da mesma

desmatamento a grandes empresas e a produção de carne e soja, a referida matéria estampa a fotografia de um agricultor utilizando o fogo para limpeza do terreno, reproduzindo assim a retórica dos *agroestrategistas*, de algumas ONGs e de agências de Estado que atribuem a devastação a praticas tradicionais da chamada agricultura familiar. A esse respeito consultar: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/12/desmatamento-no-cerrado-se-mantem-alto-e-cresce-15-em-areas-protégidas.shtml>.

⁴⁵ A esse respeito consultar: Barreto Filho, 2001; Farias Junior, 2013; Acevedo Marin e Almeida, 2006; Almeida, 2006; Acsehrad, 2014.

forma, estabeleceram uma série de restrições/proibições, quanto ao uso dos recursos naturais, como a caça, a agricultura, a criação de gado e o extrativismo vegetal. Nesse sentido, a situação social tem me permitido refletir sobre situações sociais nos quais os agentes sociais autodesignados quilombolas foram de modo arbitrário remetidos à uma intervenção ambiental e passaram a lidar com práticas autoritárias perpetradas por representantes de agentes de governo, tangenciados sobretudo por um discurso ambiental que desconsideram os saberes tradicionais, as realidades localizadas e os seus modos de vida.

3.2 Do *boqueirão* para os *gerais*: as onças e os efeitos sociais das políticas ambientais e desenvolvimentistas

Conforme busquei descrever no escopo do capítulo II, a expansão do agronegócio nas denominadas *serras* tem dificultado os modos de reprodução física das onças e provocado novas dinâmicas espaciais e alimentares desses animais, que tem atacado o gado nos *gerais*, ocasionando prejuízos aos autodesignados quilombolas das comunidades recortadas pela presente pesquisa. Segundo os agentes sociais as *serras* tradicionalmente eram destinadas a coleta do mel, da resina, de plantas medicinais e sobretudo local reservado à prática da caça tanto pelos caçadores das comunidades, quanto pelas as onças.

P – Seu Raimundo, e essas *serras* que ficam ao redor daqui. O senhor ainda anda por lá?

Seu Raimundo – Não, quase ninguém vai mais.

P. O senhor tinha me dito da outra vez que estive por aqui que as *serras* eram lugar de caçar e de morada das onças.

Seu Raimundo – É. Mas o que é de a gente fazer? Elas descem para atentar. antes desses *projetos* tinha como as onças se espalhar, caçar lá por cima da serra. Antes elas atentavam aqui embaixo, mas era muito menos. E hoje não pode caçar caça para lá porque é *projeto* para todo lado [...] A morada delas é boqueirão, no pé da serra, só que ela enxerga embaixo, olha a criação da gente (gado) e vai comer. Porque perto dos *projetos* é barulho para todo lado. E a gente ainda é obrigado a aguentar. Se matar uma onça e eles descobrir a multa é grande, para eles (gestores do parque) nem cobra podemos matar. É mais fácil a cobra matar a pessoa.

P. Elas subiam para comer?

Seu Raimundo – Era. Lá de cima ela fica observando tudo, mas descia para cá mais para beber, ia era para a *serra* procurar caça, antes tinha muita caça, porque não tinha *projeto*, era caça para todo lado. Agora com esses *projetos*, elas descem para dar prejuízo. (RIBEIRO, RAIMUNDO: Entrevista realizada no dia de janeiro de 2019)

A devastação das *serras* provocada pelos chamados *projetos* em alusão à expansão do agronegócio, tem segundo o senhor Raimundo, dificultado a criação do gado e conseqüentemente causado um desequilíbrio ecológico que impede a reprodução dos modos vida do grupo. Se antes elas viviam no boqueirão e se alimentavam das caças, com o desmatamento, o barulho das máquinas e uso de agrotóxicos esses animais têm invadido cada vez mais os campos destinados à criação de gado. Situação semelhante tem ocorrido no Mato Grosso do Sul, na região de Pantanal, onde grande parte das pastagens naturais foram substituídas por pastagens artificiais.

Conforme pode ser observado no Mapa 2, as comunidades quilombolas estão comprimidas pelas extensas plantações de grãos, que avançam sobre os seus territórios, ao mesmo tempo que estão sob o julgo de um conservadorismo ambiental, que tende a idealizar uma natureza intocada pelas mãos humanas e ainda desconsidera as formas de uso dos recursos naturais, imbuídos de um conhecimento tradicional, que tem garantido a autonomia produtiva desses grupos.

Como pode ser observado no Mapa 2, é das *serras* também que jorram as águas doces que correm que formam o Rio Parnaíba. Entretanto, segundo seu Raimundo, a implantação de poços para abastecimento dos chamados *projetos*, tem provocado danos sobre as nascentes dos rios.

A implantação da UC e o conjunto de dispositivos que regulamentam a política ambiental, provocaram mudanças no modo de vida do grupo focado. Os autodesignados quilombolas, expuseram nas entrevistas previamente realizadas sobre as ações de proibição de plantação de roças próximas aos chamados brejos, impossibilitando o plantio de arroz, impedimento da captura de caças, entre outros, afetando as práticas de reprodução social dos autodesignados quilombolas.

A identidade “remanescente de quilombo” de referência jurídica emerge como resposta atual diante de situações de conflito e confronto com grupos sociais, econômicos e agências governamentais que passam a implementar novas formas de controle político e administrativo sobre o território que ocupam e com os quais estão, em franca oposição (O'DWYER, 2006, p. 54)

Explicar

As autodesignadas comunidades quilombolas são atingidas também extensas plantações de monocultura de soja e milho, cultivados nas chamadas *serras*, que compreendem extensas planícies altas, tidas como propícias pelo o chamado agronegócio. No entanto o desequilíbrio ecológico provocado pela devastação das serras de acordo com os agentes sociais, ocasiona na descida das onças, que atacam o gado, tanto por falta de alimento, quanto em razão do barulho do maquinário utilizado para esse tipo de agricultura.

3.3 *Atos de Estado*, práticas de disciplinamento e lutas por reconhecimento face as políticas de ordenamento territorial

Minha pretensão nesse tópico é investir esforços no sentido de descrever e analisar os efeitos sociais provocados pelos *atos de Estado* e os *processos de territorialização* decorrentes da criação do Parque Nacional das Nascentes do Rio

Parnaíba e da expansão do agronegócio sobre o território das comunidades autodesignadas quilombolas de Macacos, Brejim e Curupá no município de Alto Parnaíba, no Maranhão. Buscarei contudo, desenredar sistemas de relações de força, de modo a evidenciar convergências de interesses, disputas e tomadas de decisão envolvendo diferentes agentes e agências de modo a colocar em suspenso as divisões territoriais estabelecidas com a criação dos designados parques, reservas, áreas de proteção permanente de modo a refletir as arbitrariedades da atualização de uma nova categoria de gestão da coisa pública com as de “mosaico” e “corredor ecológico”.

Criado em julho de 2002, através de decreto presidencial, o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba tem ameaçado sobremaneira a permanência dos autodesignados quilombolas no território por eles tradicionalmente ocupado e provocado, pelo que pude observar, a instituição de uma *disciplina*⁴⁶ referidas as práticas tradicionais de uso dos recursos naturais, que trazem implicações para a reprodução física e social dessas unidades sociais. Por outro lado, segundo as agências ambientalistas o propósito de tais ações é a proteção integral da bacia hidrográfica do rio Parnaíba, tida pelo Ministério do Meio Ambiente como a segunda maior do Nordeste brasileiro, ocupando uma área de 749.848 mil hectares, sendo a maior UC de proteção integral do Cerrado, abrangendo nove municípios, nos estados do Maranhão, Piauí, Bahia e Tocantins.

De outra parte, o uso do conceito de *disciplina* formulado por Foucault, não está sendo utilizado neste trabalho de modo meramente ilustrativo ou buscando apenas qualificar um determinado conjunto de normas instituídas pelos gestores do Parque. Ao empregá-lo, quero chamar atenção para o espaço analítico atrelado ao conceito de

⁴⁶ O estabelecimento de um conjunto de regras e normas referido ao uso dos recursos naturais, instituído pelas agências de Estado, me permite analisar a partir da noção de disciplina formulada por Foucault, como a implantação do Parque e as ações a ele correlatas tem contribuído para um constante disciplinamento. A esse respeito o autor expõe: “Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar um indivíduo. Evitar as distribuições por grupos; decompor as implantações coletivas; analisar as pluralidades confusas, maciças ou fugidias. O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quantos corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento incontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações uteis interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, mediar as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico” (FOUCAULT, 1984, p. 131)

disciplina, ou seja, a um conjunto limitado de regras de uso dos recursos naturais, notadamente aquelas referidas a colocação das chamadas *roças*, criação do gado, coleta de caças entre outras, que tive acesso a partir da realização das atividades de pesquisa de campo, de modo a analisar as diferentes interpretações que os agentes sociais fazem com tais regras.

Poder-se-ia dizer que o ambientalismo resulta da definição desse espaço analítico. É uma forma de pensar que já organiza como deve ser, e de que modo deve ser a relação das pessoas com o meio ambiente. Então se a disciplina organiza o espaço analítico como Foucault (1984) está sugerindo, a regra guarda uma relação totalmente lógica com o espaço. É o espaço analítico que define os termos. Portanto, o espaço analítico não é nem a elaboração dessa discursividade, dessa formação discursiva que poderíamos chamar ambientalismo. O ambientalismo já resulta da definição desse espaço analítico, que busca produzir como efeito a organização de condutas coletivas e individuais.

De outra parte, as ações de confronto face as tentativas de disciplinamento encetado por agentes ligados as agencias ambientais tem provocado atos de mobilização política por parte dos autodesignados quilombolas. Nesse sentido, observei que os agentes sociais combinam situações históricas mais permanentes referidas a um passado em que seus ascendentes foram submetidos a escravidão, com situações sociais contingentes, do mesmo modo que articulam mobilizações de livre acesso aos recursos naturais e de garantia de direitos territoriais que asseguram sua reprodução física e social a despeito das ações de restrições perpetradas pelo Estado.

De outra parte, o chamado Cerrado brasileiro tem sido objeto de intervenção estatal desde a década de 70, através de diversos planos e projetos direcionados ao incentivo das atividades agropecuárias e ao aumento da produção de *commodities*, como o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER)⁴⁷ iniciado em 1974, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

⁴⁷ Idealizado a partir do Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Japão, assinado em 1971 e promulgado em 1974, o PRODECER foi financiado pelos dois países cooperados, sendo implementado em 1979 no estado de Minas Gerais, como um projeto piloto. A segunda edição iniciada em 1985, ampliou sua área de atuação, incorporando os cerrados da região oeste do estado da Bahia e, na terceira fase de execução, entre 1995 e 2001, teve suas ações desenvolvidas nos cerrados dos estados de Tocantins e do Maranhão. Coordenado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o referido programa segundo o discurso

(POLOCENTRO) em 1975, e agora mais recentemente o Plano de Desenvolvimento Agrícola do Matopiba (PDA-MATOPIBA) lançado em 2015. Acrônimo dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia o referido plano foi alardeado na mídia como a concretização de um projeto desenvolvimentista que contribuiria para a expansão da propalada última fronteira agrícola do país, através da adoção de políticas voltadas para atividades agrícolas em larga escala refratárias à chamada “agricultura familiar” e em franca oposição à lógica de reprodução social representada pela a ideia de *roça*. Entretanto, o plano acima citado, a contragosto da Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA, conhecida como bancada ruralista, foi extinto em outubro de 2016, através de decreto presidencial e extinção do Departamento de Desenvolvimento Agropecuário da Região do Matopiba, região esta *inventada* por planos e programas governamentais e pelos *estrategistas* do agronegócio. Segundo a senadora Katia Abreu o PDA Matopiba não depende das políticas de Estado:

“Infelizmente o Mapa [Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento] achou por bem desmanchar o departamento criado para atender essa última região de fronteira agrícola do país. Mas o Matopiba (sic) não depende mais da vontade de um governador, um governo federal, um ministério. O Matopiba é uma realidade que não volta mais atrás. Os empresários decidiram que o Matopiba é o lugar: é a última fronteira agrícola do país. Apesar de alguns contras, a grande maioria é a favor do Tocantins, do Maranhão, do Piauí, da Bahia, do nosso Matopiba, e nós vamos desenvolvê-lo, porque a população quer e a população precisa disso. Nós vamos reverter esse IDH vergonhoso que temos no Matopiba e vamos igualá-lo à média nacional, produzindo, trabalhando e preservando o meio ambiente, respeitando as nossas comunidades. E vamos ser um exemplo, mais uma vez, para o mundo”. (Pronunciamento de Kátia Abreu no Senado Federal em 19/10/2016).

A fala Senadora Katia Abreu, entre muitas outras possibilidades analíticas que espero poder investir em outro momento, traz à baila um discurso perpetrado pelos agroestrategistas em relação a ação do Estado brasileiro, no tocante ao fomento e promoção do agronegócio. Segundo esses agentes, foi o espírito “desbravador” dos

oficial teve como objetivo estimular à agricultura mecanizada em áreas de cerrado através da distribuição de créditos à agricultores do Sul e Sudeste do país para a ocupação de novas áreas de produção, o que possibilitou centenas de produtores e empresas rurais nacionais e internacionais se deslocassem para esses territórios em busca de terras baratas.

denominados *gaúchos* que assegurou as condições de possibilidade para implementação do que costumam chamar de última fronteira agrícola”. Ao investirem na produção desse discurso, esses agentes olvidam toda a ação na infraestrutura e investimentos a partir de planos e programas destinados ao incremento a produção de *comodities*. Esquecem ainda de toda a expropriação, suscitada por *atos de Estados*, a diferentes povos e comunidades tradicionais.

3.3.1 “Mosaico” e “corredor ecológico”

O Estado brasileiro investiu na primeira década do século XXI, na criação de Unidades de Conservação de diversas modalidades na região do Cerrado, buscando criar os chamados “corredores ecológicos” e “mosaicos” como instrumentos de gestão e ordenamento territorial. Segundo Almeida (2019) *o uso dessas metáforas geometrizes, universalizadas pelas políticas de globalização, consistem em estratégias discursivas contemporâneas do neocolonialismo, e que, portanto, devem ser objeto de reflexão, por apresentarem múltiplas significações.* (ALMEIDA, 2019, pg. 29)

O Mosaico de Unidades de Conservação é um modelo de gestão de áreas protegidas que busca segundo o discurso oficial a “participação”, integração e envolvimento dos gestores das unidades e da “população” local na gestão das áreas protegidas. Segundo o Ministério de Meio Ambiente, essa modalidade tem o intuito de compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da “diversidade social” e o “desenvolvimento sustentável” em um contexto regional.

Dentre os muitos modelos de gestão territorial existentes, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e o decreto que o regulamenta (Decreto n. 4.340 de 2002) reconhecem três como instrumentos de gestão e ordenamento territorial voltados a conservação da natureza: as reservas da biosfera, os corredores ecológicos e os mosaicos de unidades de conservação. Todos têm as Unidades de Conservação (UCs) e demais áreas protegidas como o referencial básico para sua conformação, não são excludentes entre si, podendo ser complementares, conforme podemos observar na região do Jalapão.

O art. 26 da lei do SNUC (Lei 9.985/2000) traz a definição legal do mosaico:

“quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional”.

Para a gestão de um mosaico é criado um Conselho Consultivo, presidido por um dos chefes das unidades de conservação, a comunidade local e diferentes órgãos e instituições como IBAMA, Fundação Nacional dos Índios (FUNAI), Secretarias Municipais de Meio Ambiente, organizações não-governamentais (ONGs), associações de pescadores, de moradores e de indústrias, representantes de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), Universidades, representantes quilombolas, sindicatos, entre tantos outros.

O Mosaico do Jalapão, conforme o Mapa 3, é formado pelo Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, APA Serra da Tabatinga e RRPPN Catedral do Jalapão (UCs federais - esta última de domínio privado - sob gestão do ICMBio); Parque Estadual do Jalapão e APA do Jalapão (UCs estaduais, administradas pelo Instituto Natureza de Tocantins - Naturantins); Estação Ecológica do Rio Preto e APA do Rio Preto (UCs estaduais, sob responsabilidade do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia - Inema); e o Monumento Natural dos Canyons e Corredeiras do Rio Sono (UC municipal, gerida pela Secretaria de Meio Ambiente de São Félix do Tocantins).

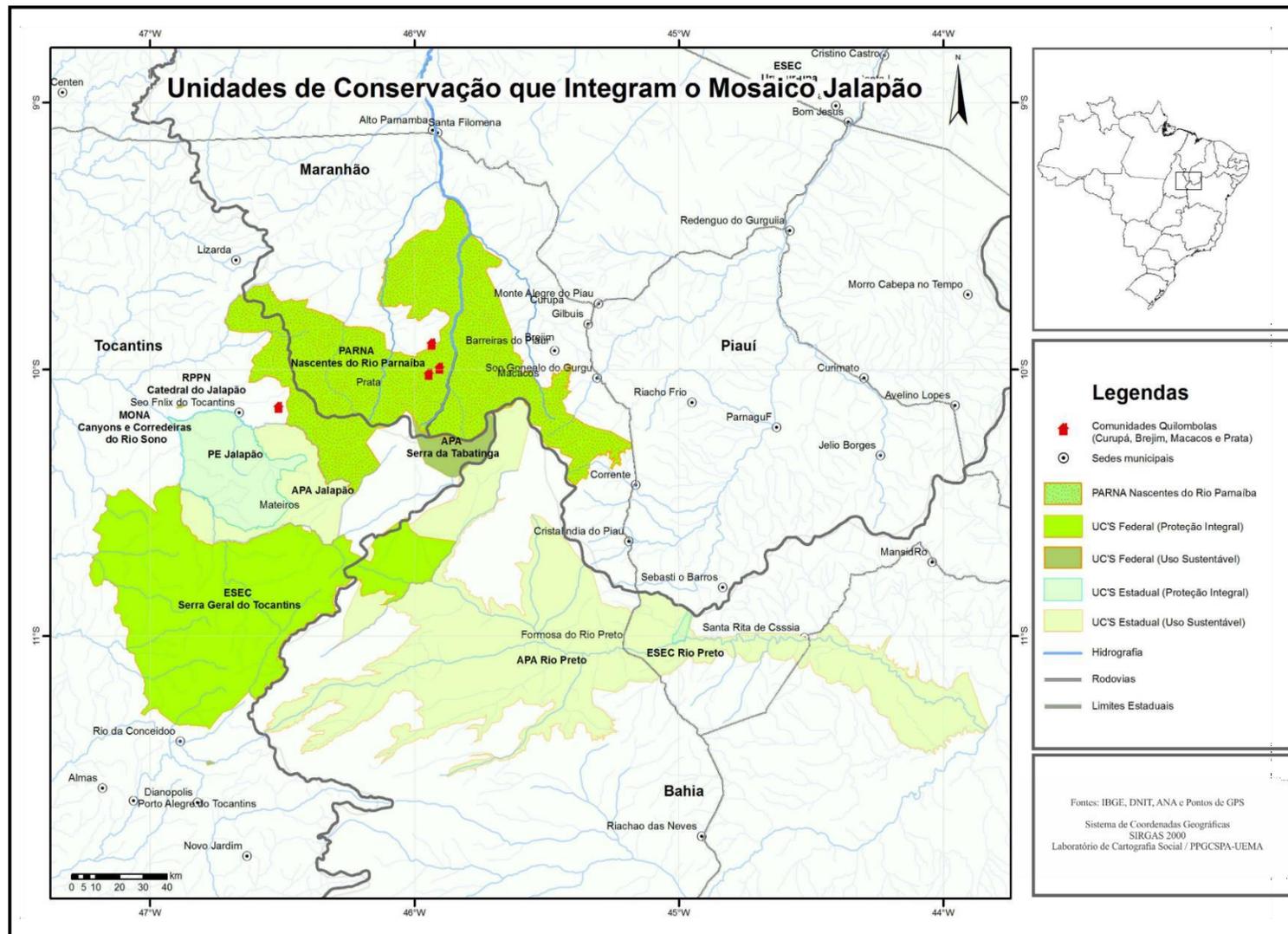
O Conselho Consultivo, conforme a portaria N° 434, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016 (ANEXO) é composto:

I - representação Governamental: a) dois gestores das Unidades de Conservação Federais integrantes do Mosaico; b) um gestor das Unidades de Conservação do Estado do Tocantins integrantes do Mosaico; c) um gestor das Unidades de Conservação do Estado do Bahia integrantes do Mosaico; d) um representante do poder público dos municípios do Tocantins, integrantes do território do mosaico, com unidade de conservação municipal criada; e) um representante do poder público dos

municípios da Bahia, integrantes do território do mosaico, com unidade de conservação municipal criada; f) um representante de instituição de ensino e pesquisa que atuam no território do mosaico; II - representação Não Governamental: a) dois representantes das organizações não governamentais socioambientalistas (ONG socioambiental) e organizações da sociedade civil de interesse público (OCIPs) atuantes na região do mosaico; b) dois representantes de organização de base (sindicatos, associações, colônias, cooperativas) atuantes na região do mosaico; c) um representante das reservas particulares do patrimônio natural integrantes do território do mosaico; e d) um representante do setor do turismo.

Como podemos observar, a composição do referido Conselho não faz nenhuma menção aos autodesignados quilombolas. Os agentes sociais das comunidades de Macacos, Brejim e Curupá, “participam” das reuniões como organização de base, incluída em representação Não Governamental, no mesmo agrupamento das ONGs, OCIPs e representantes do setor de turismo.

Mapa 3. Unidades de Conservação que integram o Mosaico Jalapão



O Corredor Ecológico é um dispositivo de gestão e de ordenamento territorial, legalmente definido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (lei 9.985 de 18 de julho de 2000) com o objetivo de garantir a integridade dos processos ecológicos nas áreas de ligação entre unidades de conservação (UCs). De modo a permitir o fluxo gênico e a livre dispersão das espécies entre estas áreas naturais protegidas. Tal estratégia é fomentada no sentido de evitar os prejuízos ecológicos proporcionados pelo isolamento das áreas naturais protegidas em meio à malha urbana e rural, no sentido de garantir a efetividade das unidades de conservação na preservação dos recursos naturais e da biodiversidade em longo prazo.

O SNUC conceitua os corredores ecológicos no seu artigo 2º, da seguinte forma:

“uma porção de ecossistemas naturais ou semi-naturais, ligando unidades de conservação, com o objetivo de possibilitar o fluxo gênico e o movimento da biota, facilitar a dispersão de espécies, a recolonização de áreas degradadas e a manutenção de populações e processos que demandam para a sua persistência áreas com extensão maior do que as unidades individuais”. Importante ressaltar que os corredores ecológicos, reconhecidos em ato do Ministério do Meio Ambiente, integram os mosaicos para fins de sua gestão (Decreto nº 4.340 de 2002).

O conceito surgiu durante os anos 90, em meio à debates na comunidade científica internacional em buscar de alternativas de proteção ao meio ambiente. No Brasil, o conceito foi incorporado à legislação em 1993 pelo decreto Decreto nº 750, que dispunha sobre “*o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica*”. Ali havia a proibição de “*exploração de vegetação que tenha a função de (...) formar corredores entre remanescentes de vegetação primária ou em estágio avançado e médio de regeneração*”. Diferente de uma unidade de conservação, que necessita de uma Consulta Pública para a sua implantação. Os corredores são criados com base em estudos sobre o deslocamento de espécies, sua área de vida e a distribuição no habitat. Após a sua implantação são estabelecidas normas de uso, no sentido de amenizar e ordenar os denominados “impactos ambientais”, objeto das ações de proteção.

Os autodesignados quilombolas e os denominados agricultores familiares da região do Jalapão, além de serem confrontados com as ações do Parque e do mosaico,

estão sendo nos últimos anos importunados com ato das políticas ambientais. Trata-se de um projeto de criação de um Corredor Ecológico da Região do Jalapão. Tal projeto é uma iniciativa do ICMBio, em cooperação técnica com a *Japan International Cooperation Agency* (JICA)⁴⁸ e com o apoio da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Tocantins (SEMADES), Secretaria de Planejamento e Modernização da Gestão Pública do Estado do Tocantins (SEPLAN), do Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) do Governo da Bahia e do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA/BA), dentre outros importantes parceiros. Segundo o referido projeto, Corredor Ecológico da Região do Jalapão tem como objetivo reforçar a conservação dos ecossistemas da região por meio do fortalecimento da integração entre as unidades de conservação federais e estaduais junto as comunidades do Jalapão, permitindo a elaboração de planejamento participativo para definir as estratégias e as ações necessárias para manter ou restabelecer a conectividade ecológica entre as áreas protegidas da região do Jalapão.

No Atlas do Corredor Ecológico do Jalapão publicado em 2013, é citado a predominância das monoculturas de soja, milho, sorgo e algodão. Entretanto, segundo este documento:

“o agronegócio possui um caráter empresarial e é focada no atendimento de demandas de commodities no mercado internacional e nacional, enquanto a agricultura familiar é uma atividade desenvolvida por pequenos produtores descapitalizados ou pouco capitalizados, que atendem às suas necessidades de subsistência e o abastecimento das populações locais. [...] os pequenos agricultores oferecem os seus produtos nos mercados próximos, e muitas vezes, por não conseguirem se encaixar no mercado externo, são inseridos na economia agrícola de modo subordinado ao agronegócio.” (ATLAS DO CORREDOR ECOLÓGICO DO JALAPÃO, 2013, pg 30)

No que concerne aos planos, projetos, relatórios e outros documentos correlatos, referidos as políticas ambientais e desenvolvimentistas, coligidos durante a pesquisa,

⁴⁸ A Japan International Cooperation Agency (JICA) é o órgão do Governo Japonês responsável pela implementação da Assistência Oficial para o Desenvolvimento (ODA), que apoia o crescimento e a estabilidade sócio-econômica dos países em desenvolvimento com o objetivo de contribuir para a paz e o desenvolvimento da sociedade internacional. (explicar)

notei que estes investem veemente na depreciação da denominada agricultura familiar. Notadamente com relação ao uso do fogo, mesmo um conjunto de pesquisas apontando para os benefícios do fogo, utilizado de modo tradicional, para colocação das roças e preparo da pastagem nos chamados *gerais*.

Na interpretação dos agentes sociais as ações de criminalização devem-se a abundância de recursos hídricos e florestais dispostos por essas comunidades:

Seu Francisco – Aqui andava muita gente de fora, andaram muito nessas cabeceiras de rio, nesses pés de serra, viram esses brejos, tiravam fotos, depois inventaram esse negócio de IBAMA e meteram a cara nessa redondeza aqui. Da cabeceira do Riozinho até esse aqui tem muita riqueza. Eles só aquentaram mais depois dessa associação. Se não fosse isso eles já tinham tomado de conta tudo e tirado nós daqui. Era gente direto aqui desse meio ambiente, não passava uma semana sem gente aqui. Era filmando casa, perguntando coisa, e botavam até na internet dizendo que nós estávamos devorando tudo.

P - Eles colocaram na internet, seu Francisco?

Seu Francisco: Botaram, eu fiz foi ver lá no Alto Parnaíba.

[...]

Francisco: Tem um povo que passava aqui, eles diziam que eram do Ceara, aí eles vinham, iam banhar no Rio e um dia perguntou se a gente não vendia um pedaço de terra para eles, aí eu disse que não, é porque a lei não assiste nós pegar e vender. Depois a gente soube que tinha 40 famílias procurando um lugar desses para morar. Aqui muito é cobiçado, tem essas cabeceiras de rio.

[...]

Seu Francisco - Por exemplo se chegar aqui uma pessoa que era daqui, mas que já mora em Brasília a mais de 10 anos e o pai e a mãe não vive mais aqui e se quiser fazer uma casa, a gente só deixa se a gente quiser.

P- Já aconteceu de alguém de chegar fazer isso, seu Francisco?

Seu Francisco – Não, mas a gente não sabe mais para frente

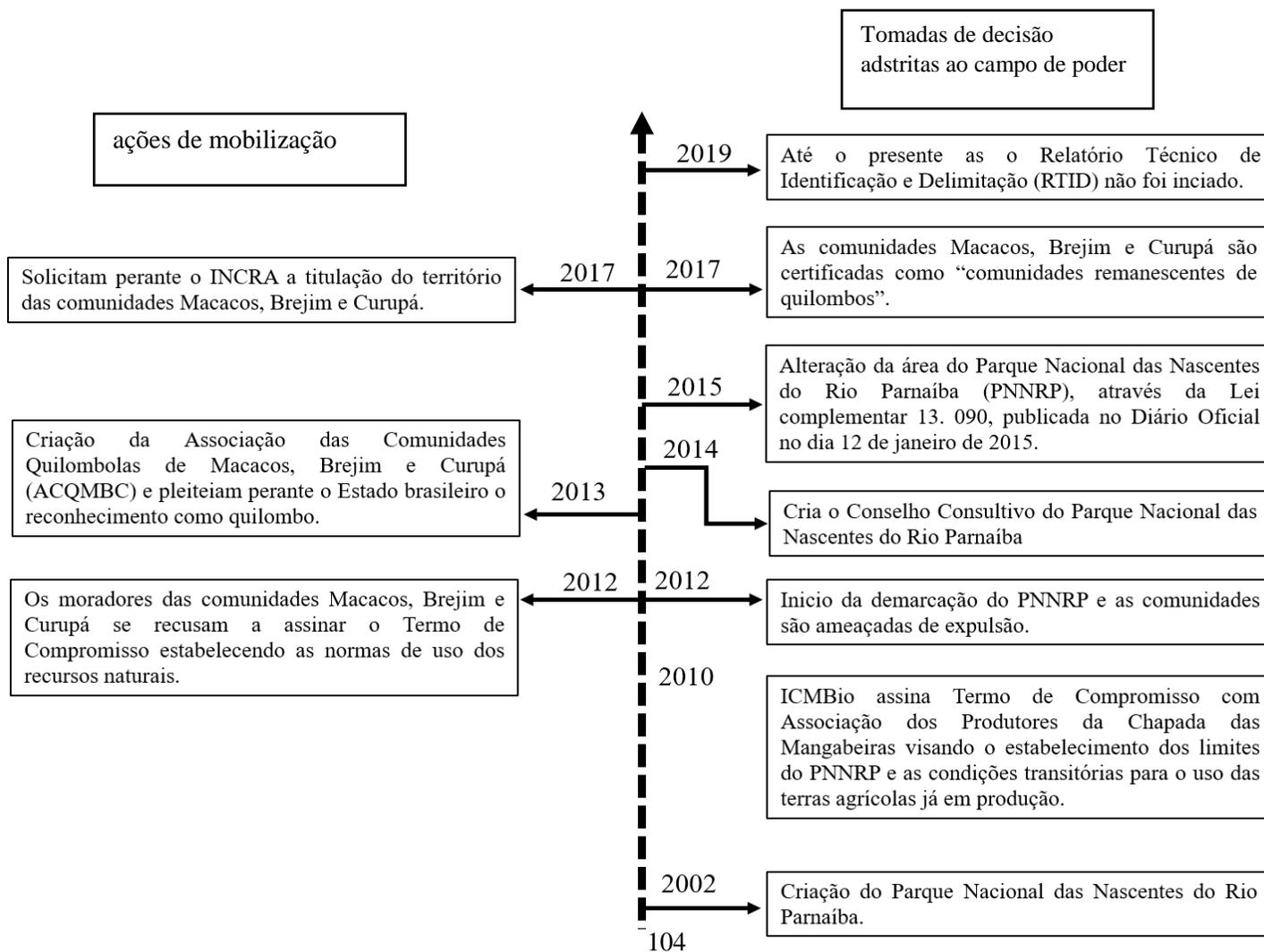
Seu Francisco – **Porque aqui nós temos terra para plantar um carocinho de feijão, de fava, de milho, tem a galinha, um gadim e o brejo para pegar buriti. E na cidade nós vamos viver de que? Quando eles chegaram aqui só queriam expulsar nós, nem pensava para onde que esse povo vai. E ainda querem tirar nós daqui, agora me diz ir pra onde? Sofrer na cidade? nós sabemos viver é aqui.** (SILVA, FRANCISCO: Entrevista realizada no dia 27 de janeiro de 2019)

A fala do senhor do senhor Francisco nos permite por um lado, analisar a violência simbólica perpetrado pelo Estado ao implementar as UCs de proteção integral em território tradicionalmente ocupado, e por outro lado nos mostrar uma consciência aguda sobre a disputa em torno dos recursos naturais e dos atos de criminalização praticado pelos gestores do Parque. Vale ressaltar que o Estado vem investindo na exploração mineral em toda a Bacia do Rio Parnaíba.

QUADRO 2 - OS DIFERENTES ATOS DE ESTADO REFERIDOS ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE ALTO PARNAÍBA

DATA	AGÊNCIA	INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO	FINALIDADE
18/07/2000	Presidência da República - Casa Civil	Lei Federal Nº 9.985	Regulamenta o artigo 225 da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências.
22/08/2002	Presidência da República - Casa Civil	Decreto Federal Nº 4.340	Regulamenta a Lei Nº 9.985 de 18/07/2000 (SNUC) e dá outras providências.
16/07/2002	Presidência da República - Casa Civil	Decreto S/N	Criação do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba
07/02/2007	Presidência da República - Casa Civil	Decreto Nº 6.040	Instituir a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
07/10/2011	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Termo de Reciprocidade	Celebrado entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, o MMA, por meio da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, o Estado de Tocantins, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Tocantins, da Secretaria de Planejamento e Modernização da Gestão Pública do Estado do Tocantins e do Instituto Natureza do Tocantins,
19/11/2014	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	PORTARIA Nº 142	Criação do Conselho Consultivo do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba
12/01/2015	Câmara dos deputados	Lei Nº 13.090	Alteração dos limites do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, visando a liberação de terras para o agronegócio e inclusão de outras UCs.
12/01/2017	Fundação Cultural Palmares	Portaria nº40	Reconhecimento como quilombo

Diagrama das ações de mobilização política das comunidades quilombolas de Alto Parnaíba e das tomadas de decisão referidas às estruturas de Poder a elas correspondentes



3.3.2 Alteração dos limites do parque

Objeto de disputas entre “ambientalistas” e agentes ligados ao agronegócio, o PNNRP teve seus limites alterados em 2015, pela Lei nº 13.090, publicada no dia 13 de janeiro de 2015 no Diário Oficial da União – DOU⁴⁹. De autoria do então deputado Nelson Marquezelli⁵⁰ (PTB-SP), o projeto de lei aprovado tencionava retirar uma área de terras para o cultivo de monoculturas de grãos ao sul do Parque, situada nos municípios de Formosa do Rio Preto na Bahia e Mateiros no Tocantins, mediante justificativa de “aumento” de área, com a incorporação de uma área chamada Serra do Caracol, no município de Lizarda, estado do Tocantins, e melhoria da gestão do referido Parque.

Segundo, Oliveira (2018) e conforme pesquisa realizada no site do ICMbio, o conflito com relação a demarcação da área do PNNRP teve início a partir da assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC em 2011 pela Associação dos Produtores Rurais da Região da Chapada das Mangabeiras – APROCHAMA⁵¹, se comprometendo a desocupar 76.021 hectares situadas na região da Chapada das

⁴⁹ A área do parque foi alterada em 2015 pela Lei complementar 13090, publicada no Diário Oficial no dia 12 de janeiro de 2015. A publicação da lei deu fim a um longo embate judicial no qual o Piauí e o Tocantins brigavam pela alteração dos limites entre os estados. A área retirada deu fim a um longo conflito com sojicultores ao Sul do Piauí. A ampliação ficou nos estados da Bahia e Tocantins.

⁵⁰ Ex deputado federal, um dos líderes da bancada ruralista durante os dois últimos mandatos (2011 – 2018), conhecido por posicionamentos reacionários. Em 2012, durante os debates sobre a Proposta de Emenda à Constituição 438, a chamada PEC do trabalho escravo “Nelson afirmou ser inconcebível votar a matéria, que destina a reforma agrária a terra na qual seja flagrada a utilização de mão de obra escrava. *“Se eu, na minha propriedade, matar alguém, tenho direito a defesa. Se tiver bom advogado, não vou nem preso. Mas se der a um funcionário um trabalho que será visto como trabalho escravo, minha esposa e meus herdeiros vão ficar sem um imóvel. É uma penalidade muito maior do que tirar a vida de alguém. A espinha dorsal da Constituição brasileira é o direito à propriedade”, afirmou o deputado, considerando um “crime” a apreciação da PEC*”. Cf o site: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2012/05/deputadoruralista-afirma-que-pedaco-de-terra-vale-mais-que-a-vida-humana.html>

O referido ex deputado declarou também em 2017, época da votação sobre a PEC 241, diante das manifestações de professores e alunos que o governo federal tem de cortar gastos com universidade, e o brasileiro que não tiver dinheiro para bancar os estudos não deve ir para a faculdade. Marquezelli disse, ainda, que seus filhos vão estudar em universidade porque têm condições de pagar. “Tem que gastar o que tem. O contribuinte brasileiro não aguenta mais pagar (...) Tem de cortar universidade, tem de cortar. O governo vai se preocupar com o ensino fundamental. Quem puder pagar vai ter de pagar. Meus filhos vão pagar”. Disponível no site: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/quem-nao-tem-dinheiro-nao-faz-faculdade-diz-deputado-a-manifestante/>

⁵¹ Pelo que pude coligir, essa associação tem como objetivo representar os chamados “produtores rurais” da região designado como MATOPIBA, tanto no tocante a ações judiciais pela busca de terras aráveis, como em ações de mobilização, como o “Tratoração”, contra o aumento de impostos de produtores de grãos na Bahia.

Mangabeiras, local, segundo o ICMBio onde nasce diversos afluentes do Rio Parnaíba, do Rio Tocantins e do Rio São Francisco.

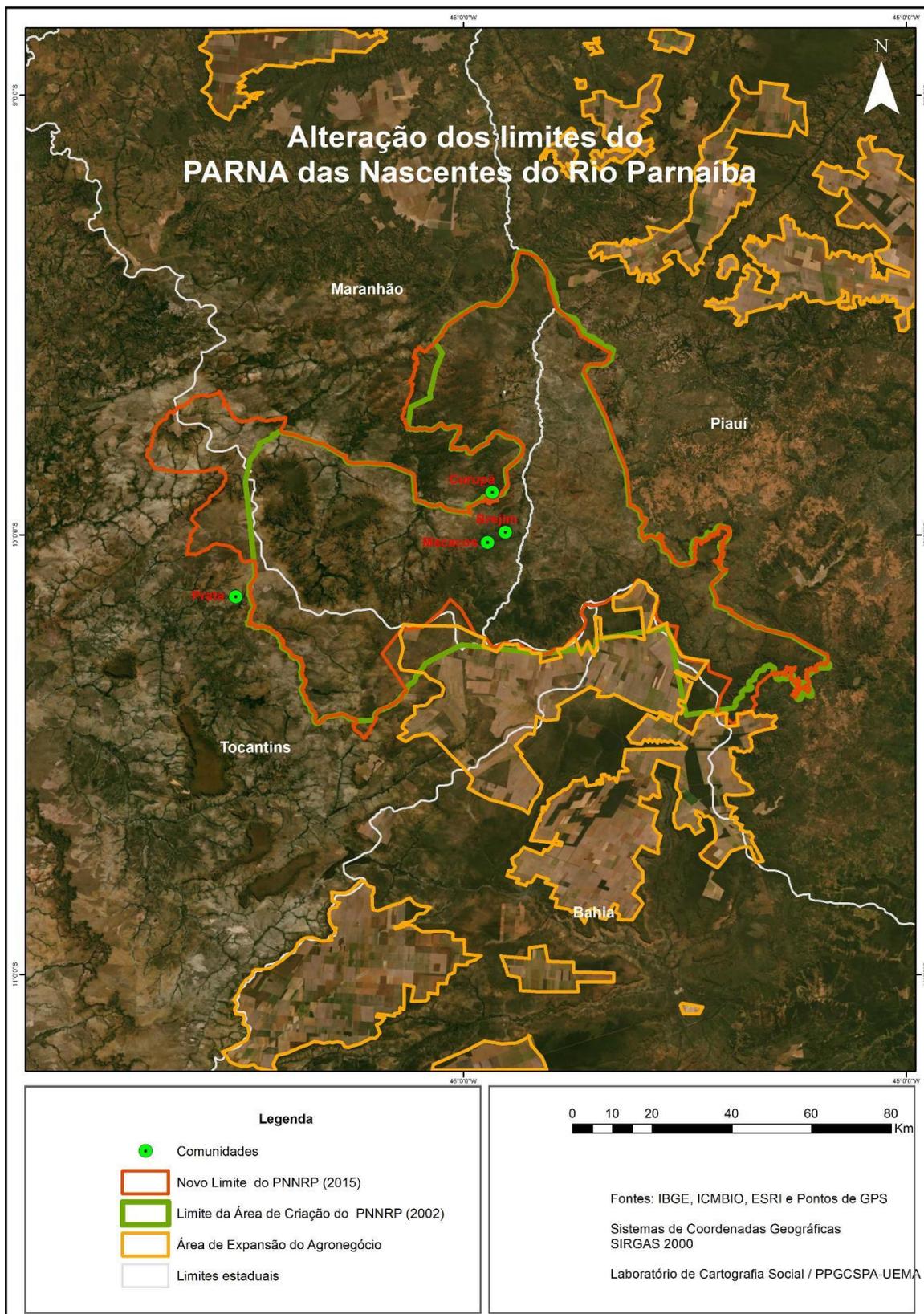
Por outro lado, segundo Bourdieu (2002):

A região e suas fronteiras (fines) não passam de um vestígio apagado do acto de autoridade que consiste em circunscrever a região, território (que também se diz fines), em impor a definição (outro sentido de fins) legítima, conhecida e reconhecida das fronteiras e do território, em suma o princípio de di-visão legítima do mundo social. Este acto de direito que consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei é um acto de conhecimento, o qual, por estar firmado, como todo o poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência daquilo que enuncia [...] (BOURDIEU, 2002, p. 114).

A noção de “região” e “fronteira” elaborados e definidos por agências do Estado, tanto em referência ao PNNRP, quanto ao PDA Matopiba, resultam de planos e projetos específicos sobre uma mesma região, imaginada por estes agentes como possuidora de linhas divisórias. Nesse sentido, Bourdieu (2002) ao chamar a atenção para as divisões territoriais impetradas mediante dispositivos jurídicos, nos ajuda a pensar na circunscrição da região ora analisada

No mapa 4 podemos observar a compressão causada pela monocultura de grãos e como esse tipo de atividade tem recebido apoio do Estado. Apoio este visível tanto no fomento através de planos e projetos, quanto na “desafetação de áreas” protegidas através de alteração dos limites de Unidades de Proteção Integral, como é o caso do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba.

Mapa 4. Alteração dos limites da PARNA das Nascentes do Rio Parnaíba



A ação desses agentes ligados ao agronegócio, pode ser entendida através da noção de desterritorialização proposta por Acevedo Marin e Almeida (2010):

Consideramos desterritorialização o conjunto de medidas adotadas pelos interesses empresariais, vinculados aos agronegócios, para incorporar novas terras a seus empreendimentos econômicos, sobretudo na região amazônica. Para isso esses interesses buscam liberar as terras tanto de condicionantes jurídicos-formais e políticos administrativos quanto de limitações associadas a presença de grupos étnicos ou de determinadas modalidades de uso das terras tradicionalmente ocupadas por indígenas, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, comunidades de fundo pasto, faxinais, “geraiseiros” e outras categorias sociais. (ACEVEDO MARIN E ALMEIDA, 2010)

Se tomarmos como objeto de análise a alteração dos limites territoriais do Parque das Nascentes do Rio Parnaíba (conforme o mapa 4) e demanda pela titulação do território quilombola, podemos observar como o Estado brasileiro tem buscado atender as demandas do mercado numa pseudo premissa de promoção de um desenvolvimento, e se me eximido das função de regulador do mercado de terras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os esforços de pesquisa, ora apresentados, me permitiram refletir e compreender como que a garantia do livre acesso aos recursos naturais, disposto pelas comunidades referenciadas pela pesquisa, levou os agentes sociais a se mobilizarem coletivamente em torno de uma identidade étnica face as ameaças de expulsão de seus territórios pelos gestores do PNNRP.

Confrontados as ações oficiais de promoção do discurso da preservação ambiental ou do “desenvolvimento sustentável” os agentes sociais foram levadas a atos de resistência fundamentados em práticas tradicionais de uso dos recursos naturais que os direcionam a desenvolver uma consciência ecológica que nega de modo contundente as normas disciplinares adotadas pelos gestores do Parque. Em defesa das práticas de uso, controle e apropriação dos recursos hídricos, florestais e do solo.

Por outro lado, a luta por reconhecimento e até mesmo a certificação pela Fundação Cultural Palmares não encetou a criminalização perpetrada pelos gestores do Parque às práticas tradicionais de uso dos recursos naturais. Segundo os agentes sociais mesmo a vigilância nas comunidades terem diminuído a repressão sobre as práticas ligadas a agricultura, ao extrativismo, e ao pastoreio permanecem. No tocante ao uso do fogo para preparo das roças e pastagens dos gerais foi observado por agentes do ICMBio através de pesquisas que a não utilização do fogo pode causar grandes incêndios devido o estado da pastagem. Outros estudos⁵² realizados por pesquisadores do Instituto Florestal do Estado de São Paulo e coordenados pela professora Giselda Durigan sustentam que o uso tradicional do fogo é indispensável para preservação do Cerrado brasileiro. A partir dos estudos realizados na Estação Ecológica de Santa Bárbara, no âmbito de um projeto intitulado: “Impacto de fatores antrópicos (fogo, agricultura e pastoreio) sobre a biodiversidade em savanas”, a referida professora afirma que *‘nas savanas de todo o mundo está ocorrendo um processo de adensamento da vegetação, com perda de biodiversidade. E a principal causa, no Brasil, é a supressão do fogo. O*

⁵² A esse respeito consultar: DURIGAN, Giselda. *The need for a consistent fire policy for Cerrado conservation* do Instituto Florestal do Estado de São Paulo, e James Ratter, do Botanic Garden Edinburgh, de Edimburgo, Escócia, no *Journal of Applied Ecology*.

Cerrado vai ficando cada vez mais cheio de árvores e começa a virar floresta”. A pesquisadora alerta que falar em uso tradicional do fogo não é o mesmo que queimadas indiscriminadas *“Todo mundo acha que fogo é ‘do mal’, em se tratando de ecossistemas. Porém o entendimento de que o fogo é necessário, mas precisa ser manejado, é um consenso entre os pesquisadores de savanas. Temos que reaprender a manejar o fogo como os indígenas já faziam há milhares de anos.”*

Pelo que pude depreender, a instituição de um conjunto de normas que caracterizam esses os atos disciplinares é uma forma de diluir essas expressões coletivas de uso comum dos recursos naturais, praticado pelas comunidades de Macacos, Brejim e Curupá. Observei ainda que as noções de propriedade e de privado a partir da observação dessas práticas sociais nunca poderão ser alcançadas através do conceito jurídico de propriedade privada. Dito de outro modo, o conceito de propriedade privada não dar conta de entender o significado de privado de uma pluralidade de práticas relacionadas ao uso dos recursos ecológicos. Tanto é que à primeira vista, conjecturei a partir da fala dos agentes sociais que as áreas de *baixão* eram de usufruto privado. No entanto, a partir do trabalho de campo e de orientação dos meus professores constatei que por um lado, a minha concepção inicial de privado era um obstáculo para compreender as pluralidades de formas de uso coligido durante o trabalho de campo, e por outro lado, a noção do conceito jurídico de propriedade privada não é um conceito operante na gestão da vida dessas unidades sociais.

Vale ressaltar que para as ciências humanas a natureza não existe apartada das relações sociais e do significado a ela atribuído. Nesse sentido, para os agentes sociais de Macacos, Brejim e Curupa não existe uma classificação da natureza indissociável das diferentes formas de uso, controle e apropriação dos denominados: *gerais, chapada, cerrado, tabuleiro, brejo, capão, capoeira, pantâme, vereda, boqueirão, vão, baixão, carrasco, mata seca, campina, campestre, talhado, quintal e serras.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO MARIN, R; ALMEIDA, A. *Campanhas de desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terra*. In: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMEKKA, M. (Orgs.). *Amazônia: região universal e teatro do mundo*. São Paulo: Globo, 2010. p. 141-160.

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth e CASTRO, Edna Maria Ramos de. *Negros do Trombetas: guardiões das matas e rios*. Belém: CEJUP/ UFPA-NAEA, 1998.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de quilombo, terras indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

_____. *Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios*. In: ALMEIDA, Alfredo W. B. et al (Orgs.). *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101-144.

_____. Prefácio. In: *Territórios conquistados e megaprojetos inconcludentes: quilombolas de Cachoeira Porteira*. São Luís: Editora UEMA, 2019.

_____. *Os Quilombos e as Novas Etnias*. Manaus: UEA Edições, 2011

_____. *Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a "proteção" e o "protecionismo"*. Cad. CRH [online]. 2012, vol.25, n.64, pp.63-72. ISSN 0103-4979. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792012000100005>.

ACSELRAD, H. *Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental*. Disponível, 2010. em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100010

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008

ANDRADE, M. (2008), *Os gaúchos descobrem o Brasil: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa*. São Luís, Edufma.

BACHELARD, G.: *A formação do espírito científico*. São Paulo: Contraponto, 1996

BALANDIER, Georges. *A Noção de Situação Colonial*. In: *Cadernos de Campo*, 1993. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50605/54721>

BARRETTO FILHO, Henyo T. *Da nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira*. São Paulo, 2 vol., FFLCH/ USP, 2001. Tese Doutorado em Antropologia Social.

BARTH, Fredrik. *Os grupos étnicos e suas fronteiras*. In: O guru, e o iniciador e outras variações. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000, p.25-67.

BERREMAN, Gerald. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (Org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1990, p. 123-174

BOURDIEU, P. (dir.). *A Miséria do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

_____. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001

_____. *Introdução a uma Sociologia Reflexiva*. In: O poder simbólico. Lisboa, DIFEL, 2002.

_____. *Sobre o Estado: Cursos no Còllege de France (1989-92)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. *Coisas ditas / tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Montero*. - São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURGOIS, Philippe. *La Mobilisation Ethnique*. Actes de la Recherche En Sciences Sociales, nº99, setembro 1993, 53-54

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do Gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão*. São Luís: EDUFMA, 2008.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Três, 1984

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 402 p, 2016.

Evans-Pritchard, E. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. *Do rio dos pretos ao quilombo do Tambor*. Manaus: UEA Edições, 2013.

_____. *Territórios conquistados e megaprojetos inconcludentes: quilombolas de Cachoeira Porteira*. São Luís: Editora UEMA, 2019.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*, Editora Vozes, 1984.

MORAES, Maria Dione Carvalho de. *Um povo do cerrado entre baixões e chapadas: modo de vida e crise ecológica de camponeses(as) nos cerrados do sudoeste piauiense*. In. *Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v.2: estratégias de reprodução social/ Emilia Pietrafesa de Godoi, Marilda Aparecida de Menezes, Rosa Acevedo Marin (orgs.)* – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF : Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

NOGUEIRA, Mônica. 2017. *Gerais a dentro a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais*. Brasília: Mil Folhas. 240 pp.

O'dwyer, Elaine Cantarino (org.). *Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

OLIVEIRA, Karla Rosane Aguiar. *Fronteira Agrícola e Natureza: viões e conflitos no Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba*. Brasília, 2018.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. *Uma etnologia dos "índios misturados": situação colonial, territorialização e fluxos culturais*. In: *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural do Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa Livraria, 1999. p. 11-40.

PORTELA NUNES, Patrícia Maria. *Canelatiua, Terra dos Pobres, Terra da Pobreza: uma territorialidade ameaçada, entre a recusa de virar Terra da Base e a titulação como Terra de Quilombo*. Tese de Doutorado. Programa Pós-Graduação em Antropologia – PPGA/UFF, 2011.

RANCIÈRE, Jacques. *O dissenso*. In: *A crise da razão*. Organizador: Adauto Novaes (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Tradução de Paulo Neves.

ROSA, João Guimarães. *Sagarana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Universal, 1982.

SAID, Edward W. *Representações do Intelectual: as conferências de Reith de 1993*. Trad. Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005